

CONGREGAÇÃO

166ª Reunião Ordinária

10/12/2014

14h00

COMPOSIÇÃO DA CONGREGAÇÃO-FEF

Presidentes Miguel de Arruda (Diretor) Mara Patrícia Traina Chacon Mikahil (Diretora Associada) Pós-Graduação Claudia Regina Cavaglieri Graduação Elaine Prodócimo Extensão Odilon José Roble DEAFA Roberto Vilarta DCE Sérgio Augusto Cunha DEFH Edivaldo Góis Junior	Docentes Representação por níveis MS-3 <u>Titulares:</u> José Irineu Gorla e Marco Carlos Uchida <u>Suplentes:</u> Helena Altmann e Paula Teixeira Fernandes MS-5 <u>Titulares:</u> Ademir De Marco e Silvia Cristina Franco Amaral <u>Suplentes:</u> Heloisa Helena Baldy dos Reis e Edison Duarte MS-6 <u>Titulares:</u> Antonio Carlos de Moraes e Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes Tavares <u>Suplentes:</u> Gustavo Luis Gutierrez Representantes Discentes Pós-Graduação <u>Titular:</u> Nathália Arnosti Vieira <u>Suplente:</u> Luis Felipe Castelli Correia de Campos Graduação <u>Titular:</u> Jéssica Adriana Montanini Fernandes <u>Suplente:</u> Bianca Blanco Caio Batalha Deroci Representantes Servidores Técnicos e Administrativos <u>Titulares:</u> Ricardo Seixas Barbosa Maia e Warley Wilton Vianna Pinto <u>Suplente:</u> Vanderlei Aparecido Moralez
--	--

I. ATA

- 76ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA (17/09/2014)
- 165ª REUNIÃO ORDINÁRIA (22/10/2014)

II. EXPEDIENTE

- Apresentação vídeo institucional da Extensão da FEF (Prof. Dr. Odilon)
- Informes da Pós-Graduação (Profa. Claudia)

III. ORDEM DO DIA (*)

- | | | |
|----------|--|----------------|
| A | Homologação da Ata da consulta à comunidade para escolha do Coordenador de Pós-Graduação (Mandato 2015-2016)
Candidata eleita: Profa. Dra. Claudia Regina Cavaglieri | 01 |
| B | Homologação do ad referendum na Resolução Graduação-FEF Nº 18/2014
Catálogo de Graduação 2015 | 02 |
| C | Resolução DEFH-FEF 18/2014
Abertura de Concurso Público para obtenção do título de Livre Docente, na Área de Educação Física e Sociedade, nas disciplinas FF081 – Estudos Independentes da Ginástica, EF 445 – Ginástica Artística e EF 645 – Aprofundamento em Ginástica Artística | 03 a 07 |
| D | Resolução DCE-FEF 02/2011
Abertura de Concurso Público para obtenção do título de Livre Docente, na Área de Esporte e Treinamento, nas disciplinas EF441 – Basquetebol, EF 641 – Aprofundamento em Basquete | 08 a 12 |
| E | Homologação do resultado final do Concurso Público de provas e títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1 em RTP, nas Áreas: Área de Esporte e Treinamento, na disciplina EF450 – Esportes de Raquete e na Área de Biodinâmica do Movimento, na disciplina EF411 – Biomecânica. Candidata indicada: Profa. Dra. Karine Jacon Sarro | 13 a 21 |
| F | Ofício DCE-FEF Nº 12/2014
Admissão da Profa. Dra. Karine Jacon Sarro na Parte Permanente do Quadro Docente em RTP com extensão ao RDIDP, no nível MS-3.1 | 22 a 24 |
| G | Homologação do resultado final do Concurso Público de provas e títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1 em RTP, na Área de Atividade Física, Adaptação e Saúde, nas disciplinas EF512 – Adaptações dos Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico e EF732 – Atividade Física para Grupos Diferenciados. Candidatos indicados: 1º lugar: Bruno Rodrigues, 2º lugar: Guilherme Borges Pereira e 3º lugar: Ligia de Moraes Antunes Corrêa | 25 a 38 |
| H | Resolução DEAFA-FEF Nº 26/2014
Admissão do Prof. Dr. Bruno Rodrigues na Parte Permanente do Quadro Docente em RTP com extensão ao RDIDP, no nível MS-3.1 | 39 a 41 |

I	Resolução Interna CPG Nº 94/2014 Relatório das atividades desenvolvidas pelo Professor Doutor Marcelo Moreira Antunes, no Programa de Pesquisador de Pós-Doutoramento junto a Área de Concentração Atividade Física Adaptada, sob a supervisão do Professor Doutor José Júlio Gavião de Almeida, do Programa de Pós-Graduação da FEF, no período 11/2013 a 10/2014	42 a 54
J	Resolução Interna CPG Nº 90/2014 Relatório das atividades desenvolvidas pelo Professor Doutor Felipe Tavares Paes Lopes, no Programa de Pesquisador de Pós-Doutoramento junto a Área de Concentração Educação Física e Sociedade, sob a supervisão da Professora Doutora Heloisa Helena Baldy dos Reis, do Programa de Pós-Graduação da FEF, no período 10/2013 a 09/2014	55 a 119
K	Resolução Interna CPG-FEF 91/2014 Credenciamento da Professora Doutora Beleni Salete Grando, na condição de Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação, junto à Área de Concentração Educação Física e Sociedade, para fins de co-orientação da aluna de doutorado Juliana Guimarães Saneto	120
L	Resolução Interna CPG-FEF 92/2014 Credenciamento do Professor Doutor Rômulo Cássio de Moares Bertuzzi, na condição de Professor Participante no Programa de Pós-Graduação, junto à Área de Concentração Biodinâmica do Movimento e Esporte, para fins de co-orientação do aluno de doutorado Arthur Fernandes Gáspari	121
M	Resolução Interna CPG-FEF 87/2014 Parecer favorável à solicitação de Revalidação de Diploma de Doutorado Área de Concentração em Educação Física e Sociedade Interessada: Nilzalina Silva Chaparro Proc. 01-P-7018/2014	122 a 126
N	Resolução DEAFA-FEF 27/2014 Solicitação de Licença Sabática do Prof. Dr. José Irineu Gorla, no período de 05/02/2015 a 03/08/2015	127 a 131

IV. OUTROS

Prof. Dr. Miguel de Arruda
Presidente da Congregação

- **A DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ENCONTRA-SE NA SECRETARIA ADMINISTRATIVA PARA CONSULTA DOS INTERESSADOS**

1 **ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA**
 2 **CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE**
 3 **ESTADUAL DE CAMPINAS, realizada no dia dezessete de setembro de**
 4 **dois mil e quatorze, na sala da Congregação da FEF, com início às**
 5 **quatorze horas, sob a presidência do Professor Dr. Miguel de Arruda,**
 6 **Diretor da FEF.** Estiveram **presentes** os Professores Doutores: Professora Dra.
 7 Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil – Diretora Associada; Coordenações: PÓS-
 8 GRADUAÇÃO – Professora Dra. Claudia Regina Cavaglieri; GRADUAÇÃO –
 9 Professora Dra. Elaine Prodócimo e EXTENSÃO – Professor Dr. Odilon José Roble;
 10 DEPARTAMENTOS DEAFA – Professor Dr. Roberto Vilarta; DCE – Professor Dr.
 11 Sergio Augusto Cunha; DEFH – Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior;
 12 Representação Docente MS-6 – Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes;
 13 Representação Docente MS-5 – Professor Dr. Ademir De Marco e Professora Dra.
 14 Heloisa Helena Baldy dos Reis; Representação Docente MS-3 – Professora Dra
 15 Helena Altmann e Professora Dra. Paula Teixeira Fernandes; Representação
 16 Discente de Graduação – Jéssica Adriana Montanini Fernandes; Representação
 17 Discente de Pós-Graduação – Nathália Arnosti Vieira; Representação dos
 18 Servidores Técnicos Administrativos – Warley Carlos de Santana e Ricardo Seixas
 19 Barbosa Maia. **Ausências Justificadas:** Professor Dr. Marco Carlos Uchida e
 20 Professor Dr. José Irineu Gorla. **Convidados:** Professores Doutores: Paulo
 21 Ferreira de Araújo, Renato Barroso da Silva, João Paulo Borin, Orival Andries
 22 Júnior, Olívia Cristina Ferreira Ribeiro, José Júlio Gavião de Almeida e os
 23 funcionários Maria José da Conceição Moraes Marques, Dulce Inês Leocádio dos
 24 Santos Augusto, Luis Filipe Mendonça Figueira, Emerson Teodorico Lopes, Maria
 25 Elisabeth Massaro Malagodi e Tânia Gomes Felipe. O **Professor Dr. Miguel de**
 26 **Arruda** iniciou a reunião informando que a FEF/Unicamp não foi indicada para
 27 sediar o Congresso Pré-Olímpico, que a instituição indicada foi a UNIFESP-
 28 Campus de Santos. Agradeceu, em nome da Professora Dra. Claudia Regina
 29 Cavaglieri, que presidiu a Comissão que liderou os trabalhos e todas pessoas
 30 que se envolveram diretamente e indiretamente neste projeto. Informou que já
 31 houve um contato entre a UNIFESP e a FEF para formação de um pool de
 32 Universidades que contribuiam para a realização do Congresso. Informou que no
 33 dia 15 de outubro p.f., no período da tarde será feito um café da tarde em
 34 comemoração ao “Dia dos Professores” e que neste mesmo evento será
 35 realizado o Lançamento oficial e a cerimônia de premiação ao vencedor do
 36 concurso da logomarca dos 30 anos de FEF, funcionário Rafael Camargo Vianna.
 37 O local ainda não foi definido. Prosseguindo, o **Professor Dr. Miguel de Arruda**
 38 passou a palavra à **Professora Dra. Mara Patrícia Traina Chacon Mikahil** que
 39 iniciou a apresentação da Revisão do Planejamento Estratégico - PLANES da
 40 Faculdade de Educação Física informando que os conteúdos apresentados são os
 41 mesmos do material que foi enviado às chefias de departamentos e coordenações
 42 no dia 25 de agosto de 2014. Em seguida a docente iniciou a apresentação do
 43 documento. Ao término da sua apresentação, o Sr. Presidente abriu espaço para
 44 intervenções dos participantes e foram sugeridas algumas modificações no
 45 documento, as quais foram incorporadas no documento final. A Professora Dra.
 46 Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil agradeceu a oportunidade de trabalhar com
 47 o grupo e disse que a diversidade enriqueceu as discussões. Disse também, que

o maior desafio será a implantação do projeto. O **Professor Dr. Miguel de Arruda** agradeceu a Professora Dra. Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil pela condução dos trabalhos do Planes e aos demais envolvidos nessa atividade. Prosseguindo, o **Sr. Presidente** colocou em apreciação os itens da **ORDEM DO DIA** e foram destacados os seguintes documentos: **ITEM E** - Indicação da Comissão Julgadora do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de Atividade Física, Adaptação e Saúde, disciplinas: EF512 – Adaptações dos Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico e EF732 – Atividade Física para Grupos Diferenciados. **ITEM G** - Indicação da Comissão Julgadora do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de Esporte e Treinamento, disciplinas EF445 – Ginástica Artística e EF645 – Aprofundamento em Ginástica Artística e na Área de Educação Física e Sociedade, disciplinas EF114 – Fundamentos da Ginástica, EF444 – Ginástica Geral e EF644 – Aprofundamento em Ginástica Geral. **ITEM H** - Pareceres exarados pela Comissão que analisou as inscrições dos candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de Educação Física e Sociedade, disciplinas EF622 – Educação Física – Educação Física Infantil, EF722 – Educação Física Escolar – Ensino Fundamental e EF822 – Educação Física Escolar – Ensino Médio. **ITEM I** - Indicação da Comissão Julgadora do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de Educação Física e Sociedade disciplinas EF622 – Educação Física – Educação Física Infantil, EF722 – Educação Física Escolar – Ensino Fundamental e EF822 – Educação Física Escolar – Ensino Médio. **ITEM J** - Resolução Interna CPG-FEF 66/2014. Distribuição de vagas para o Processo Seletivo de Mestrado e Doutorado em Educação Física, com ingresso em março de 2015. **ITEM L** - Resolução DCE-FEF 14/2014. Relatório das Atividades desenvolvidas pela Professora Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis, referente ao período de junho de 2010 a maio de 2014. **ITEM M** – Contratação emergencial de um docente em RTP para ministrar a disciplina EF109 – Socorros de Urgência, a ser oferecida no 1º semestre de 2015, em substituição a Professora Doutora Maria da Consolação Gomes Cunha Fernandes Tavares, devido a fruição de Licença Prêmio no período de 23 de março a 06 de julho de 2015 e **ITEM N** - Solicitação de ingresso da Professora Dra. Priscila Yukari Sewo Sampaio, no Programa de Pesquisador Colaborador, no período de 01/07/2014 a 30/06/2017, com bolsa do Programa Ciência sem Fronteira, na modalidade atração de Jovens Talentos, financiada pela CAPES, sob a coordenação geral da Professora Dra. Claudia Regina Cavaglieri e coordenação técnica do Professor Dr. Marco Carlos Uchida. Em seguida, **foram aprovados em bloco, por unanimidade**, os documentos: **ITEM B** - Parecer da Comissão de Avaliação referente a solicitação de Promoção por Mérito Acadêmico do Professor Dr. João Paulo Borin, do nível MS-3.1 para MS-3.2; **ITEM D** - Pareceres exarados pela Comissão que analisou as inscrições dos candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área: Área

1 de Atividade Física, Adaptação e Saúde, Disciplinas EF512 – Adaptações dos
2 Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico EF732 – Atividade Física para Grupos
3 Diferenciados; **ITEM F** - Pareceres exarados pela Comissão que analisou as
4 inscrições dos candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para
5 provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro
6 Docente, MS-3, em RTP, na Área de Esporte e Treinamento, Disciplinas EF445 –
7 Ginástica Artística e EF645 – Aprofundamento em Ginástica Artística e na Área
8 de Educação Física e Sociedade, disciplinas EF114 – Fundamentos da Ginástica e
9 EF444 – Ginástica Geral e EF644 – Aprofundamento em Ginástica Geral. **ITEM H**
10 - Pareceres exarados pela Comissão que analisou as inscrições dos candidatos
11 ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de
12 Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na
13 Área de Educação Física e Sociedade, disciplinas EF622 – Educação Física –
14 Educação Física Infantil, EF722 – Educação Física Escolar – Ensino Fundamental e
15 EF822 – Educação Física Escolar – Ensino Médio. **ITEM J** - Resolução Interna
16 CPG-FEF 66/2014. Distribuição de vagas para o Processo Seletivo de Mestrado e
17 Doutorado em Educação Física, com ingresso em março de 2015. **ITEM K** -
18 Resolução DEFAFA-FEF 18/2014. Relatório das Atividades desenvolvidas pela
19 Professora Dra. Maria Luisa Belloto, na condição de Pesquisadora Colaboradora,
20 biênio 2012-2014. **Foram aprovados com 14 votos favoráveis e uma**
21 **abstenção os documentos:** **ITEM A** - Parecer da Comissão de Avaliação
22 referente a solicitação de Promoção por Mérito Acadêmico da Professora Dra.
23 Claudia Regina Cavaglieri, do nível MS-3.1 para MS-3.2 e **ITEM C** - Ata da
24 Comissão de Avaliação do Processo de Promoção por Mérito tendo por referência
25 os Perfis descritos pela Deliberação CONSU-A-20/2011. Prosseguindo, o
26 **Professor Dr. Miguel de Arruda** iniciou a discussão em bloco dos itens
27 destacados na ORDEM DO DIA: **ITEM E** - Indicação da Comissão Julgadora do
28 Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor
29 Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de
30 Atividade Física, Adaptação e Saúde, disciplinas: EF512 – Adaptações dos
31 Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico e EF732 – Atividade Física para
32 Grupos Diferenciados. O **Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes** perguntou
33 porque as Professoras Dras. Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil e Claudia Regina
34 Cavaglieri não foram indicadas na Comissão Julgadora. O **Professor Dr.**
35 **Roberto Vilarta** informou que ambas tem conflito de interesse com os
36 candidatos. Informou que ele também solicitou destaque neste documento para
37 sugerir alterações na indicação dos membros externos, considerando o perfil dos
38 professores e pesquisadores e dos conteúdos relacionados aos aspectos
39 moleculares da atividade física e do exercício. Propôs a substituição do Professor
40 Dr. José Júlio Gavião de Almeida por ele e que o nome dele fique em primeiro da
41 lista. Sugeriu migrar a Professora Dra. Dora Maria Grassi Kassisse do último lugar
42 para a segunda posição, considerando que ela trabalha na área de adaptações
43 dos sistemas orgânicos e exercício. A **Professora Dra. Claudia Regina**
44 **Cavaglieri** solicitou que o nome do Professor Dr. Edison Duarte passe para a
45 terceira posição. Após as intervenções o **Professor Dr. Miguel de Arruda**
46 colocou em apreciação o documento com as sugestões dos conselheiros. O
47 documento foi aprovado por unanimidade. **ITEM G** - Indicação da Comissão

1 Julgadora do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo
2 de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na
3 Área de Esporte e Treinamento, disciplinas EF445 – Ginástica Artística e EF645 –
4 Aprofundamento em Ginástica Artística e na Área de Educação Física e
5 Sociedade, disciplinas EF114 – Fundamentos da Ginástica, EF444 – Ginástica
6 Geral e EF644 – Aprofundamento em Ginástica Geral. O **Professor Dr. Antonio**
7 **Carlos de Moraes** disse que, considerando que haverá uma prova teórica ele
8 quer saber quais as pessoas que foram indicadas para a Comissão que tem
9 ligação com a disciplina e com o conteúdo da ginástica. Disse que a Professora
10 Dra. Carmem Lúcia Soares e o Professor Jocimar Daolio tem mais a ver com o
11 Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor
12 Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de
13 Educação Física e Sociedade, nas disciplinas EF622 – Educação Física – Educação
14 Física Infantil, EF722 – Educação Física Escolar – Ensino Fundamental e EF822 –
15 Educação Física Escolar – Ensino Médio do que com esse e solicitou
16 esclarecimentos. O **Professor Dr. Sergio Augusto Cunha** colocou que foi
17 extremamente debatida a indicação dessa Comissão. A dificuldade ocorreu por
18 conta de que este concurso está em dois departamentos. Disse que o
19 Departamento de Educação Física e Sociedade colaborou na indicação. O
20 **Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior** informou que, em relação ao membros
21 internos os Professores Drs. Marco Antonio Coelho Bortoleto e Odilon José Roble
22 têm conflito de interesse, que a Professora Dra. Carmen Lucia Soares estuda e
23 pesquisa a História da Ginástica, a Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
24 foi indicada pelo Departamento de Ciências do Esporte e os Professores Drs. José
25 Júlio Gavião de Almeida, Elaine Prodócimo e Jocimar Daolio foram indicados pela
26 questão das práticas corporais. O Professor Dr. Jocimar Daolio não compõe a
27 outra Comissão referente ao Concurso na Área de Educação Física Escolar por
28 ter conflito de interesse, a Professora Dra. Carmen Lucia Soares informou ao
29 departamento pode contribuir mais na área da Ginástica do que na área da
30 Educação Física Escolar. Em relação aos membros externos, a Professora Dra.
31 Andreia Moreno se destaca tanto pela questão do ensino da ginástica na
32 Universidade Federal de Minas Gerais, como também é pesquisador da Área da
33 Ginástica. A Professora Dra. Marília Velardi da Escola de Artes, Ciências e
34 Humanidades da Universidade de São Paulo tem publicações na área da Ginástica
35 e o Professor Dr. João Carlos Oliva foi indicado pelo Departamento de Ciências do
36 Esporte e é o professor da cadeira de ginástica do Departamento de Educação
37 Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Professora Dra. Yara
38 Maria de Carvalho também transitou pelo campo da ginástica. A Professora Dra.
39 Mirian Nunomura tem conflito de interesse. A **Professora Dra. Heloisa Helena**
40 **Baldy dos Reis** ressaltou que foi indicada pelo Departamento de Ciências do
41 Esporte pela importância de ter um professor do DCE no concurso. O **Professor**
42 **Dr. Sergio Augusto Cunha** esclareceu novamente que o assunto foi bastante
43 debatido na reunião Departamental e que as alterações foram feitas por conta de
44 conflitos de interesse. O **Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes** propôs subir
45 o nome do Professor Dr. João Carlos Oliva como primeiro membro externo na
46 lista dos nomes indicados para a Comissão. A Professora Dra. Helena Altmann
47 solicitou que a indicação dos Departamentos fossem acatadas considerando as

1 discussões exaustivas nas reuniões. A **Professora Dra. Helena Altmann** disse
2 que defende que seja respeitada a ordem indicada pelo Departamento. A
3 **Professora Dra. Claudia Regina Cavaglieri** disse que, considerando a fala do
4 Professor Dr. Edivaldo Góes Junior sobre o Professor Dr. João Carlos Oliva, se ele
5 continuar na posição indicada provavelmente ficará como suplente. Sugere a
6 alteração da posição dele na lista considerando que o mesmo tem maior
7 afinidade com a área da Ginástica. O **Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes**
8 disse que o documento foi encaminhado pelo Departamento de Ciências do
9 Esporte e que ele gostaria de ouvir a opinião do Chefe do DCE, Professor Dr.
10 Sergio Augusto Cunha. O **Professor Dr. Sergio Augusto Cunha** disse que não
11 vê problema na mudança, uma vez que haja consenso dos dois departamentos.
12 O **Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior** disse que é pertinente a sugestão do
13 Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes e que o Professor Dr. João Carlos Oliva
14 poderia ser o terceiro da lista. A **Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos**
15 **Reis** disse que ser o primeiro ou terceiro membro pode não ser relevante se
16 houver um compromisso de que essa banca será composta por dois internos e
17 três membros externos. Uma outra questão que ela vem observando é o modo
18 como o convite é feito à banca, o que modifica um pouco o interesse de se ter
19 uma banca mais qualificada. O relato feito nas bancas em que ela participou é
20 que normalmente a consulta é feita com datas fechadas, deste modo as
21 prioridades não servem para nada. Perguntou se é possível a FEF mudar o modo
22 de comunicação pedindo a sugestão de duas ou três datas em determinados
23 meses aos indicados. O modo como é feita a comunicação tem impedido muitas
24 pessoas de participarem das bancas da FEF. O **Professor Dr. Sergio Augusto**
25 **Cunha** disse que, particularmente não vê nenhum problema na alteração do
26 número de três externos e dois internos, desde que não se torne uma norma.
27 Sabe que cada concurso tem uma especificidade e que nesse caso a
28 especificidade é bem clara. Quanto a fala da Professora Dra. Heloisa Helena
29 Baldy dos Reis em relação a consulta do Departamento aos professores
30 indicados, ela entende que é difícil partirem da ideia de que dez ou doze
31 professores indiquem datas, é bastante complicado. Ele participou do processo
32 juntamente com a secretária Maria Aparecida Moraes em que todos docentes
33 indicados para a banca foram consultados por um determinado período. Acredita
34 que não dá para fazer de uma outra forma porque tem que seguir a dinâmica da
35 secretaria e do concurso, sabe que o ideal seria seguir a indicação, entretanto se
36 for feita essa ampliação ficaria muito difícil fechar a comissão, do ponto de vista
37 operacional isso é bastante complicado. O **Professor Dr. Antonio Carlos de**
38 **Moraes** disse que antes de votar os participantes deveriam ter cuidado para não
39 inviabilizar o concurso. Nesse caso que o concurso é específico da área de
40 Ginástica, a Comissão Julgadora poderá ser composta por três membros externos
41 e dois internos. Sua preocupação é que tem quatro indicações externas e se por
42 algum motivo, seja de data o outro qualquer, esse quatro docentes não
43 puderem participar, que seja possível a realização do concurso com apenas dois
44 membros externos. Se não houver essa ressalva o concurso poderá ser
45 inviabilizado. O Professor Dr. Miguel de Arruda disse que o contato com a banca
46 será feita por um determinado período, considerando o fluxograma do concurso e
47 se os docentes indicados não puderem participar nesse período, será solicitado

que eles indiquem uma data. Se mesmo assim, não conseguisse fechar a Comissão com três docentes externos o concurso será realizado com dois membros externos. O **Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior** informou que a Professora Dra. Andreia Moreno e a Professora Marília Velardi pesquisam ginástica, mas pelo que foi exposto na reunião o Professor João Carlos Oliva poderia compor a Comissão Julgadora em primeiro lugar, sem problema nenhum. Ele retira a proposta de terceiro lugar e concorda com a primeira posição do nome do Professor Dr. João Carlos Oliva na Comissão Julgadora. Tendo em vista a fala do Chefe do Departamento de Educação Física e Humanidade a **Professora Dra. Helena Atmann** retirou sua proposta. Não tendo mais esclarecimentos, o Professor Dr. Miguel de Arruda colocou em apreciação o encaminhamento feito pelo **Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior** de mudar o nome do Professor Dr. João Carlos Oliva para a primeira posição e que exclusivamente neste concurso, a Comissão Julgadora seja composta, preferencialmente, por três membros externos. O Sr. Presidente colocou em apreciação a composição da Comissão Julgadora que foi aprovada com 14 votos favoráveis e uma abstenção, da seguinte forma: Membros Titulares - Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis – Professor Livre Docente – Departamento de Ciências do Esporte da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professora Dra. Carmen Lúcia Soares – Professor Livre Docente - Departamento de Educação Física e Humanidades da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professor Dr. João Carlos Oliva – Professor Adjunto – Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Professora Dra. Andrea Moreno – Professor Associado – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e Professora Dra. Marília Velardi – Professor Doutor – Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. Membros Suplentes - Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida – Professor Doutor - Departamento de Estudos da Educação Física Adaptada da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professora Dra. Elaine Prodocimo – Professor Livre Docente - Departamento de Educação Física e Humanidades da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professor Dr. Jocimar Daolio – Professor Titular - Departamento de Educação Física e Humanidades da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professor Dr. Edivaldo Góes Junior – Professor Doutor - Departamento de Educação Física e Humanidades da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professor Dr. Luciano Allegretti Mercadante – Professor Doutor – Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas e Professora Dra. Yara Maria Carvalho – Professor Associado – Departamento de Pedagogia do Movimento do Corpo Humano da Universidade de São Paulo. **ITEM I** - Indicação da Comissão Julgadora do Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de Educação Física e Sociedade disciplinas EF622 – Educação Física – Educação Física Infantil, EF722 – Educação Física Escolar – Ensino Fundamental e EF822 – Educação Física Escolar – Ensino Médio. O **Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes** solicitou destaque do item para correção do texto. Na Resolução DEFH/FEF Nº 14/2014, o nome das

1 Instituições das Profas. Dras. Ana Lúcia Guedes Pinto e Aparecida Neri de Souza
2 estão errados, solicitou a alteração de Faculdade de Educação Física para
3 Faculdade de Educação. A **Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis**
4 perguntou se não seria interessante ter nesta banca três membros externos. O
5 **Professor Dr. Edvaldo Góes Junior** disse que o Departamento de Educação
6 Física e Humanidades concorda que a Comissão seja composta por três membros
7 externos. O **Professor Dr. Miguel de Arruda** disse que serão consultados os
8 indicados para a banca e que a preferência será de três membros externos e dois
9 internos. Em seguida foi colocada em apreciação a Comissão Julgadora que foi
10 aprovada com 14 votos favoráveis e uma abstenção, da seguinte forma:
11 Membros Titulares - Professor Dr. Ademir De Marco – Professor Titular -
12 Departamento de Educação Física e Humanidades da Faculdade de Educação
13 Física da Universidade Estadual de Campinas; Professora Dra. Helena Altmann –
14 Professor Doutor - Departamento de Educação Física e Humanidades da
15 Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professor
16 Dr. Valter Bracht - Professor Titular - Centro de Educação Física e Desportos da
17 Universidade Federal do Espírito Santo; Professor Dr. Alex Branco Fraga –
18 Professor Associado I - Escola Superior de Educação Física da Universidade
19 Federal do Rio Grande do Sul e Professor Dr. Marcílio Barbosa Mendonça de
20 Souza Júnior - Professor Associado IIC - Escola Superior de Educação Física da
21 Universidade de Pernambuco. Membros Suplentes - Professora Dra. Dirce Djanira
22 Pacheco e Zan – Professor Doutor - Departamento de Ensino e Práticas Culturais
23 da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas; Professora
24 Dra. Ana Lúcia Guedes Pinto – Professor Livre Docente - Departamento de
25 Metodologia do Ensino da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de
26 Campinas; Professora Dra. Aparecida Neri de Souza – Professor Livre Docente –
27 Departamento de Ciências Sociais na Educação da Faculdade de Educação da
28 Universidade Estadual de Campinas; Professor Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto
29 – Professor Doutor - Departamento de Educação Física e Humanidades da
30 Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas; Professor
31 Dr. Felipe Quintão de Almeida – Professor Adjunto III - Centro de Educação Física
32 e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo; Professor Dr. José Alfredo
33 Debortoli – Professor Associado - Escola de Educação Física da Universidade
34 Federal de Minas Gerais; Professora Dra. Ida Carneiro Martins – Professor Titular
35 – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Metodista de Piracicaba;
36 Professor Dr. José Pereira de Melo – Professor Associado IV - Departamento de
37 Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Professora Dra.
38 Mônica Caldas Ehrenberg – Professor Doutor – Faculdade de Educação da
39 Universidade de São Paulo e Professor Dr. Jaison José Bassani – Professor
40 Adjunto II - Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Santa
41 Catarina. O **Professor Dr. Ademir De Marco** disse que se preocupa com a
42 forma que a Congregação tem conduzido as discussões sobre as indicações das
43 Comissões Julgadora de Concursos, disse que a FEF ainda não conseguiu achar
44 um ponto de equilíbrio. Foi solicitado que os nomes que fossem encaminhados à
45 Congregação viessem acompanhados da carta de aceite e das declarações de
46 conflito de interesse. Sabe que a Congregação é o órgão máximo para as
47 decisões, porém acha que o Departamento é o fórum adequado para essa

1 discussão. Dois Chefes de Departamento decidiram a composição dessa banca e
 2 um professor que faltou na reunião trás a discussão para a Congregação. Deve-
 3 se repensar essa prática, pois ela tira a legitimidade do Departamento, de dizer
 4 quem são seu pares. Agradeceu publicamente a forma com que a nova gestão
 5 está gerindo a faculdade, entretanto pensa que tem alguns paradigmas que terão
 6 que ser quebrados. As questões devem ser feitas ao chefe de cada
 7 departamento. O **Professor Dr. Sergio Augusto Cunha** disse que os
 8 Departamentos tomaram todos os cuidados, que foram entregues as declarações
 9 solicitadas antes do início da reunião e que tendo em vista a correria e rapidez
 10 em que são constituídas as bancas, por conta dos prazos estabelecidos, ele não
 11 vê problema de fazer as alterações na reunião da Congregação. Pensa que essas
 12 alterações não ferem a autonomia dos Departamentos. Lembrou que foram feitas
 13 alterações no item anterior desta pauta e que o Departamento de Estudos da
 14 Atividade Física Adaptada também teve necessidade de alteração de uma banca,
 15 que já havia sido aprovada no departamento. A Congregação tem que ter a
 16 tranquilidade de discutir essas questões sem ferir a autonomia dos
 17 Departamentos. O **Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes** disse que esse
 18 professor que solicitou o destaque não faltou à reunião do departamento, esse
 19 professor estava afastado institucionalmente em atividade na USP. Disse ainda,
 20 que os documento encaminhados à Congregação vêm como sugestão e que se
 21 for de bom tom que os Conselheiros fiquem calados, o colegiado precisa tomar
 22 cuidado para não serem aprovados documentos com erros de digitação, como
 23 exemplo um Professor que é docente da Faculdade de Educação constar que é
 24 docente da Faculdade de Educação Física. Se o documento é aprovado desta
 25 forma, pode inviabilizar o concurso e expor a Unidade em áreas externas. A
 26 **Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis** solicitou um esclarecimento.
 27 Disse que presenciou em uma das reunião da Congregação um Chefe de
 28 Departamento sendo chamado a atenção por ter feito consultas aos membros de
 29 bancas, antes da mesma ser apreciada na Congregação. Gostaria de saber qual
 30 será o procedimento da nova gestão e se é necessário fazer a consulta anterior.
 31 O **Professor Dr. Miguel de Arruda** disse que não há nenhum problema legal
 32 em realizar esse procedimento. A situação atual é que hoje as bancas se fecham
 33 nas reuniões da Congregação, não tem mais fechamento de banca na CEPE. Na
 34 Congregação é o momento de se fazer os devidos ajustes, a responsabilidade é
 35 da Unidade, se houver problemas é a Congregação da Unidade quem irá resolver.
 36 O procedimento é 1) Os Departamentos elaboram uma lista de nomes; 2) os
 37 Chefes dos Departamentos e a secretaria iniciam as consultas, 3) A sugestão é
 38 encaminhada à Congregação da Unidade, juntamente com a declaração de
 39 conflito. **ITEM L -** Resolução DCE-FEF 14/2014. Relatório das Atividades
 40 desenvolvidas pela Professora Dra. Heloísa Helena Baldy dos Reis, referente ao
 41 período de junho de 2010 a maio de 2014. A **Professora Dra. Elaine**
 42 **Prodócimo** disse que, comparando os pareceres da Graduação e do
 43 Departamento foi constatado uma divergência na carga horária. Solicitou a
 44 mudança no parecer da Graduação, na carga horária, onde consta 10 horas
 45 semestrais deverá constar 122 horas semestrais, correspondentes a 8,2 credits
 46 semestrais. Em seguida, o documento foi colocado em apreciação com as
 47 correções apontadas pela Professora Dra. Elaine Prodócimo e foi aprovado por

1 unanimidade. **ITEM M** – Contratação emergencial de um docente em RTP para
2 ministrar a disciplina EF109 – Socorros de Urgência, a ser oferecida no 1º
3 semestre de 2015, em substituição a Professora Doutora Maria da Consolação
4 Gomes Cunha Fernandes Tavares, devido a fruição de Licença Prêmio no período
5 de 23 de março a 06 de julho de 2015. O documento foi destacado por ser
6 incluído na pauta. A **Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis**
7 perguntou se a quando o docente sai de licença prêmio a Unidade pode solicitar a
8 contratação de um professor substituto. Ela está pensando em programar suas
9 licenças e está preocupada de sobrecarregar seus colegas. O **Professor Dr.**
10 **Miguel de Arruda** disse que foi suspenso os pedidos de contratação para
11 realização de pós-doutorado. Os pedidos de contratação emergencial, com
12 apontamento de aposentadoria podem ser solicitados. Em seguida, o documento
13 foi colocado em apreciação e foi aprovado por unanimidade. **ITEM N** - Solicitação
14 de ingresso da Professora Dra. Priscila Yukari Sewo Sampaio, no Programa de
15 Pesquisador Colaborador, no período de 01/07/2014 a 30/06/2017, com bolsa do
16 Programa Ciência sem Fronteira, na modalidade atração de Jovens Talentos,
17 financiada pela CAPES, sob a coordenação geral da Professora Dra. Claudia
18 Regina Cavaglieri e coordenação técnica do Professor Dr. Marco Carlos Uchida. O
19 **Professor Dr. Miguel de Arruda** colocou em apreciação o documento que foi
20 aprovado por unanimidade. Em OUTROS, a **Professora Dra. Elaine Prodócimo**
21 informou que o Conselho Universitário da USP aprovou o abono de 28,6% ao
22 professores e funcionários e na próxima semana a Coordenadoria de Graduação
23 encaminhará um convite aos professores e alunos e uma convocação aos
24 membros da Comissão de Ensino para a primeira reunião ampliada de
25 Graduação, que tem como objetivo a adequação da licenciatura e os ajustes no
26 currículo de graduação da FEF/Unicamp. Essa reunião será realizada no dia 24 de
27 setembro de 2014, às 14:00 horas. O **Professor Dr. Miguel de Arruda** disse
28 que é muito importante a participação de todos na discussão curricular. Reiterou
29 o convite, do lançamento oficial da logomarca dos 30 anos de FEF e do café da
30 tarde em comemoração ao Dia dos Professores que será realizado no dia 15 de
31 outubro de 2014, por volta das 15:00 h. Nada mais a ser tratado, o **Sr.**
32 **Presidente** encerrou a reunião. Eu, Mariângela Cristina Padovani Bartier,
33 secretariei e lavrei a presente ata.

1 **ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
 2 **CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE**
 3 **ESTADUAL DE CAMPINAS, realizada no dia vinte e dois de outubro de dois mil**
 4 **e quatorze, na Sala da Congregação, com início às quatorze horas, sob a**
 5 **presidência do Professor Dr. Miguel de Arruda, Diretor da FEF.** Estiveram
 6 presentes: Professora Dra. Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil – Diretora Associada;
 7 Coordenações: PÓS-GRADUAÇÃO – Professora Dra. Claudia Regina Cavaglieri;
 8 GRADUAÇÃO – Professora Dra. Elaine Prodócimo e EXTENSÃO – Professor Dr. Odilon
 9 José Roble; DEPARTAMENTOS DEAFA – Professor Dr. Roberto Vilarta; DCE – Professor
 10 Dr. Ricardo Machado Leite de Barros em substituição ao Prof. Dr. Sergio Augusto
 11 Cunha; DEFH – Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior; Representação Docente MS-6 –
 12 Professor Dr. Antonio Carlos de Moraes e Professora Dra. Maria da Consolação Gomes
 13 Cunha Fernandes Tavares; Representação Docente MS-5 – Professor Dr. Ademir De
 14 Marco e Professora Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis; Representação Docente MS-3 –
 15 Professor Dr. José Irineu Gorla e Professora Dra. Helena Altmann; Representação
 16 Discente de Pós-Graduação – Nathália Arnosti Vieira; Representação dos Servidores
 17 Técnicos Administrativos – Warley Carlos de Santana e Ricardo Seixas Barbosa Maia.
 18 Ausências Justificadas: Professor. Dr. Sergio Augusto Cunha e Professor Dr. Marco
 19 Carlos Uchida. Ausências Injustificadas: Representação Discente de Graduação –
 20 Jéssica Adriana Montanini Fernandes. Convidados: Servidores Maria Elisabeth Massaro
 21 Malagodi e Tânia Gomes Felipe. O Sr. Presidente iniciou a reunião colocando em
 22 apreciação as Atas da 164ª Reunião Ordinária da Congregação realizada no dia vinte e
 23 sete de agosto de dois mil e quatorze, com início às quatorze horas. A ata foi aprovada
 24 com catorze votos favoráveis e duas abstenções. Prosseguindo **Professor Dr. Miguel**
 25 **de Arruda** abriu inscrição ao **EXPEDIENTE** e se inscreveram: a Mesa, a Professora
 26 Dra. Claudia Regina Cavaglieri, Sinval dos Santos Carmo, Professor Dr. Ademir De
 27 Marco, Professor Dr. Edivaldo Góis Júnior. A **Professora Dra. Claudia Regina**
 28 **Cavaglieri** informou sobre as dificuldades ocorridas no preenchimento das informações
 29 da Plataforma Sucupira. Essa nova plataforma não consegue extrair informações do
 30 SIPEX, apenas do Currículo Lattes. Tivemos grande dificuldades, uma delas foi a
 31 questão dos projetos de pesquisa. Existem muitos projetos abertos no Currículo Lattes
 32 há 20 anos, o projeto tem que ter começo, meio e fim. Pediu que os professores
 33 revisassem o seus projetos de pesquisas no Currículo Lattes e colocassem informações
 34 importantes, como projetos financiados com número de processo e edital de
 35 financiamento, participação em eventos, bancas e projetos e atividades de extensão.
 36 No SICONV houve uma mudança na plataforma de pagamento com a verba do PROAP,
 37 estamos com grandes dificuldade com os pagamentos que eram rotinas na Pós-
 38 Graduação, não foi aprovada a solicitação para carros como era feito no modelo
 39 anterior, agora tem que fazer três orçamento para contratar o carro, não dá mais para
 40 viabilizar o carro do dia para a noite. Pagamento de artigos, que é prioridade também
 41 está com problemas, a revista precisa estar cadastrada no sistema CAPES, precisa
 42 fazer um encaminhamento de cadastramento no sistema da CAPES que demora até
 43 três semanas. Os professores que tiverem artigos aceitos para publicação em revista
 44 precisam negociar um período mais amplo para o pagamento, precisa de 30 a 45 dias.
 45 A medida que essas revistas forem cadastradas no sistema o processo será mais
 46 rápido. Informou também, que na semana anterior ela fez uma visita técnica no
 47 Equador na Universidade Central de Quito, foi uma visita organizada pela VRERI e pela
 48 Reitoria da Universidade, foram sete professores da Unicamp e seis coordenadores de
 49 Pós-Graduação e a Professora Dra. Altair Antoninha Del Bel Cury representando a PRPG
 50 e a Reitoria cujo intuito da visita é receber na Unicamp alunos daquela Universidade
 51 para fazer o doutoramento em várias áreas de conhecimento. Ela entrevistou 15
 52 professores daquela Universidade e todos já tem bolsa para vir ao Brasil, com garantia

1 de afastamento de no mínimo um ano, para permanecerem aqui para cursarem as
2 disciplinas e para iniciar as discussões sobre os projetos. No momento, está
3 aguardando resposta da PRPG para saber quais as etapas posteriores em relação a
4 essa visita para que possamos, ou não, dar encaminhamento à possibilidade de
5 recebermos professores. A receptividade foi muito boa, eles foram recebidos pelo
6 embaixador do Brasil no Equador confirmando a política do governo Brasileiro em
7 ajudar o Equador na questão da consolidação do início de grupo de pesquisa no país e
8 a formação de professores. Ele encaminhou um Edital chamado PROMETEU apoiado
9 pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil que foi veiculado pelo Ministério da
10 Educação cujo programa é levar professores das Universidades Brasileiras para o
11 Equador. Ela vai encaminhar aos docentes da FEF para conhecimento. Na próxima
12 semana ela irá para Coimbra realizar também uma visita técnica, com intuito de levar
13 uma apresentação da Pós-Graduação e de todas as possibilidades que a Unicamp e o
14 governo Brasileiro oferecem para trazemos professores visitantes e para recebermos
15 alunos de Pós-Graduação de Coimbra. O servidor **Sinval dos Santos Carmo** informou
16 que a partir de novembro de 2014 as Unidades voltarão a realizar as compras, no valor
17 de até R\$8.000, por meio do sistema eletrônico (UNIBEC). Ele acredita que o tempo
18 para a aquisição dos materiais serão menores. Pede paciência a todos, informa que o
19 processo está se iniciando, que não pode fracionar uma compra e que o novo processo
20 necessita de planejamento. O **Professor Dr. Ademir De Marco** informou sobre a
21 realização Fórum de Educação Infantil em parceria com a Faculdade de Educação,
22 ocorrido nos dias 1 e 2 de outubro. Tiveram cerca de 1400 inscrições, das quais quase
23 1200 estiveram presentes. O evento atingiu o objetivo de discutir a Educação Infantil e
24 contou com apresentações de pôsteres e exposições de trabalho de crianças do ensino
25 fundamental e da educação infantil. Ficou firmado a continuidade da parceria para o
26 próximo ano. A equipe da informática da FEF coordenou as inscrições, o trabalho foi
27 muito bem feito e contribui para o sucesso do evento. Agradeceu o apoio da Direção da
28 FEF e o setor de Informática. Informou também da realização da corrida para as
29 crianças "Corrindo" no dia 12 de outubro de 2014 que contou com 270 inscritos e
30 aproximadamente 600/700 pessoas contanto com os familiares. Tivemos muitas
31 manifestações dizendo que foi a primeira oportunidade de participarem de um evento
32 dessa natureza. Compartilhou o sucesso desse evento à Direção da FEF e a
33 Coordenadoria da Extensão da FEF. O **Professor Dr. Edivaldo Góes Júnior** informou
34 que nos dias 15 a 18 de outubro de 2014 a FEF sediou o Fórum Internacional de
35 Ginástica Geral, com a coordenação do Professor Dr. Marco Antonio Bortoleto, o apoio
36 da Coordenadoria de Extensão da FEF e da Direção da FEF. Gostaria de ressaltar a
37 importância do evento para manter a posição de protagonismo da Faculdade de
38 Educação Física da Unicamp na área de Ginástica, um protagonismo que já é conhecido
39 nacionalmente e que está buscando seu reconhecimento internacionalmente,
40 parabenizou a todos os professores envolvidos, principalmente o Professor Dr. Marco
41 Antonio Bortoleto. O **Professor Dr. Miguel de Arruda** reiterou alguns avisos: a
42 realização do Fórum "Ações para o Protagonismo do Futebol Brasileiro" realizado pelo
43 PENSES - Fórum Pensamento Estratégico em parceria com a Faculdade de Educação
44 Física, no 25 de setembro de 2014, liderado pela Professora Dra. Paula Teixeira
45 Fernandes e Professor Dr. Sergio Augusto Cunha, a realização do Espetáculo "Simbad
46 o que conheceu o mundo" do Programa Artista Residente de Circo 2014, no dia 04 e 05
47 de outubro de 2014, coordenado pelo Professor Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto e
48 pelo aluno Rodrigo Matheus, em parceria entre o Instituto de Artes e a Faculdade de
49 Educação Física da Unicamp e participação da Equipe de Taekwondo da Unicamp que
50 participou do 19º Brasil Open de Taekwondo, no período de 09 a 12 de outubro de
51 2014, em Foz do Iguaçu, coordenado pelo Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida,
52 Seminário de Integração sobre Envelhecimento e 3º Dia da pessoa Idosa, com a

participação de 150 pessoas, realizado nos dias 16 e 17 de outubro de 2014, coordenado pelas Professoras Dras. Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil e Claudia Regina Cavaglieri. V Volta da Unicamp em parceria com o GGBS/Unicamp, coordenada por José Vitor Oliva e Tiago Guedes Russomano, dia 19 de outubro de 2014, assinatura do convênio de cooperação acadêmica e científica entre a Unicamp e a Nippon Sport Science University (NSSU), No dia 23 de outubro de 2014, às 18:00 horas na Praça Central do Ciclo Básico, será realizado o Espetáculo Íntimo (Grupo de Dança da FEF) coreografia e direção do Professor Dr. Odilon José Roble. Informou que na página da FEF encontra-se disponível o calendário de comemoração dos 30 anos da Faculdade de Educação Física da Unicamp. A Professora Dra. Mara Patrícia Traina Chacon-Mikahil informou que a programação preliminar foi disponibilizada na página da FEF por sugestão do servidor Felipe Mendonça Figueira, ainda não tem datas e poderá agregar outros eventos que a FEF vir a realizar nos 12 ou 14 meses futuros. Ações comemorativas como homenagem aos diretores, aos docentes, atividades com funcionários e ex-funcionários, homenagem à primeira e a 30ª turma, encontros de alunos de pós-graduação e da graduação. Na sequência, o **Professor Dr. Miguel de Arruda** solicitou a inclusão de pauta do **ITEM M** - Alteração do nome do Curso de Especialização "Formação em Técnico de Esgrima Olímpica e em Cadeira de Rodas" para "Esgrima Olímpica e em Cadeira de Rodas: capacitação de professores e técnicos esportivos", tendo como coordenador o Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida e do **ITEM N** - Termo Aditivo nº 05 ao Convênio de Cooperação entre a Universidade Estadual de Coimbra e a Universidade Estadual de Campinas. A solicitação de inclusão de pauta dos dois itens foi aprovada por unanimidade. Encerrando o expediente o **Senhor Presidente** abriu para destaque os itens da **ORDEM DO DIA** e foram destacados os seguintes documentos: **ITEM A** - Constituição da Comissão Organizadora para conduzir os trabalhos de realização de consulta para escolha do novo coordenador de Pós-Graduação e **ITEM K** - Resolução DEFH-FEF 23/2014. Relatório das Atividades desenvolvidas pela Professora Doutora Helena Altmann, referente ao período de 09/2007 a 08/2011. Foram aprovados em bloco, por unanimidade, os documentos: **ITEM B** - Homologação das Atas da votação para representantes junto a Congregação. Representantes Docentes MS-3: Titulares - Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro e Prof. Dr. João Paulo Borin, Suplentes - Prof. Dr. Renato Barroso da Silva e Prof. Dr. Marco Antonio Coelho Bortoleto. Representantes Docentes MS-5: Titulares - Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis e Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral, Suplentes: não houve inscritos. Representantes Docentes MS-6: Titulares - Prof. Dr. Edison Duarte e Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez, Suplentes: não houve inscritos. Representantes Discentes: Pós-Graduação Titular - Nathália Arnosti Vieira, Suplente - Tamires Lima Patricio. Graduação: Titulares - Jéssica Adriana Montanini Fernandes e Caio Batalha Deroc, Suplente: não houve inscritos. Representantes Técnico-Administrativos: Titulares - Andreia da Silva Manzato e Maria José da Conceição Moraes Marques, Suplente: Marcio Clebson dos Santos Alves; **ITEM C** - Projeto: Cobertura das quadras externas; **ITEM D** - Resolução Graduação-FEF 16/2014. Parecer desfavorável à solicitação de Revalidação de Diploma de Bacharelado em Educação Física, Interessado Andrew Felipe Martins - Proc. 01-P-05876/2014. **ITEM D** - Resolução Graduação-FEF 17/2014. Homologação do parecer à solicitação de Revalidação de Diploma de Bacharelado em Educação Física, Interessado Gleidson Roberto dos Santos - Proc. 01-P-33967/2013; **ITEM F** - Resolução Interna CPG-FEF 78/2014. Credenciamento do Professor Doutor Jocimar Daolio, na condição de Professor Pleno no Programa de Pós-Graduação, junto à Área de Concentração Educação Física e Sociedade, Linha de Pesquisa Corpo, Educação e Escola; **ITEM H** - Pareceres exarados pela Comissão que analisou as inscrições dos candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de

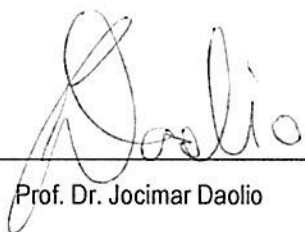
Professor Doutor na Parte Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de
 Atividade Física, Adaptação e Saúde, Disciplinas EF723 – Educação Física Escolar
 Especial e EF514 – Educação Física Adaptada; **ITEM I** - Resolução DEFA-FEF
 17/2014. Sugestão de nomes para compor a Comissão Julgadora do Concurso Público
 de Provas e Títulos para provimento de 01 cargo de Professor Doutor na Parte
 Permanente do Quadro Docente, MS-3, em RTP, na Área de Atividade Física, Adaptação
 e Saúde, Disciplinas EF723 – Educação Física Escolar Especial e EF514 – Educação
 Física Adaptada; **ITEM J** - Resolução DEFH-FEF 22/2014. Processo de investidura do
 Prof. Dr. Pierre Parlebas da Universidade de Paris V – França, como Doutor Honoris
 Causa pela Universidade Estadual de Campinas e **ITEM L** - Resolução DEFH-FEF
 24/2014. Relatório das Atividades desenvolvidas pela Professora Doutora Helena
 Altmann, referente ao período de 09/2011 a 08/2014. Foi aprovado com quinze votos
 favoráveis e uma abstenção o **ITEM G** - Resolução Interna CPG-FEF 79/2014.
 Credenciamento do Professor Doutor Odilon José Roble, na condição de Professor Pleno
 no Programa de Pós-Graduação, junto à Área de Concentração Educação Física e
 Sociedade, Linha de Pesquisa Corpo, Educação e Escola. Na sequência, o **Professor**
Dr. Miguel de Arruda iniciou a discussão em bloco dos itens destacados na ORDEM
 DO DIA: **ITEM A – Constituição da Comissão Organizadora para conduzir os**
trabalhos de realização de consulta para escolha do novo coordenador de Pós-
Graduação. Foram indicados os seguintes nomes: Professor Dr. Paulo Ferreira de
 Araújo-Representante do DEFA, Professor Dr. Jocimar Daolio - Representante do
 DEFH, Professor Dr. Sérgio Augusto Cunha - Representante do DCE, Nathália Arnosti
 Vieira - Representante da Pós-Graduação, Jéssica Adriana Montanini Fernandes -
 Representante da Graduação, Andréia da Silva Manzato - Representante Técnico-
 Administrativo) e Tânia Gomes Felipe - Secretária Executiva da Comissão. **ITEM K -**
Resolução DEFH-FEF 23/2014. Relatório das Atividades desenvolvidas pela
Professora Doutora Helena Altmann, referente ao período de 09/2007 a
08/2011. O Professor Dr. José Irineu Gorla solicitou correção no parecer contido
 na página 44 da pauta, na linha 10 alterar para “teve 5 orientandos de mestrado sendo
 uma orientação concluída”. Após as considerações o documento foi colocado em
 apreciação e foi aprovado por unanimidade. **ITEM M - Alteração do nome do Curso**
de Especialização “Formação em Técnico de Esgrima Olímpica e em Cadeira de
Rodas” para “Esgrima Olímpica e em Cadeira de Rodas: capacitação de
professores e técnicos esportivos”, tendo como coordenador o Prof. Dr. José
Júlio Gavião de Almeida. O Professor Dr. Miguel de Arruda colocou em votação o
 documento, o qual foi aprovado por unanimidade. **ITEM N - Termo Aditivo nº 05 ao**
Convênio de Cooperação entre a Universidade Estadual de Coimbra e a
Universidade Estadual de Campinas. O Sr. Presidente colocou em votação o
 documento, o qual foi aprovado por unanimidade. **OUTROS:** Descerramento da Placa
 do Professor Dr. Paulo Ferreira de Araújo enquanto - Diretor da FEF no quadriênio
 2010-2014 na sala da Congregação. Após as homenagens, o Sr. Presidente deu por
 encerrada a reunião, a qual eu, Mariângela Cristina Padovani Bartier, secretariei e
 lavrei a presente ata.



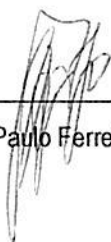
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA



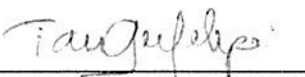
ATA DA APURAÇÃO DA CONSULTA À COMUNIDADE PARA ESCOLHA DO COORDENADOR DE PÓS-GRADUAÇÃO (MANDATO 2015-2016), DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, realizada em 28 de novembro de dois mil e quatorze, às 08h30. Presentes os Professores Doutores Jocimar Daolio e Paulo Ferreira de Araújo e a Servidora Tânia Gomes Felipe. Iniciando a apuração na Sala de Reunião 01 da Faculdade de Educação Física, foi feita a contagem dos votos obtidos na consulta à comunidade para escolha do Coordenador de Pós-Graduação, realizada nos dias 26 e 27/11/2014. Obtendo-se o seguinte resultado: DOCENTES: num universo de 34 votantes, votaram: 28, sendo 21 votos favoráveis, 02 votos nulos e 05 votos brancos, ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: num universo de 139 votantes, votaram: 10, sendo 09 votos favoráveis e 01 voto branco, para a candidata única Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri. Nada mais havendo a relatar, eu Tânia Gomes Felipe, lavrei a presente ata.



Prof. Dr. Jocimar Daolio



Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo



Tânia Gomes Felipe
Secretária



RESOLUÇÃO GRADUAÇÃO – FEF- Nº 018/2014

Assunto: Catálogo de Graduação – 2015

A Comissão de Ensino de Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas em sua reunião extraordinária realizada no dia 03 de novembro de 2014 aprovou as alterações nas ementas das disciplinas (abaixo relacionadas) no Catálogo de Graduação 2015 dos cursos diurno e noturno.

Solicito de Vossa Senhoria a inclusão na pauta da próxima reunião da Congregação da FEF/UNICAMP a aprovação das alterações nas ementas das disciplinas no Catálogo de Graduação 2015 dos cursos diurno e noturno.

- EF114 - Fundamentos da Ginástica
- EF115 – Jogo
- EF212 - Ritmo e Expressão
- EF214 - Metodologia de Pesquisa
- EF312 - Teorias da Educação Física
- EF314 – Dança
- EF315 – Luta
- EF316 - Crescimento e Desenvolvimento
- EF411 – Biomecânica
- EF414 - Fundamentos de Psicologia e Educação Física
- EF415 – Nado
- EF416 - Esporte Coletivo
- EF521 - Estágio Supervisionado em Educação Física I
- EF613 - Aprendizagem Motora
- EF614 - Pesquisa em Educação Física I
- EF621 - Estágio Supervisionado em Educação Física II
- EF632 - Estudos Psicológicos do Esporte
- EF722 - Educação Física Escolar - Ensino Fundamental

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
 03 de novembro de 2014

Profa. Dra. ELAINE PRODÓCIMO
 Coordenadora de Graduação
 FEF/Unicamp - Matr. 28493-4

*Aprovo em referendun
 da Congregação
 FEF/UNICAMP*

3/11/14
 Prof. Dr. MIGUEL DE ARRUDA
 Diretor
 FEF/Unicamp - Matr. 21072-2

28/11/14



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Departamento de Educação Física e Humanidades
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6618 - FAX: (19) 3521-6750

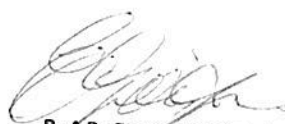


RESOLUÇÃO DEFH-FEF Nº 18/14

O Departamento de Educação Física e Humanidades, reunido em sua 27ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de setembro de 2014, aprovou a proposta de abertura de concurso público para obtenção de título de Livre Docente, na Área de Educação Física e Sociedade, nas disciplinas FF 081 – Estudos Independentes da Ginástica, EF 445 – Ginástica Artística e EF 645 – Aprofundamento em Ginástica Artística.

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”

10 de setembro de 2014


Prof. Dr. EDIVALDO GÓIS JÚNIOR
Chefe Depto de Educação Física e Humanidades
FEF/Unicamp - Matr. 30285-2

Tânia
29/10/14



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na área de Educação Física e Sociedade, nas disciplinas FF081 – Estudos Independentes da Ginástica, EF445 – Ginástica Artística e EF645 – Aprofundamento em Ginástica Artística, do Departamento de Educação Física e Humanidades, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas.

INSTRUÇÕES

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação deste Edital, de segunda à sexta-feira, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Secretaria Administrativa, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, situada à Rua Érico Veríssimo, 701 na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo, Campinas, SP.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição, nos termos do Artigo 172 do Regimento Geral da UNICAMP.

1.2. O registro da solicitação da inscrição será feito mediante apresentação, pelo candidato, de requerimento dirigido ao Diretor da Unidade, indicando: nome, domicílio e profissão, fazendo-o acompanhar dos seguintes documentos:

- a.** Diploma de Curso Superior, que inclua a matéria da disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso ou afim;
- b.** Título de Doutor;
- c.** Cédula de Identidade;
- d.** Oito (08) exemplares de Tese ou do Conjunto da Produção Científica, Artística ou Humanística do candidato após seu doutoramento e por ele apresentado de forma a evidenciar a sua contribuição nos campos da ciência, das artes ou humanidades;
- e.** Um (01) exemplar de cada trabalho ou documento relacionado no Memorial.
- f.** Oito (08) exemplares do Memorial, impresso, contendo tudo o que se relacione com a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, principalmente as atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso, a saber:

- f.1.** Indicação pormenorizada de sua educação secundária, precisando épocas, locais e instituições em que estudou, se possível menção de notas, prêmios ou outras distinções obtidas;
 - f.2.** Descrição minuciosa de seus estudos superiores, com indicação das épocas e locais em que foram realizados, e relação de notas obtidas;
 - f.3.** Indicação dos locais em que exerceu sua profissão, em seqüência cronológica, desde a conclusão dos estudos superiores até a data da inscrição ao Concurso;
 - f.4.** Indicação pormenorizada de sua formação científica ou artística;
 - f.5.** Relatório de toda sua atividade científica, artística, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em Concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa;
 - f.6.** Relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos;
 - f.7.** Relação nominal dos títulos universitários relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso, bem como outros diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.
- 1.3.** Todas as informações serão, obrigatoriamente, documentadas por certidões ou por outros documentos, a juízo da Congregação da Unidade.
- 1.4.** O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.
- 1.5.** Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5(cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos;

II. Prova Didática;

III. Prova de Defesa de Tese ou avaliação do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento e por ele

apresentado de forma a evidenciar a sua contribuição nos campos da ciência, das artes ou humanidades.

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas qualidades como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- a.** Atividades didáticas de orientação, de ensino e pesquisa;
- b.** Atividades científicas, artísticas, culturais e técnicas relacionadas com a matéria em concurso;
- c.** Títulos universitários; e
- d.** Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas.

3.2. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

3.2.1. A matéria para a prova didática será sorteada na presença de, no mínimo, 3 membros da Comissão Julgadora, com 24 horas de antecedência, de uma lista de 10 pontos organizada pela referida Comissão.

3.2.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

3.3. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.3.1. A arguição será feita pela Comissão Julgadora, cabendo a cada examinador 30 minutos e igual prazo ao candidato para responder. A critério do candidato, poderá haver diálogo e neste caso, os tempos serão somados.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será

submetido à homologação da Congregação da Unidade, instância final de mérito para deliberação.

V - DA DIVULGAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO JULGADORA

5. O parecer final da Comissão Julgadora, homologado pela Congregação da Faculdade de Educação Física, será publicado no DOE.

VI - DO RECURSO

6. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VII - DA LEGISLAÇÃO

7. O presente concurso obedecerá as disposições contidas na Deliberação CONSU-A-05/2003 e Deliberação CONSU 11/2014 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) da Faculdade de Educação Física.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física – Departamento de Ciências do Esporte
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 - FAX: (19) 3289-6751



RESOLUÇÃO DCE-FEF 02/11

O Departamento de Ciências do Esporte, reunido em sua sessão realizada em 23 de março de 2011, aprovou por unanimidade a proposta de abertura de Concurso Público para obtenção do Título de Livre Docente, nas disciplinas EF 441 - Basquetebol e EF 641 - Aprofundamento em Basquetebol, na área Esporte e Treinamento.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

25 de março de 2011


Prof. Dr. SÉRGIO AUGUSTO CUNHA
Chefe do Depto. de Ciências do Esporte
FEF/Unicamp - Matr. 28981-9

Tânia
01/04/2011



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EDITAL

A Universidade Estadual de Campinas torna pública a abertura de inscrições para o concurso de provas e títulos para obtenção do Título de Livre Docente na área de Esporte e Treinamento, nas disciplinas EF441 – Basquetebol e EF641 – Aprofundamento em Basquetebol, do Departamento de Ciências do Esporte, da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas.

INSTRUÇÕES

I – DAS INSCRIÇÕES

1. As inscrições serão recebidas, pelo prazo de 30 dias a contar da publicação deste Edital, de segunda à sexta-feira, das 9h00 às 11h30 e das 13h30 às 16h00, na Secretaria Administrativa da Faculdade de Educação Física, da Universidade Estadual de Campinas, na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo, Campinas, SP.

1.1. Poderão se inscrever ao concurso graduados em Curso Superior, portadores do título de Doutor, conferido pelo menos três (3) anos antes da data da inscrição, nos termos do Artigo 172 do Regimento Geral da UNICAMP.

1.2. O registro da solicitação da inscrição será feito mediante apresentação, pelo candidato, de requerimento dirigido ao Diretor da Unidade, indicando: nome, domicílio e profissão, fazendo-o acompanhar dos seguintes documentos:

a. Diploma de Curso Superior, que inclua a matéria da disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso ou afim;

b. Título de Doutor;

c. Cédula de Identidade;

d. Oito (08) exemplares de Tese ou do Conjunto da Produção Científica, Artística ou Humanística do candidato após seu doutoramento e por ele apresentado de forma a evidenciar a sua contribuição nos campos da ciência, das artes ou humanidades;

e. Um (01) exemplar de cada trabalho ou documento relacionado no Memorial.

f. Oito (08) exemplares do Memorial, impresso, contendo tudo o que se relacione com a formação científica, artística, didática e profissional do candidato, principalmente as atividades relacionadas com a disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso, a saber:

f.1. Indicação pormenorizada de sua educação secundária, precisando épocas, locais e instituições em que estudou, se possível menção de notas, prêmios ou outras distinções obtidas;

- f.2.** Descrição minuciosa de seus estudos superiores, com indicação das épocas e locais em que foram realizados, e relação de notas obtidas;
 - f.3.** Indicação dos locais em que exerceu sua profissão, em sequência cronológica, desde a conclusão dos estudos superiores até a data da inscrição ao Concurso;
 - f.4.** Indicação pormenorizada de sua formação científica ou artística;
 - f.5.** Relatório de toda sua atividade científica, artística, técnica, cultural e didática, relacionada com a área em Concurso, principalmente a desenvolvida na criação, organização, orientação e desenvolvimento de núcleos de ensino e pesquisa;
 - f.6.** Relação dos trabalhos publicados com os respectivos resumos;
 - f.7.** Relação nominal dos títulos universitários relacionados com a disciplina ou conjunto de disciplinas em Concurso, bem como outros diplomas e outras dignidades universitárias e acadêmicas.
- 1.3.** Todas as informações serão, obrigatoriamente, documentadas por certidões ou por outros documentos, a juízo da Congregação da Unidade.
- 1.4.** O Memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento do prazo para inscrições.
- 1.5.** Os candidatos serão notificados por Edital, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a respeito da composição da Comissão Julgadora e da fixação do calendário de provas, que será publicado no DOE após a aprovação das inscrições pela Congregação da Unidade.

II - DA COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO

2. A Comissão Julgadora do concurso será constituída de 5(cinco) membros aprovados pela Congregação da Unidade, entre especialistas de renome na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, 2 (dois) dos quais pertencerão ao corpo docente da Universidade, escolhidos entre professores de nível MS-6 ou MS-5, em exercício na Universidade, e os 3 (três) restantes escolhidos entre professores dessas categorias ou de categorias equivalentes pertencentes a estabelecimentos de ensino superior oficial ou profissionais de reconhecida competência na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso, pertencentes a instituições técnicas, científicas ou culturais do País ou do exterior.

III - DAS PROVAS

3. O presente concurso constará das seguintes provas:

I. Prova de Títulos;

II. Prova Didática;

III. Prova de Defesa de Tese ou avaliação do conjunto da produção científica, artística ou humanística do candidato após o seu doutoramento e por ele apresentado de forma a evidenciar a sua contribuição nos campos da ciência, das artes ou humanidades.

3.1. A Prova de Títulos consistirá na avaliação pela Comissão Julgadora, com base no memorial apresentado, dos títulos do candidato, emitindo parecer

circunstanciado em que se realce sua criatividade na ciência, nas artes ou humanidades e suas qualidades como professor e orientador de trabalhos.

3.1.1. No julgamento de títulos será considerado cada um dos itens abaixo, por ordem decrescente de valor:

- a. Atividades didáticas de orientação, de ensino e pesquisa;
- b. Atividades científicas, artísticas, culturais e técnicas relacionadas com a matéria em concurso;
- c. Títulos universitários; e
- d. Diplomas de outras dignidades universitárias e acadêmicas.

3.2. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas ministradas na Universidade no ano anterior ao concurso e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

3.2.1. A matéria para a prova didática será sorteada na presença de, no mínimo, 3 membros da Comissão Julgadora, com 24 horas de antecedência, de uma lista de 10 pontos organizada pela referida Comissão.

3.2.2. A prova didática terá a duração de 50 a 60 minutos e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, dispositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

3.3. A tese a ser defendida pelo candidato deverá basear-se em trabalho de pesquisa original. No caso de o candidato optar pela apresentação do conjunto de sua produção científica, artística ou humanística, realizada após o doutoramento, este conjunto de trabalhos será organizado de modo a demonstrar a capacidade crítica do candidato, bem como a originalidade de suas pesquisas.

3.3.1. A arguição será feita pela Comissão Julgadora, cabendo a cada examinador 30 minutos e igual prazo ao candidato para responder. A critério do candidato, poderá haver diálogo e neste caso, os tempos serão somados.

IV - DO JULGAMENTO DAS PROVAS

4. Cada examinador atribuirá notas de 0 (zero) a 10 (dez) a cada uma das provas.

4.1. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas por ele atribuídas às provas.

4.2. Os candidatos que alcançarem, de 3 (três) ou mais examinadores, a média mínima 7,0 (sete), serão julgados habilitados à Livre-Docência.

4.3. A Comissão Julgadora, terminadas as provas, emitirá um parecer circunstanciado, único e conclusivo, sobre o resultado do concurso que será submetido à homologação da Congregação da Unidade, instância final de mérito para deliberação.

V - DA DIVULGAÇÃO DO PARECER DA COMISSÃO JULGADORA

5. O parecer final da Comissão Julgadora, homologado pela Congregação da Faculdade de Educação Física, será publicado no DOE.

VI - DO RECURSO

6. Do julgamento do concurso caberá recurso, exclusivamente de nulidade, para a Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão.

VII – DA LEGISLAÇÃO

7. O presente concurso obedecerá as disposições contidas na Deliberação CONSU-A-05/2003 e Deliberação CONSU-A 11/2014 que estabelece o perfil de Professor Associado I (MS-5.1) da Faculdade de Educação Física.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750

Fls. Nº 80
Proc. Nº 237-861511
Rub. 57

000013
FEF

ATA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, ÁREA DE ESPORTE E TREINAMENTO, NA DISCIPLINA EF 450 – ESPORTES DE RAQUETE, E NA ÁREA DE BIODINÂMICA DO MOVIMENTO, NA DISCIPLINA EF 411 – BIOMECÂNICA, DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Às sete horas e trinta minutos do dia treze de novembro de dois mil e quatorze, no Auditório da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, a Professora Doutora Mara Patrícia Traina Chacon Mikahil, Diretora Associada da Faculdade de Educação Física, deu início à abertura dos trabalhos do Concurso Público para provimento de um cargo de Professor Doutor, Nível MS-3, em RTP, na Parte Permanente do Quadro Docente da Unicamp, na Área de Esporte e Treinamento, na disciplina EF 450 – Esportes de Raquete, e na Área de Biodinâmica do Movimento, na disciplina EF 411 – Biomecânica. Compareceu para as provas, no dia e horário estipulados, a candidata: *Karine Jacón Sarro*. A Comissão Julgadora foi constituída pelos Professores Doutores Marcos Duarte do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC, Paulo Roberto Pereira Santiago da Escola de Educação Física e Esportes da Universidade de São Paulo – Campus Ribeirão Preto, Claudio Alexandre Gobatto da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP, Luiz Eduardo Barreto Martins da Faculdade de Educação Física da UNICAMP e Edison Duarte da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. De acordo com a Deliberação CONSU-A-002/03, o Professor Doutor Edison Duarte foi designado a presidir o concurso. A Comissão se reuniu para elaboração dos pontos para a Prova Escrita, apresentando as seguintes questões: 1 - Adaptações de espaços e equipamentos para a prática de Esportes de Raquete; 2 - Modalidades esportivas de raquete no universo das atividades corporais; 3 - Procedimentos pedagógicos para o ensino de Tênis de Campo; 4 - Procedimentos pedagógicos para o ensino de Badminton; 5 - Fundamentos técnicos da prática de

[Handwritten signatures and initials]

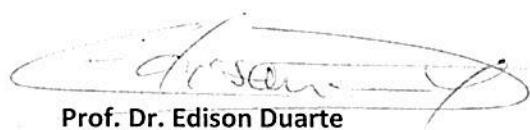
Tênis de Campo; 6 - Métodos de análise de movimento em biomecânica: cinemetria, dinamometria, eletromiografia e antropometria; 7 - Centro de Gravidade e sua importância na coluna vertebral na postura e no equilíbrio; 8 - Leis de Newton e sua importância na análise do movimento humano; 9 - Análise do movimento humano a partir dos conceitos de trabalho, energia e potência; 10 - Movimentos articulares, planos e eixos: relação entre morfologia e o movimento humano. A questão sorteada, na presença da candidata, para a Prova Escrita foi a de número 3 – ***“Procedimentos pedagógicos para o ensino de Tênis de Campo”***. Às oito horas e cinco minutos iniciou-se a Prova Escrita, com uma hora para consultas bibliográficas e anotações, seguida da elaboração da resposta por um período de até quatro horas. Às treze horas, a candidata Karine Jaco Sarro, realizou a leitura da Prova Escrita Dissertativa frente à Comissão Julgadora em sessão pública. Em seguida, na presença da candidata, procedeu-se o sorteio do ponto para a Prova Didática, que em número de 10 (dez), ficaram dispostos da seguinte maneira: 1 - Aplicações da análise bidimensional do movimento humano; 2 - Aspectos biomecânicos dos Esportes de Raquete; 3 - Métodos de análise de movimento em biomecânica: cinemetria; 4 - Métodos de análise de movimento em biomecânica: dinamometria; 5 - Métodos de análise de movimento em biomecânica: antropometria; 6 - Fundamentos técnicos da prática de Esportes de Raquete; 7 - Centro de Gravidade e sua importância na coluna vertebral, na postura e no equilíbrio; 8 – Aplicações das Leis de Newton na análise do movimento humano; 9 - Análise do movimento humano a partir dos conceitos de trabalho, energia e potência; 10 - Movimentos articulares, planos e eixos: relação entre morfologia e o movimento humano. O ponto sorteado para a Prova Didática foi o de número 9 – ***“Análise do movimento humano a partir dos conceitos de trabalho, energia e potência”***. Após o sorteio e tendo assinado a lista de conhecimento do ponto sorteado, a candidata foi dispensada, nesse dia, da sua presença física no local de provas. A seguir a Comissão Julgadora atribuiu as notas da Prova Escrita, que foram colocadas em envelopes, lacrados e rubricados. Às treze horas e trinta minutos a Comissão Julgadora, em sessão pública, procedeu à abertura de todos os envelopes lacrados que continham as notas, para atribuição da média da Prova Escrita da candidata, conforme tabela:



ESCRITA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9,5	10	10	10	9,9

000015

A candidata *Karine Jacon Sarro* foi aprovada para a segunda fase do concurso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, Maria Aparecida Moraes, Secretária dos Departamentos, onde assino com os senhores Membros Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 13 de novembro de 2014.



Prof. Dr. Edison Duarte
 Presidente da Comissão julgadora



Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira Santiago
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Luiz Eduardo Barreto Martins
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Marcos Duarte
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Cláudio Alexandre Gobatto
 Membro da Comissão Julgadora



Maria Aparecida Moraes
 Secretária

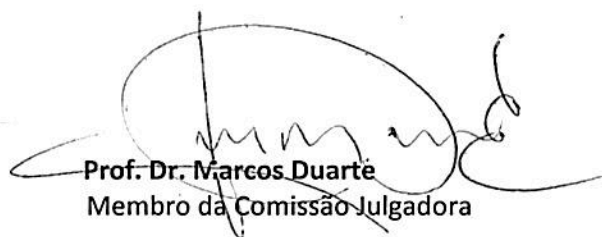
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE 01 CARGO DE PROFESSOR DOUTOR MS-3.1, REGIME DE TRABALHO EM TEMPO INTEIRO, NA ÁREA DE ESPORTE E TREINAMENTO, NA DISCIPLINA EF 450 – ESPORTES DE RAQUETE, E NA ÁREA DE BIODINÂMICA DO MOVIMENTO, NA DISCIPLINA EF 411 – BIOMECÂNICA, DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. **000016**

ESCRITA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9,5	10	10	10	9,9
ESPECÍFICA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	9	8,5	8	9	9,5	8,8
TÍTULOS	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9
DIDÁTICA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9	9	10	10	9,6
ARGUIÇÃO	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9	9	9	10	9,4
NOTA PONDERADA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	8,97	8,42	8,47	8,87	9,02	8,75

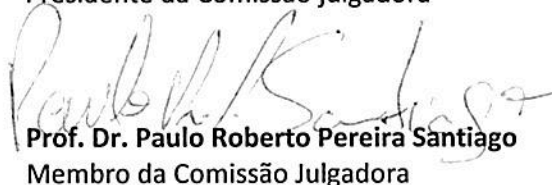
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 14 de novembro de 2014.



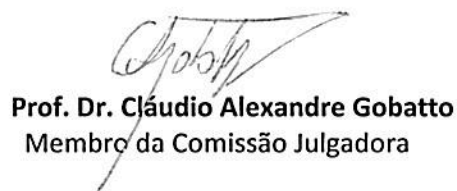
Prof. Dr. Edison Duarte
 Presidente da Comissão julgadora



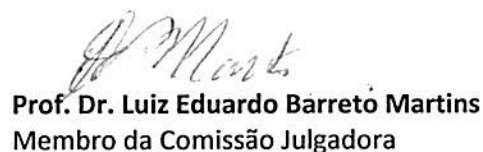
Prof. Dr. Marcos Duarte
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira Santiago
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Cláudio Alexandre Gobatto
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Luiz Eduardo Barreto Martins
 Membro da Comissão Julgadora



Maria Aparecida Moraes
 Secretária

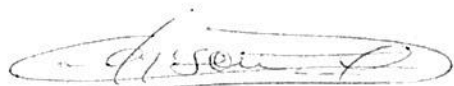
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE 01 CARGO DE PROFESSOR DOUTOR MS-3.1, REGIME RTP, NA ÁREA DE ESPORTE E TREINAMENTO, NA DISCIPLINA EF 450 – ESPORTES DE RAQUETE, E NA ÁREA DE BIODINÂMICA DO MOVIMENTO, NA DISCIPLINA EF 411 – BIOMECÂNICA, DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE.

RESUMO DAS INDICAÇÕES					
Examinadores	Marcos Duarte	Paulo Roberto Pereira Santiago	Cláudio Alexandre Gobatto	Luiz Eduardo Barreto Martins	Edison Duarte
Classificação	Candidatos				
1º Lugar	Karine Jacson Sarro	Karine Jacson Sarro	Karine Jacson Sarro	Karine Jacson Sarro	Karine Jacson Sarro

Indicações da Comissão Julgadora

Classificação	Candidato	Nº de Indicações
1º lugar	Karine Jacson Sarro	05

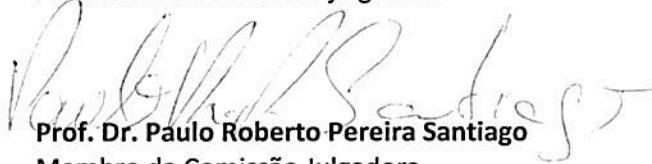
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 14 de novembro de 2014.



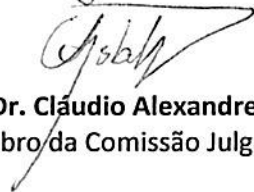
Prof. Dr. Edison Duarte
 Presidente da Comissão julgadora



Prof. Dr. Marcos Duarte
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira Santiago
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Cláudio Alexandre Gobatto
 Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Luiz Eduardo Barreto Martins
 Membro da Comissão Julgadora



Maria Aparecida Moraes
 Secretária



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750



Fls. Nº 86
Proc. Nº 23 p - 8615/14
Rub. 000018

ATA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, ÁREA DE ESPORTE E TREINAMENTO, NA DISCIPLINA EF 450 – ESPORTES DE RAQUETE, E NA ÁREA DE BIODINÂMICA DO MOVIMENTO, NA DISCIPLINA EF 411 – BIOMECÂNICA, DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

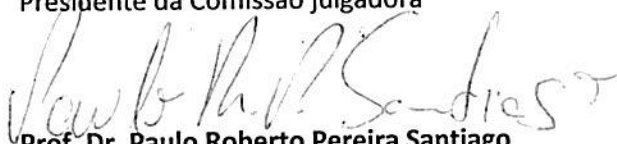
Às oito horas do dia quatorze de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões 01 da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, reuniu-se a Comissão Julgadora do Concurso Público para a realização da Prova de Títulos baseada na apreciação do memorial elaborado e comprovado da candidata *Karine Jacón Sarro*, aprovada na Prova Escrita. Após análise da documentação, cada integrante da Comissão Julgadora atribuiu as notas que foram colocadas em envelopes, os quais foram lacrados e rubricados. Às dez horas a Comissão Julgadora procedeu à realização da Prova Específica, que consistiu na Análise do Plano de Trabalho da candidata aprovada na Prova Escrita, em seguida, cada integrante da Comissão Julgadora atribuiu as notas que foram colocadas em envelopes, os quais foram lacrados e rubricados. Às quatorze horas no Auditório desta Faculdade deu-se início a Prova Didática da candidata, cujo ponto sorteado no dia anterior foi o de número 9 – “**Análise do movimento humano a partir dos conceitos de trabalho, energia e potência**”, a candidata *Karine Jacón Sarro*, fez a exposição de sua aula, com a duração de cinquenta minutos. Após a aula apresentada pela candidata, cada integrante da Comissão Julgadora atribuiu as notas que foram colocadas em envelopes, os quais foram lacrados e rubricados. Às quinze horas, iniciou-se à Prova de Arguição da candidata, sobre a matéria dos programas das disciplinas e sobre o memorial apresentado pela candidata. A arguição iniciou-se pelo Professor Doutor Marcos Duarte, seguido pelos Professores Doutores Paulo Roberto Pereira Santiago, Cláudio Alexandre Gobatto, Luiz Eduardo Barreto Martins e Edison Duarte. Em seguida procedeu à atribuição das notas que foram colocadas em envelopes os quais foram lacrados e rubricados. Às dezesseis horas, a Comissão Julgadora, em sessão pública, procedeu à abertura de todos os envelopes lacrados que continham as notas, para atribuição da média final da candidata, conforme tabela:

ESCRITA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9,5	10	10	10	9,9
ESPECÍFICA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	9	8,5	8	9	9,5	8,8
TÍTULOS	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9	6,9
DIDÁTICA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9	9	10	10	9,6
ARGUIÇÃO	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	10	9	9	9	10	9,4
NOTA PONDERADA	Marcos	Paulo R.	Cláudio	Barreto	Edison	GERAL
Karine Jacon Sarro	8,97	8,42	8,47	8,87	9,02	8,75

Na sequência, o Presidente divulgou o resultado final do Concurso Público sendo classificado em primeiro lugar a candidata Karine Jacon Sarro, com 05 (cinco) indicações. A seguir, a Comissão se reuniu para a elaboração do Parecer Final Circunstanciado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, cujos trabalhos são objetos desta Ata, lavrada por mim, Maria Aparecida Moraes, Secretária dos Departamentos, onde assino com os senhores Membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 14 de novembro de 2014.



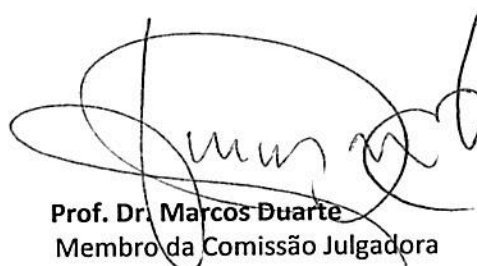
Prof. Dr. Edison Duarte
Presidente da Comissão julgadora



Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira Santiago
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Luiz Eduardo Barreto Martins
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Marcos Duarte
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Cláudio Alexandre Gobatto
Membro da Comissão Julgadora



Maria Aparecida Moraes
Secretária



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750

000020
FEF

PARECER CIRCUNSTANCIADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, ÁREA DE ESPORTE E TREINAMENTO, NA DISCIPLINA EF 450 – ESPORTES DE RAQUETE, E NA ÁREA DE BIODINÂMICA DO MOVIMENTO, NA DISCIPLINA EF 411 – BIOMECÂNICA, DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

O concurso público foi iniciado no dia 13 de novembro de 2014 às 7h30, com a identificação da única candidata inscrita para o concurso, *Karine Jacson Sarro*. Às 8h00 foi iniciada a Prova Escrita Dissertativa, tendo como tema a questão ***“Procedimentos pedagógicos para o ensino de Tênis de Campo”***. Foi concedido o prazo de 60 (sessenta) minutos para consulta de documentos bibliográficos, seguidos por prazo máximo de 04 (quatro) horas para a redação da resposta. Às 13h00, na presença da candidata, procedeu-se o sorteio do ponto para a Prova Didática, em número de 10 (dez). O ponto sorteado para a Prova Didática foi o de número 9 – ***“Análise do movimento humano a partir dos conceitos de trabalho, energia e potência”***. Após o sorteio e tendo assinado a lista de conhecimento do ponto sorteado, a candidata foi dispensada, nesse dia, da sua presença física no local de provas. Às 13h30 a Comissão Julgadora, em sessão pública, procedeu à abertura de todos os envelopes lacrados que continham as notas, para atribuição da média da Prova Escrita da candidata. Os trabalhos da Comissão Julgadora foram encerrados às 14h00 do dia 13 de novembro de 2014 e retomados às 8h00 do dia 14 de novembro de 2014 com a realização da Prova de Títulos quando a Comissão Julgadora apreciou o memorial elaborado e comprovado pela candidata. Na sequência a Comissão Julgadora procedeu com a Prova Específica que constituiu-se na Análise do Plano de Trabalho apresentado pela candidata. Às 14h00 deu-se o início à Prova Didática que foi apresentada pela candidata. Às 15h00 iniciou-se a Prova de Arguição onde a candidata foi interpelada pela Comissão Julgadora sobre a matéria dos programas das disciplinas, o plano de trabalho e sobre o memorial apresentado na inscrição. Logo após o término das arguições, foram atribuídas notas e colocadas em envelopes e lacrados. Às 16h00 a Comissão Julgadora, em sessão pública, abriu todos os envelopes de todas as provas e divulgou as notas. A seguir, em sessão reservada, a Comissão Julgadora procedeu à indicação da candidata habilitada no concurso, tendo por base a obtenção da maioria dos examinadores, nota final mínima 07 (sete), conforme segue:

[Handwritten signatures and initials]

000021

RESUMO DAS INDICAÇÕES					
Examinadores	Marcos Duarte	Paulo Roberto Pereira Santiago	Claudio Alexandre Gobatto	Luiz Eduardo Barreto Martins	Edison Duarte
Classificação	Candidatos				
1º Lugar	Karine Jacón Sarro	Karine Jacón Sarro	Karine Jacón Sarro	Karine Jacón Sarro	Karine Jacón Sarro

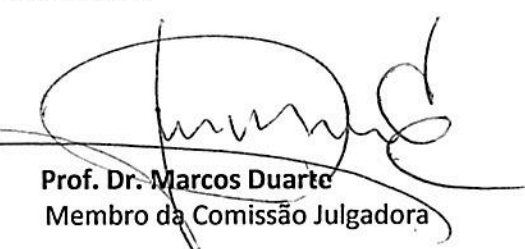
Indicações da Comissão Julgadora

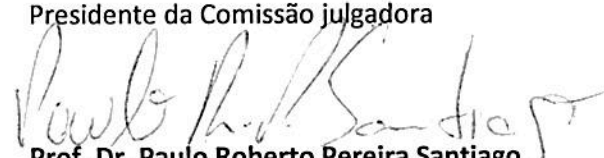
Classificação	Candidato	Nº de Indicações
1º lugar	Karine Jacón Sarro	05

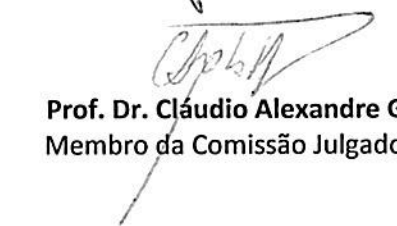
A seguir, em sessão reservada, a Comissão Julgadora procedeu à indicação individualizada de cada um de seus membros, sendo indicado para nomeação a candidata *Karine Jacón Sarro* aprovado com média: 8,75 (oito inteiros e setenta e cinco centésimos) em primeiro lugar com cinco indicações.

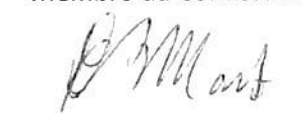
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 14 de novembro de 2014.


Prof. Dr. Edison Duarte
 Presidente da Comissão julgadora


Prof. Dr. Marcos Duarte
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Roberto Pereira Santiago
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Claudio Alexandre Gobatto
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Luiz Eduardo Barreto Martins
 Membro da Comissão Julgadora



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física – Departamento de Ciências do Esporte
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750



Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

28 de novembro de 2014

Ofício DCE-FEF 12 / 14

Prezado Professor

Dr. Miguel de Arruda

DD. Presidente da Congregação – FEF

Aprovo "*Ad Referendum*" o Parecer Circunstanciado sobre o Projeto de Pesquisa da Professora Doutora Karine Jacon Sarro, bem como, sua admissão para o cargo de Professor Doutor, Nível MS-3.1, em RTP, na Área de Esporte e Treinamento, na disciplina EF450 – Esportes de Raquete, e na área de Biodinâmica do Movimento, na disciplina EF411 - Biomecânica, com extensão para o RDIDP.

Cordialmente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sergio Cunha".

Prof. Dr. Sérgio Augusto Cunha
Chefe do Departamento de Ciências
Do Esporte – FEF/UNICAMP

PARECER CIRCUNSTANCIADO

DOCENTE: Profa. Dra. Karine Jacon Sarro

DEPARTAMENTO de Ciências do Esporte, FEF/UNICAMP

O Departamento de Ciências do Esporte, tendo em vista o Concurso Público referente ao preenchimento de uma vaga na função de professor doutor I, nível MS 3.1, ao analisar o projeto de pesquisa da Profa. Dra. Karine Jacon Sarro, concede o seguinte parecer.

O projeto da professora em questão tem ênfase na iniciação esportiva de crianças nos esportes de raquete. Justifica-se cientificamente pela necessidade de pesquisas que embasem os métodos de ensino-aprendizagem-treinamento na iniciação nesta modalidade esportiva e de métodos que avaliem o desenvolvimento integral da pessoa e não apenas seu desenvolvimento motor.

O objetivo do projeto é realizar uma análise cinemática de crianças iniciantes nos esportes de raquete com o intuito de avaliar o efeito do método de ensino-aprendizagem-treinamento adotado nas aquisições motoras, físicas e táticas. Para complementar este objetivo, o projeto ainda possibilitará, através da biomecânica, a avaliação das seguintes variáveis: deslocamento, velocidade e mudança de direção das crianças nas atividades; coordenação dos movimentos dos membros superiores; padrão cinemático do tronco e membros no gesto de rebater; variabilidade motora e da raquete e ações táticas.

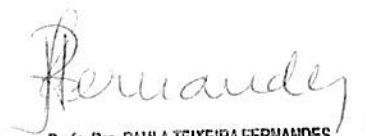
Para a execução deste projeto, que terá como base a cinemetria, os dados serão obtidos a partir de imagens de vídeos, feitas em situações de jogos e brincadeiras envolvendo os diferentes elementos dos esportes de raquete com as crianças iniciantes nesta modalidade. Para isso, serão avaliadas 60 crianças com idades entre 6 e 8 anos de idade, já que esta faixa etária é considerada adequada para o início técnico na modalidade. Estas crianças serão divididas em dois grupos: G1 – grupo experimental e G2 – grupo controle. As crianças do G1 realizarão a iniciação esportiva a partir de vivências nos esportes de raquete, brincadeiras e jogos estruturados para o desenvolvimento de habilidades motoras e táticas gerais durante 12 semanas. Estas atividades enfatizarão o desenvolvimento do padrão gestual de rebater, melhorando a agilidade, o equilíbrio e a coordenação olho-mão. Os dois grupos serão avaliados no momento inicial e após as 12 semanas. As avaliações realizadas utilizarão instrumentos já consolidados na literatura, claramente descritos no projeto.



Além da importância do projeto em questão e da sua viabilidade a curto prazo, é interessante ressaltar que este projeto abre a possibilidade de um trabalho interdisciplinar com outros docentes e grupos de estudos e pesquisas, no sentido de avaliar a influência das vivências em esportes de raquete nos âmbitos social, cultural e psicológico. Além disso, tem bons indicativos para a realização de um projeto de extensão universitária para oferecer à comunidade infantil a iniciação esportiva nos esportes de raquete.

Diante do exposto, o Departamento de Ciências do Esporte resalta a pertinência do projeto e sua aplicabilidade prática, na certeza de que a professora contribuirá para o desenvolvimento cada vez mais sólido da área. É assim, manifesta-se favorável à aprovação do projeto de pesquisa em apreço.

Campinas, 02 de dezembro de 2014.



Prof. Dra. PAULA TEIXEIRA FERNANDES
Departamento de Ciências do Esporte
FEF/Unicamp - Matr. 30246-7



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750

Fls. Nº 73
Proc. Nº 23P-8622/14
Rub. Público 008025
FEF

ATA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, NA ÁREA DE ATIVIDADE FÍSICA, ADAPTAÇÃO E SAÚDE, NAS DISCIPLINAS EF512 – ADAPTAÇÕES DOS SISTEMAS ORGÂNICOS AO TREINAMENTO FÍSICO E EF732 – ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS, DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Às sete horas e trinta minutos do dia três de novembro de dois mil e quatorze, no Auditório da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, o Professor Doutor Miguel de Arruda, Diretor da Faculdade de Educação Física, deu início à abertura dos trabalhos do Concurso Público para provimento de um cargo de Professor Doutor, Nível MS-3, em RTP, na Parte Permanente do Quadro Docente da Unicamp, na Área de Atividade Física, Adaptação e Saúde, nas disciplinas nas disciplinas EF512 – Adaptações dos Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico e EF732 – Atividade Física para Grupos Diferenciados. Compareceram para as provas, no dia e horário estipulados, os candidatos: *Nelo Eidy Zanchi, Guilherme Borges Pereira, Pablo Christiano Barbosa Lollo, Tiago Rezende Figueira, Alexandre Gabarra de Oliveira, Patricia Chimin, Lúgia de Moraes Antunes Corrêa, Bruno Rodrigues, Ezequiel Moreira Gonçalves, André Otavio Peres Protzek, Aline Villa Nova Bacurau, Rozangela Verlengia, Fernanda Roberta Roque Redondo, Marcelo Luis Marquezi, Emilianne Miguel Salomão, ficando registrada a ausência dos candidatos: Vanessa Santhiago, Rafael Herling Lambertucci, Ricardo Yukio Asano, Ricardo Cardoso Cassilhas.* A Comissão Julgadora foi constituída pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior do Departamento de Fisiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Dora Maria Grassi Kassisse do Instituto de Biologia da UNICAMP, Paulo Ferreira de Araújo da Faculdade de Educação Física da UNICAMP e Roberto Vilarta da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. De acordo com a Deliberação CONSU-A-002/03, o Professor Doutor Roberto Vilarta foi designado a presidir o concurso. A Comissão se reuniu para elaboração dos pontos para a Prova Escrita, apresentando as seguintes questões: 1- Treinamento físico nas afecções neuromusculares: Avaliação, prescrição e programação do exercício, 2 - Efeitos do treinamento físico no acidente vascular encefálico crônico: Aspectos hemodinâmicos e metabólicos, 3 - Efeitos do treinamento físico no acidente vascular encefálico crônico: Aspectos moleculares, autonômicos e inflamatórios,

4 - Efeitos do treinamento físico na doença cardiovascular: Adaptações da função cardíaca, 5 - Efeitos do treinamento físico na doença cardiovascular: Adaptações autonômicas, 6 - Efeitos do treinamento físico na doença cardiovascular: Perfil lipêmico e inflamatório, 7 - Treinamento físico na síndrome metabólica, obesidade diabetes II: Avaliação, prescrição e programação do exercício, 8 - Efeitos do treinamento físico na síndrome metabólica, obesidade diabetes II: Aspectos moleculares e perfil inflamatório, 9 - Treinamento físico nas doenças pulmonares obstrutivas: Avaliação, prescrição e programação do exercício, 10 - Efeitos do treinamento físico na hipertensão arterial sistêmica: Aspectos moleculares e perfil inflamatório. A questão sorteada, na presença dos candidatos, para a Prova Escrita foi a de número 2 - ***Efeitos do treinamento físico no acidente vascular encefálico crônico: Aspectos hemodinâmicos e metabólicos.*** Às oito horas e trinta minutos iniciou-se a Prova Escrita, com uma hora para consultas bibliográficas e anotações, seguida da elaboração da resposta por um período de até quatro horas. Às treze horas e quarenta e cinco minutos, na presença dos candidatos, procedeu-se o sorteio do ponto para a Prova Didática, que em número de 10 (dez), conforme Edital de Provas publicado em D.O.E, em 03 de outubro de 2014, ficaram dispostos da seguinte maneira: 1 - Metabolismo energético em diferentes intensidades de exercício físico: aspectos da energia das ligações fosfato e da liberação de energia pelos macronutrientes; 2 - Controle neural do movimento: estrutura e funcionalidade da unidade motora quanto às características de contração, tensão, recrutamento e de fadiga neuromuscular; 3 - Ajustes e adaptações musculares frente ao exercício físico: aspectos moleculares, morfológicos e funcionais; 4 - Ajustes e adaptações cardiovasculares ao exercício físico: regulação da frequência cardíaca e do fluxo sanguíneo e a resposta integrada nas diferentes intensidades de exercício; 5 - Ajustes e adaptações cardiorrespiratórias: regulação e integração no repouso e nas diferentes intensidades de exercício; 6 - Regulação da respiração pulmonar durante diferentes intensidades do exercício físico: controles químico e não-químico, equilíbrio ácido-básico; 7 - Diabetes tipo I e II: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos; 8 - Hipertensão arterial sistêmica: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos; 9 - Doenças respiratórias restritivas e obstrutivas: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos; 10- Doenças ligadas ao sistema imunológico: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos. O ponto sorteado para a Prova Didática foi o de número 7 - ***"Diabetes tipo I e II: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos"***. Após o sorteio e tendo assinado a lista de conhecimento do ponto sorteado, os candidatos foram dispensados, nesse dia, da sua presença física no local de provas. Às quatorze horas, teve início a correção da Prova Escrita realizada pela Comissão Julgadora. A seguir a Comissão Julgadora atribuiu as notas da Prova Escrita, que foram colocadas



em envelopes, lacrados e rubricados. Às dezenove horas e trinta minutos a Comissão Julgadora, em sessão pública, procedeu à abertura de todos os envelopes lacrados que continham as notas, para atribuição da média da Prova Escrita dos candidatos, conforme tabela:

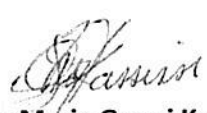
ESCRITA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8,0	8,0	8,5	8,0	7,5	8,0
Aline Villa Nova Bacurau	6,0	5,0	6,0	6,0	6,0	5,8
André Otavio Peres Protzek	7,5	7,0	7,0	7,5	7,0	7,2
Bruno Rodrigues	9,5	10,0	10,0	9,5	10,0	9,8
Emilianne Miguel Salomão	7,0	6,5	7,0	6,5	6,0	6,6
Ezequiel Moreira Gonçalves	7,0	6,0	6,5	6,5	6,5	6,5
Fernanda R. Roque Redondo	7,0	6,5	7,0	6,5	6,5	6,7
Guilherme Borges Pereira	7,5	7,0	7,5	7,5	6,5	7,2
Lígia de M. Antunes-Corrêa	7,5	7,5	8,5	8,0	7,0	7,7
Marcelo Luis Marquezi	8,0	8,0	8,0	8,0	7,8	8,0
Nelo Eidy Zanchi	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pablo C. Barbosa Lollo	6,0	6,5	6,5	6,5	6,0	6,3
Patricia Chimin	2,0	1,0	2,0	2,0	1,0	1,6
Rozangela Verlengia	6,0	5,0	5,5	6,5	5,0	5,6
Tiago Rezende Figueira	5,5	5,0	6,0	5,5	5,0	5,4

Foram aprovados para a segunda fase do concurso os candidatos *Guilherme Borges Pereira, Alexandre Gabarra de Oliveira, Lígia de Moraes Antunes Corrêa, Bruno Rodrigues, André Otávio Peres Protzek e Marcelo Luis Marquezi*. Às vinte horas e vinte minutos o resultado foi divulgado em lista impressa afixada na entrada do Auditório da Faculdade de Educação Física e exposta na página inicial do site da FEF (<http://www.fef.unicamp.br>) juntamente com a convocação dos aprovados para realização da Prova Didática. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, cujos trabalhos são objetos desta ata, lavrada por mim, Maria Aparecida Moraes, Secretária dos Departamentos, onde assino com os senhores Membros Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 03 de novembro de 2014.


Prof. Dr. Roberto Vilarta
 Presidente da Comissão julgadora


Prof. Dr. Álvaro Reischak de Oliveira
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Ivo Homem de Bittencourt Jr
 Membro da Comissão Julgadora


Profa. Dra. Dora Maria Grassi Kassisse
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
 Membro da Comissão Julgadora


Maria Aparecida Moraes
 Secretária



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750

Fls. Nº 78
Proc. Nº 23P-862214
Rub. 000028



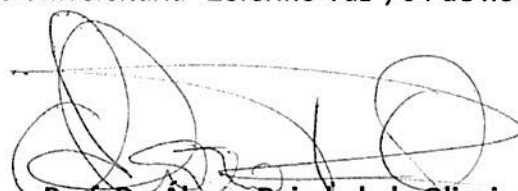
ATA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, NA ÁREA DE ATIVIDADE FÍSICA, ADAPTAÇÃO E SAÚDE, NAS DISCIPLINAS EF512 – ADAPTAÇÕES DOS SISTEMAS ORGÂNICOS AO TREINAMENTO FÍSICO E EF732 – ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS, DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

Às oito horas do dia quatro de novembro de dois mil e quatorze, na sala de reuniões 01 da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, reuniu-se a Comissão Julgadora do Concurso Público para a realização da Prova de Títulos baseada na apreciação do memorial elaborado e comprovado dos candidatos: *Guilherme Borges Pereira*, *Alexandre Gabarra de Oliveira*, *Lígia de Moraes Antunes Corrêa*, *Bruno Rodrigues*, *André Otávio Peres Protzek* e *Marcelo Luis Marquezi*, aprovados na Prova Escrita. Após análise da documentação, cada integrante da Comissão Julgadora atribuiu as notas que foram colocadas em envelopes, os quais foram lacrados e rubricados. Às dez horas a Comissão Julgadora procedeu à realização da Prova Específica, que consistiu na Análise do Plano de Trabalho dos candidatos aprovados na Prova Escrita, em seguida, cada integrante da Comissão Julgadora atribuiu as notas que foram colocadas em envelopes, os quais foram lacrados e rubricados. Às quatorze horas no Auditório desta Faculdade deu-se início a Prova Didática dos candidatos, cujo ponto sorteado no dia anterior foi o de número 7 - ***“Diabetes tipo I e II: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos”***, respeitando a ordem de convocação dos aprovados na Prova Escrita, às quatorze horas e dez minutos, o primeiro a expor sua aula foi o candidato *Guilherme Borges Pereira*, com duração de cinquenta e cinco minutos, em seguida às quinze horas e dezessete minutos o candidato *Alexandre Gabarra de Oliveira*, expôs sua aula com duração de cinquenta e cinco minutos, após, às dezesseis horas e vinte e seis minutos a candidata *Lígia de Moraes Antunes Corrêa*, expôs sua aula, com duração de cinquenta e oito minutos, em seguida, às dezessete horas e quarenta minutos, o candidato *Bruno Rodrigues* expôs sua aula, com duração de cinquenta e cinco minutos, logo após, às dezoito horas e cinquenta e três minutos o candidato *André Otávio Peres Protzek*, expôs sua aula, com duração de cinquenta e sete minutos, às vinte horas e três minutos, o candidato *Marcelo Luis Marquezi*, fez a exposição de sua aula, com duração de quarenta e um minutos. Após as aulas apresentadas

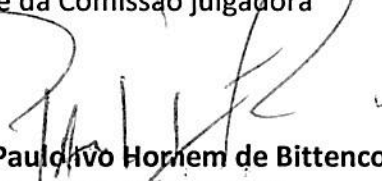
pelos candidatos, cada integrante da Comissão Julgadora atribuiu as notas que foram colocadas em envelopes, os quais foram lacrados e rubricados. Às vinte e uma horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, cujos trabalhos são objetos desta Ata, lavrada por mim, Maria Aparecida Moraes, Secretária dos Departamentos, onde assino com os senhores Membros da Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 04 de novembro de 2014.



Prof. Dr. Roberto Vilarta
Presidente da Comissão julgadora



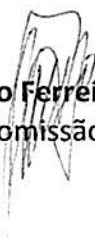
Prof. Dr. Alvaro Reischak de Oliveira
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Ivo Hornem de Bittencourt Jr
Membro da Comissão Julgadora



Profa. Dra. Dora Maria Grassi Kassis
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Membro da Comissão Julgadora



Maria Aparecida Moraes
Secretária



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
 Faculdade de Educação Física
 Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
 Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750

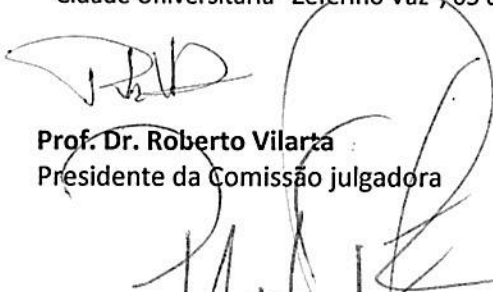
Fls. Nº 000030
 Proc. Nº 23-8622/14
 Rub. Julio

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, NA ÁREA DE ATIVIDADE FÍSICA, ADAPTAÇÃO E SAÚDE, NAS DISCIPLINAS EF512 – ADAPTAÇÕES DOS SISTEMAS ORGÂNICOS AO TREINAMENTO FÍSICO E EF732 – ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS.

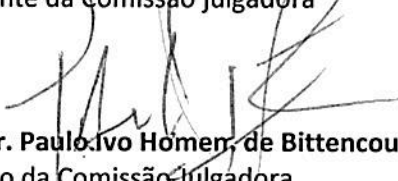
ESCRITA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8	8	8,5	8	7,5	8
Aline Villa Nova Bacurau	6	5	6	6	6	5,8
André Otavio Peres Protzek	7,5	7	7	7,5	7	7,2
Bruno Rodrigues	9,5	10	10	9,5	10	9,8
Emilianne Miguel Salomão	7	6,5	7	6,5	6	6,6
Ezequiel Moreira Gonçalves	7	6	6,5	6,5	6,5	6,5
Fernanda R. Roque Redondo	7	6,5	7	6,5	6,5	6,7
Guilherme Borges Pereira	7,5	7	7,5	7,5	6,5	7,2
Lígia de M. Antunes-Corrêa	7,5	7,5	8,5	8	7	7,7
Marcelo Luis Marquezi	8	8	8	8	7,8	7,96
Nelo Eidy Zanchi	0	0	0	0	0	0
Pablo C. Barbosa Lollo	6	6,5	6,5	6,5	6	6,3
Patricia Chimin	2	1	2	2	1	1,6
Rosangela Verlengia	6	5	5,5	6,5	5	5,6
Tiago Rezende Figueira	5,5	5	6	5,5	5	5,4
ESPECÍFICA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8	8	8	8	8	8
André Otavio Peres Protzek	6	6,3	6,5	6,5	5,5	6,16
Bruno Rodrigues	10	9,5	10	9,7	10	9,84
Guilherme Borges Pereira	7	7	7,5	7	7	7,1
Lígia de M. Antunes-Corrêa	8,5	7,4	8	8	7,8	7,94
Marcelo Luis Marquezi	6	6,1	6,5	6,5	6	6,22
TÍTULOS	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	6,8	6,8	6,8	6,8	6,8	6,8
André Otavio Peres Protzek	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3
Bruno Rodrigues	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5
Guilherme Borges Pereira	8	8	8	8	8	8
Lígia de M. Antunes-Corrêa	6,2	6,2	6,2	6,2	6,2	6,2
Marcelo Luis Marquezi	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
DIDÁTICA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	7,5	7,5	8	8	8,6	7,92
André Otavio Peres Protzek	6,5	6,5	7	6,5	6,8	6,66
Bruno Rodrigues	8	8	8,5	9	8,9	8,48
Guilherme Borges Pereira	8,5	9,5	9	9	8,8	8,96
Lígia de M. Antunes-Corrêa	9	9,5	9,5	9	8,8	9,16
Marcelo Luis Marquezi	6	6,5	5,5	6,5	6,8	6,46

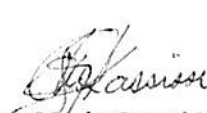
ARGUIÇÃO	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8	7,5	8,5	8,5	8,5	8,2
André Otavio Peres Protzek	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5
Bruno Rodrigues	10	10	9,8	10	10	9,96
Guilherme Borges Pereira	10	10	10	10	10	10
Lígia de M. Antunes-Corrêa	9	9,5	9,5	9	9	9,2
Marcelo Luis Marquezi	8	8,5	8,5	8	8,5	8,3
NOTA PONDERADA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	6,69	6,69	6,94	6,84	6,92	6,82
André Otavio Peres Protzek	6,79	6,72	6,89	6,84	6,73	6,79
Bruno Rodrigues	9,15	9,2	9,38	9,42	9,52	9,33
Guilherme Borges Pereira	8,15	8,35	8,35	8,3	8,04	8,24
Lígia de M. Antunes-Corrêa	7,81	7,9	8,16	7,86	7,58	7,86
Marcelo Luis Marquezi	6,72	6,93	6,97	6,92	6,97	6,90

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 05 de novembro de 2014.


Prof. Dr. Roberto Vilarta
 Presidente da Comissão julgadora


Prof. Dr. Álvaro Reischak de Oliveira
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Ivo Homen de Bittencourt Jr
 Membro da Comissão Julgadora


Profa. Dra. Dora Maria Grassi Kassisse
 Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
 Membro da Comissão Julgadora


Maria Aparecida Moraes
 Secretária

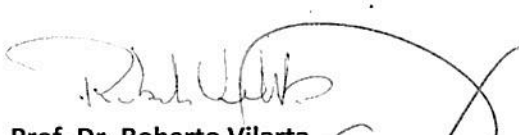
CONCURSO PARA PROVIMENTO DE 01 CARGO DE PROFESSOR DOUTOR MS-3.1, REGIME RTP, NA ÁREA DE ATIVIDADE FÍSICA, ADAPTAÇÃO E SAÚDE, NA(S) DISCIPLINA(S) EF512 - ADAPTAÇÕES DOS SISTEMAS ORGÂNICOS AO TREINAMENTO FÍSICO E EF732 - ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS, DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA.

RESUMO DAS INDICAÇÕES					
Examinadores	Álvaro Reischek de Oliveira	Paulo Ivo Homem de Bittencourt Jr.	Dora Maria Grassi Kassis	Paulo Ferreira de Araújo	Roberto Vilarta
Classificação	Candidatos				
1º Lugar	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues
2º Lugar	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira
3º Lugar	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa

Indicações da Comissão Julgadora

Classificação	Candidato	Nº de Indicações
1º lugar	Bruno Rodrigues	05
2º Lugar	Guilherme Borges de Oliveira	05
3º Lugar	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	05

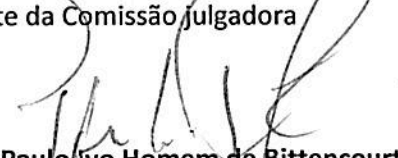
Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 05 de novembro de 2014.



Prof. Dr. Roberto Vilarta
Presidente da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Álvaro Reischak de Oliveira
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Ivo Homem de Bittencourt Jr
Membro da Comissão Julgadora



Profa. Dra. Dora Maria Grassi Kassis
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Membro da Comissão Julgadora



Maria Aparecida Moraes
Secretária



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750

Fls. Nº 84
Proc. Nº 23P-86221/9
Rub. Julia
000033
FEF

ATA DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, EM RTP, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DOCENTE DA UNICAMP, NA ÁREA DE ATIVIDADE FÍSICA, ADAPTAÇÃO E SAÚDE, NAS DISCIPLINAS EF512 – ADAPTAÇÕES DOS SISTEMAS ORGÂNICOS AO TREINAMENTO FÍSICO E EF732 – ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS, DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

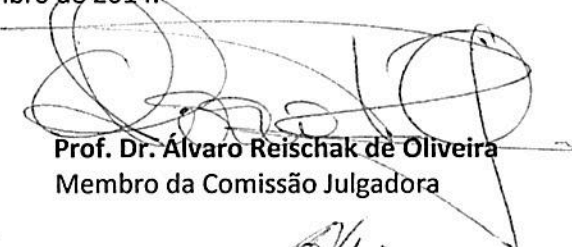
Às oito horas do dia cinco de novembro de dois mil e quatorze, no Auditório da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, reuniu-se a Comissão Julgadora do Concurso Público para dar início à Prova de Arguição dos candidatos, seguindo a mesma ordem de convocação dos aprovados para a Prova Didática, sobre a matéria dos programas das disciplinas e sobre o memorial apresentados pelos candidatos. O primeiro a ser arguido foi o candidato *Guilherme Borges Pereira*, iniciando a arguição pelo Professor Doutor Paulo Ferreira de Araújo, seguido pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira, Dora Maria Grassi Kassisse, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior e Roberto Vilarta, após o candidato *Alexandre Gabarra de Oliveira*, foi arguido pelo Professor Doutor Paulo Ferreira de Araújo, seguido pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira, Dora Maria Grassi Kassisse, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior e Roberto Vilarta, na sequência a candidata *Lígia Maria Antunes Corrêa*, foi arguida pelo Professor Doutor Paulo Ferreira de Araújo, seguido pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira, Dora Maria Grassi Kassisse, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior e Roberto Vilarta, em seguida o candidato *Bruno Rodrigues*, foi arguido pelo Professor Doutor Paulo Ferreira de Araújo, seguido pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira, Dora Maria Grassi Kassisse, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior e Roberto Vilarta. Às doze horas a Comissão Julgadora fez um intervalo para o almoço. Às quatorze horas, a Comissão Julgadora retomou os trabalhos, dando sequência à Prova de Arguição, iniciando pelo candidato *André Otavio Peres Protzek*, que foi arguido pelo Professor Doutor Paulo Ferreira de Araújo, seguido pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira, Dora Maria Grassi Kassisse, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior e Roberto Vilarta, e por último o candidato *Marcelo Luis Marquezi*, foi arguido pelo Professor Doutor Paulo Ferreira de Araújo, seguido pelos Professores Doutores Álvaro Reischak de Oliveira, Dora Maria Grassi Kassisse, Paulo Ivo Homem de Bittencourt Júnior e Roberto Vilarta. Em seguida procedeu à atribuição das notas que foram colocadas em envelopes os quais foram lacrados e rubricados. Às dezesseis horas, a Comissão Julgadora, em sessão pública, procedeu à abertura de todos os envelopes lacrados que continham as notas, para atribuição da média final dos candidatos, conforme tabela:

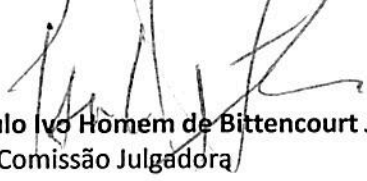
ESCRITA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8	8	8,5	8	7,5	8
Aline Villa Nova Bacurau	6	5	6	6	6	5,8
André Otavio Peres Protzek	7,5	7	7	7,5	7	7,2
Bruno Rodrigues	9,5	10	10	9,5	10	9,8
Emilianne Miguel Salomão	7	6,5	7	6,5	6	6,6
Ezequiel Moreira Gonçalves	7	6	6,5	6,5	6,5	6,5
Fernanda R. Roque Redondo	7	6,5	7	6,5	6,5	6,7
Guilherme Borges Pereira	7,5	7	7,5	7,5	6,5	7,2
Lígia de M. Antunes-Corrêa	7,5	7,5	8,5	8	7	7,7
Marcelo Luis Marquezi	8	8	8	8	7,8	7,96
Nelo Eidy Zanchi	0	0	0	0	0	0
Pablo C. Barbosa Lollo	6	6,5	6,5	6,5	6	6,3
Patricia Chimin	2	1	2	2	1	1,6
Rosangela Verlengia	6	5	5,5	6,5	5	5,6
Tiago Rezende Figueira	5,5	5	6	5,5	5	5,4
ESPECÍFICA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8	8	8	8	8	8
André Otavio Peres Protzek	6	6,3	6,5	6,5	5,5	6,16
Bruno Rodrigues	10	9,5	10	9,7	10	9,84
Guilherme Borges Pereira	7	7	7,5	7	7	7,1
Lígia de M. Antunes-Corrêa	8,5	7,4	8	8	7,8	7,94
Marcelo Luis Marquezi	6	6,1	6,5	6,5	6	6,22
TÍTULOS	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	6,8	6,8	6,8	6,8	6,8	6,8
André Otavio Peres Protzek	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3	6,3
Bruno Rodrigues	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5
Guilherme Borges Pereira	8	8	8	8	8	8
Lígia de M. Antunes-Corrêa	6,2	6,2	6,2	6,2	6,2	6,2
Marcelo Luis Marquezi	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
DIDÁTICA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	7,5	7,5	8	8	8,6	7,92
André Otavio Peres Protzek	6,5	6,5	7	6,5	6,8	6,66
Bruno Rodrigues	8	8	8,5	9	8,9	8,48
Guilherme Borges Pereira	8,5	9,5	9	9	8,8	8,96
Lígia de M. Antunes-Corrêa	9	9,5	9,5	9	8,8	9,16
Marcelo Luis Marquezi	6	6,5	6,5	6,5	6,8	6,46
ARGUIÇÃO	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	8	7,5	8,5	8,5	8,5	8,2
André Otavio Peres Protzek	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5	8,5
Bruno Rodrigues	10	10	9,8	10	10	9,96
Guilherme Borges Pereira	10	10	10	10	10	10
Lígia de M. Antunes-Corrêa	9	9,5	9,5	9	9	9,2
Marcelo Luis Marquezi	8	8,5	8,5	8	8,5	8,3
NOTA PONDERADA	Álvaro	Paulo Ivo	Dora	Paulo F.	Roberto	GERAL
Alexandre Gabarra de Oliveira	6,69	6,69	6,94	6,84	6,92	6,82
André Otavio Peres Protzek	6,79	6,72	6,89	6,84	6,73	6,79

Bruno Rodrigues	9,15	9,2	9,38	9,42	9,52	9,33
Guilherme Borges Pereira	8,15	8,35	8,35	8,3	8,04	8,24
Lígia de M. Antunes-Corrêa	7,81	7,9	8,16	7,86	7,58	7,86
Marcelo Luis Marquezi	6,72	6,93	6,97	6,92	6,97	6,90

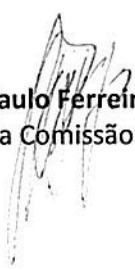
Na sequência, o Presidente divulgou o resultado final do Concurso Público sendo classificado em primeiro lugar o candidato Bruno Rodrigues, com 05 (cinco) indicações, em segundo lugar o candidato Guilherme Borges Pereira, com 05 (cinco) indicações e em terceiro lugar a candidata Ligia de Moraes Antunes-Corrêa, com 05 (cinco) indicações. A seguir, a Comissão se reuniu para a elaboração do Parecer Final Circunstanciado. Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas e trinta minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, cujos trabalhos são objetos desta Ata, lavrada por mim, Maria Aparecida Moraes, Secretária dos Departamentos, onde assino com os senhores Membros Comissão Julgadora. Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 05 de novembro de 2014.


Prof. Dr. Roberto Vilarta
Presidente da Comissão julgadora


Prof. Dr. Álvaro Reischak de Oliveira
Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Ivo Homem de Bittencourt Jr
Membro da Comissão Julgadora


Profa. Dra. Dora Maria Grassi Kassis
Membro da Comissão Julgadora


Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Membro da Comissão Julgadora


Maria Aparecida Moraes
Secretária



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP – CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 – FAX: (19) 35216750



PARECER CIRCUNSTANCIADO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE UM CARGO DE PROFESSOR DOUTOR, NÍVEL MS-3.1, NA PARTE PERMANENTE DO QUADRO DE DOCENTES, EM RTP, NA ÁREA DE ATIVIDADE FÍSICA, ADAPTAÇÃO E SAÚDE, NAS DISCIPLINAS EF512 – ADAPTAÇÕES DOS SISTEMAS ORGÂNICOS AO TREINAMENTO FÍSICO E EF732 – ATIVIDADE FÍSICA PARA GRUPOS DIFERENCIADOS, DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

O concurso público foi iniciado no dia 03 de novembro de 2014 às 7h30, com a identificação dos candidatos, *Nelo Eidy Zanchi, Guilherme Borges Pereira, Pablo Christiano Barbosa Lollo, Tiago Rezende Figueira, Alexandre Gabarra de Oliveira, Patricia Chimin, Lígia de Moraes Antunes Corrêa, Bruno Rodrigues, Ezequiel Moreira Gonçalves, André Otavio Peres Protzek, Aline Villa Nova Bacurau, Rozangela Verlengia, Fernanda Roberta Roque Redondo, Marcelo Luis Marquezi, Emilianne Miguel Salomão*, sendo que os candidatos: *Vanessa Santhiago, Rafael Herling Lambertucci, Ricardo Yukio Asano, Ricardo Cardoso Cassilhas* não se apresentaram. Às 8h30 foi iniciada a Prova Escrita Dissertativa, tendo como tema a questão **“Efeitos do treinamento físico no acidente vascular encefálico crônico: Aspectos hemodinâmicos e metabólicos”**. Foi concedido o prazo de 60 (sessenta) minutos para consulta de documentos bibliográficos, seguidos por prazo máximo de 04 (quatro) horas para a redação da resposta. Às 13h45, na presença dos candidatos, procedeu-se o sorteio do ponto para a Prova Didática, em número de 10 (dez), conforme Edital de Provas publicado em D.O.E, em 03 de outubro de 2014. O ponto sorteado para a Prova Didática foi o de número 7 - **“Diabetes tipo I e II: etiologia, epidemiologia, prescrição e programação de exercícios físicos”**. Após o sorteio e tendo assinado a lista de conhecimento do ponto sorteado, os candidatos foram dispensados, nesse dia, da sua presença física no local de provas. Às 14h00 teve início a correção da Prova Escrita Dissertativa pela Comissão Julgadora. Às 19h30 a Comissão Julgadora, em sessão pública, procedeu à abertura de todos os envelopes lacrados que continham as notas, para atribuição da média da Prova Escrita dos candidatos. Os trabalhos da Comissão Julgadora foram encerrados às 20h20 do dia 03 de novembro de 2014 e retomados às 8h00 do dia 04 de novembro de 2014 com a realização da Prova de Títulos quando a Comissão Julgadora apreciou o memorial elaborado e comprovado pelos candidatos. Na sequência a Comissão Julgadora procedeu com a Prova Específica que constituiu-se na Análise dos Planos de Trabalho apresentados pelos candidatos. Houve concordância entre os candidatos

aprovados e a Comissão Julgadora em antecipar a Prova de Arguição. Às 14h00 deu-se o início da Prova Didática que foi realizada conforme a ordem de sorteio e nos respectivos horários de apresentação de cada candidato. Os trabalhos da Comissão Julgadora foram encerrados às 21h00 do dia 04 de novembro de 2014. Às 8h00 do dia 05 de novembro de 2014 iniciou-se a Prova de Arguição onde cada candidato foi interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria dos programas das disciplinas, o plano de trabalho e sobre o memorial apresentado na inscrição. Logo após o término das arguições, foram atribuídas notas e colocadas em envelopes e lacrados. Às 16h00 a Comissão Julgadora, em sessão pública, abriu todos os envelopes de todas as provas e divulgou as notas de cada candidato. A seguir, em sessão reservada, a Comissão Julgadora procedeu à indicação individualizada dos candidatos habilitados no concurso, tendo por base aqueles que obtiveram, da maioria dos examinadores, nota final mínima 07 (sete), conforme segue:

RESUMO DAS INDICAÇÕES					
Examinadores	Álvaro Reischek de Oliveira	Paulo Ivo Homem de Bittencourt Jr.	Dora Maria Grassi Kassisse	Paulo Ferreira de Araújo	Roberto Vilarta
Classificação	Candidatos				
1º Lugar	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues	Bruno Rodrigues
2º Lugar	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira	Guilherme Borges de Oliveira
3º Lugar	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	Ligia de Moraes Antunes Corrêa

Indicações da Comissão Julgadora

Classificação	Candidato	Nº de Indicações
1º lugar	Bruno Rodrigues	05
2º Lugar	Guilherme Borges de Oliveira	05
3º Lugar	Ligia de Moraes Antunes Corrêa	05

A seguir, em sessão reservada, a Comissão Julgadora procedeu à indicação individualizada de cada um de seus membros, sendo indicado para nomeação o candidato Bruno Rodrigues aprovado com média: 9,33 (nove inteiros e trinta e três centésimos) em primeiro lugar com cinco indicações, o candidato Guilherme Borges Pereira foi aprovado com média: 8,24 (oito inteiros e vinte e quatro centésimos), em segundo lugar com cinco indicações, a candidata Ligia de Moraes Antunes Corrêa aprovada com média: 7,86 (sete inteiros e oitenta e seis centésimos), com cinco

indicações. O resultado final foi divulgado na página inicial do site da FEF (<http://www.fef.unicamp.br>).

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 05 de novembro de 2014.



Prof. Dr. Roberto Vilarta
Presidente da Comissão julgadora



Prof. Dr. Paulo Ivo Homem de Bittencourt Jr
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Paulo Ferreira de Araújo
Membro da Comissão Julgadora



Prof. Dr. Álvaro Reischak de Oliveira
Membro da Comissão Julgadora



Profa. Dra. Dora Maria Grassi Kassis
Membro da Comissão Julgadora



RESOLUÇÃO DEAFA-FEF 26/14

O DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA da Faculdade de Educação Física-UNICAMP, reunido em sua sessão ordinária realizada em 19 de novembro de 2014, aprovou o Parecer Circunstanciado sobre o Projeto de Pesquisa do Professor Doutor Bruno Rodrigues, bem como, sua admissão para o cargo de Professor Doutor, Nível MS-3.1, em RTP, na Área de Atividade Física, Adaptação e Saúde, na(s) disciplina(s) EF512 - Adaptações dos Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico e EF732 - Atividade Física para Grupos Diferenciados, com extensão para o RDIDP.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
24 de novembro de 2014

PROF. DR. ROBERTO VILARTA
*Chefe do Departamento de Estudos
Da Atividade Física Adaptada
FEF-UNICAMP*

PARECER CIRCUNSTANCIADO

Tendo em vista a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 01 cargo de Professor Doutor, nível MS-3, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, na área de Atividade Física, Adaptação e Saúde, na(s) disciplina(s) EF512 - Adaptações dos Sistemas Orgânicos ao Treinamento Físico e EF732 - Atividade Física para Grupos Diferenciados, do Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, após análise do projeto de pesquisa apresentado pelo **PROF. DR. BRUNO RODRIGUES**, candidato aprovado em primeiro lugar e indicado pela banca examinadora no referido concurso, encaminho o seguinte parecer:

O Prof. Dr. Bruno Rodrigues, dentre os documentos apresentados para sua admissão, propõe, dentre outras atividades, o desenvolvimento dos seguintes projetos de pesquisa:

- **“Efeitos do treinamento físico associado à estimulação colinérgica por brometo de piridostigmina previamente e após o infarto do miocárdio: papel na função cardíaca, autonômica e no perfil inflamatório”**, cuja temática da investigação pretende impactar com achados de relevância clínica, esclarecendo os mecanismos de prevenção e/ou atenuação dos efeitos adversos de um evento isquêmico;
- **“Efeitos do treinamento físico aeróbio sobre parâmetros metabólicos, hemodinâmicos, autonômicos e inflamatórios de indivíduos após acidente vascular cerebral crônico”**, já em desenvolvimento com colaboradores da USP e financiado pela FAPESP, sob a responsabilidade do professor Bruno Rodrigues.

Deve-se considerar também que, os projetos de pesquisa propostos, darão sequência as atividades que o professor Bruno tem desenvolvido ao longo de sua formação acadêmica e na docência, em diversos projetos de pesquisas e artigos publicados em periódicos de circulação nacional e internacional, demonstrando desta forma uma constante produtividade e boas perspectivas de continuidade na produção.

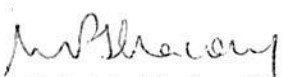
O docente-pesquisador, que é bolsista produtividade do CNPq, aponta para a criação de uma linha de investigação inovadora, e que contribuirá para a produção científica da Unidade e também junto ao Programa de Pós Graduação da FEF/UNICAMP, conforme apresentado na documentação em análise.

Considerando ainda, as perspectivas de seu credenciamento no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação Física há sinalização do avanço em sua linha investigativa e ampliação das opções de orientações de iniciação científica para alunos de graduação, assim como de pós-graduação nos níveis de mestrado e de doutorado, visto que o professor já tem experiência em outros programas de pós-graduação, com orientações já concluídas.

Assim, sua contratação propiciará uma importante contribuição acadêmica ao Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada e a FEF, pela qualidade de sua produção intelectual e a pertinência de suas investigações e pelas contribuições que poderá trazer diante de várias propostas apresentadas junto ao seu projeto de pesquisa, ligadas a disciplinas e orientações na graduação, atividades de pesquisa e grupos de pesquisa (na FEF e em colaboração com outros grupos), atividades científicas (comissões julgadoras em bancas, pareceres, congressos e publicações), a proposta de implantação de atividades de extensão ligadas a atividade física na saúde e na doença, bem como, atividades administrativas e de representação em sua nova função docente na Unicamp.

Pelo exposto, encaminho ao Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada parecer favorável à aprovação do projeto de pesquisa, sendo favorável a contratação da Prof. Bruno Rodrigues e recomendando que a mesma seja encaminhada com extensão em regime de RDIDP.

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 19 de novembro de 2014.


Profa. Dra. Mara Patrícia Traina Chacon Mikahil
Matrícula 28378-9



Fls. n.º 65
Proc. n.º 23 P.30194/13
Rub. Simone / 1-1

RESOLUÇÃO INTERNA CPG nº 94/2014

A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP, em sua 134ª sessão ordinária, realizada em 12 de novembro de 2014, homologou o parecer que aprova o relatório de pesquisa desenvolvida no Estágio de Pós-Doutoramento pelo Prof. Dr. Marcelo Moreira Antunes, no período de novembro/2013 a outubro/2014.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
14 de novembro de 2014

Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri
Coordenadora de Pós-Graduação/FEF
matr. 29854-7

PARECERFls. n.º 64
Proc. n.º 23.930/94/13
Rub. Sinon, 1-1

Trata-se de relatório de atividades do Prof. Dr. Marcelo Moreira Antunes relativo ao seu estágio de pós-doutoramento, sob supervisão do Prof. Dr. José Júlio Gavião de Almeida, com parecer favorável deste último. O professor Marcelo realizou atividades junto ao Grupo de Estudos de Lutas no sentido de viabilizar a produção de material didático, publicações e projetos de pesquisas. Teve 2 artigos aceitos para publicação em revista com qualis na área e outros 2 artigos submetidos. Publicou 1 livro e 1 capítulo de livro. Organizou 1 evento na área de lutas e proferiu 1 palestra. Destaca-se a visita técnica a 3 universidades na China com o Prof. Júlio e outro aluno de mestrado, que resultou em ações iniciais para intercâmbio entre a FEF e aquelas universidades. Tem ainda atividades em andamento: organização de livro sobre artes marciais, lutas e combate, e organização de curso de extensão sobre artes marciais. Após leitura e apreciação do relatório e do parecer emitido por seu supervisor, encaminho à Área de Atividade Física Adaptada parecer favorável a aprovação do mesmo.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Campinas, 07 de novembro de 2014Prof. Dr. Edison Duarte
Repr. Área de Concentração
Atividade Física Adaptada



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Departamento Estudos da Atividade Física Adaptada
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6618 - FAX: (19) 3521-6751

Fls. n.º 63
Proc. n.º 23 230194/3
Rub. 8 nov / 1-1

000044



FEF

PARECER DO RELATÓRIO DE PÓS-DOCTORADO DO PROFESSOR DR. MARCELO MOREIRA ANTUNES

O cumprimento entre o Planejamento e as Ações relacionadas ao Pós Doutorado do Prof. Dr. Marcelo Antunes, revelam sua organização e desempenho frente às suas tarefas acadêmicas e assumidas junto a Faculdade de Educação Física da UNICAMP durante o período de novembro de 2013 a outubro de 2014.

Sua produção em Artigos e livros (e capítulos), assim como suas orientações junto ao Grupo de Estudos em Lutas, revelam dedicação, atualização e estudos diante dos propósitos assumidos.

Seu empenho na organização e realização do Colóquio de Lutas realizado na FEF, foi uma demonstração aplicada dos estudos sobre Lutas e da disseminação desse conhecimento à uma parcela significativa da sociedade que se interessa pelo Tema.

Faz-se notar, ainda, que suas contribuições às atuais demandas da FEF, frente aos desejos de Internacionalização de nossa Universidade, foram intensas. Contribuiu com a organização da viagem a Beijing – China, na busca de contatos com Universidades que pudessem ser efetivados durante a viagem fruto do Edital de Cooperação Internacional viabilizado pela VRERI – UNICAMP. O trabalho e resultados efetuados durante a referida viagem (a qual também integrou a Equipe da FEF – UNICAMP), não se restringiram em aumentar a capacitação de temas específicos (como o das Lutas) de seus estudos e a serem tratados na FEF, mas também refletiram novas possibilidades e conexões voltadas aos diferentes temas abordados na FEF, por diferentes docentes que vierem se interessar.

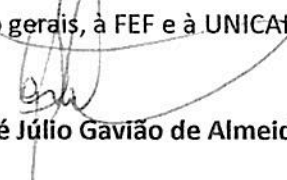
Podemos assim, resumir a participação do Prof. Dr. Marcelo em seu exercício de Pós Doutorado, em duas bases:

A primeira base é o pronto resultado de algumas Produções de Literatura e de Encontros como o de Estudos e Seminário/Colóquio.

A segunda base refere-se às possibilidades de novas ações resultantes tanto das orientações efetuadas, quanto dos contatos iniciados com professores de outras Universidades Brasileiras durante o Colóquio de Lutas, como também das conexões criadas junto com algumas Universidades Chinesas.

Enfim, sua passagem pela FEF – UNICAMP durante seu Pós Doutorado, explicita um avanço na temática específica LUTAS e que o trouxe para seus estudos e os da FEF. Também explicita um possível avanço para o desenvolvimento de novas linhas de Estudos a partir das novas relações Institucionais criadas.

Enfim, trago à tona meu Parecer FAVORÁVEL ao relatório apresentado e reforço a percepção de uma saudável e produtiva participação do Prof. Dr. Marcelo Moreira Antunes em seu Pós Doutorado - 2014, tanto para assuntos específicos quanto gerais, à FEF e à UNICAMP.


Professor José Júlio Gavião de Almeida

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Fls. n.º **000045**
Proc. n.º **23P30194/1**
Rub. **Simão / 1.1**

RELATÓRIO DO ESTÁGIO DE PÓS-DOCTORADO

MARCELO MOREIRA ANTUNES



Campinas

Novembro de 2013 a outubro de 2014

1. APRESENTAÇÃO

Tendo em vista os objetivos propostos para o projeto de Pós-Doutoramento intitulado Artes marciais, lutas e esportes de combate: questões emergentes da educação física, a ser realizado no período de novembro de 2013 a outubro de 2014, na Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (FEF-UNICAMP), diversas ações foram realizadas. Algumas já com resultados concluídos, outras ainda em andamento.

Assim, no sentido de retomar os objetivos iniciais apresentados no projeto de Pós-Doutoramento, seguem objetivo geral e objetivos específicos desenvolvidos durante o estágio:

- Objetivo Geral - Investigar as artes marciais, lutas e esportes de combate na perspectiva da educação, do lazer e do desempenho.
- Objetivos específicos – 1) Identificar as estratégias, métodos e estilos de ensino das artes marciais, lutas e esportes de combate, com destaque para aspectos pedagógicos desse ensino e a adequação aos diferentes sujeitos da aprendizagem; 2) Apresentar os termos, os conceitos e os princípios adotados pelas diversas modalidades de artes marciais, lutas e esportes de combate; e 3) Analisar do ponto de vista histórico e cultural o desenvolvimento das diversas modalidades de artes marciais, lutas e esportes de combate no Brasil.

As ações desenvolvidas para o logro dos objetivos do projeto de Pós-Doutorado foram: Orientações dos projetos de pesquisas de membros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Lutas (GEPL) da FEF-UNICAMP; Produção de artigos científicos para publicação em periódicos nacionais; Publicação de livros como autor e organizador; Publicação de capítulos de livros; Eventos organizados; Palestras ministradas; e Visitas técnicas.

Desse modo, diferentes resultados foram alcançados plenamente, alguns ainda em processo de realização e outros ainda em percurso de planejamento em função de diversas demandas que surgiram. Veremos a seguir os resultados das atividades realizadas.

Ainda em tempo, cabe ressaltar que os custos para a realização do estágio de Pós-Doutoramento no período de novembro de 2013 a outubro de 2014, foram integralmente cobertos pela Academia Central Kungfu Wushu, CNPJ 01.247.463/0001-15, sediada na Av. Dr. Moraes Sales, 1063 - Centro - Campinas - SP - CEP 13010-001. Assim, nenhum custo foi demandado da FEF-UNICAMP para a realização do estágio supra citado.



2. RESULTADOS

2.1. GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM LUTAS

Durante o período de realização do estágio de Pós-Doutorado foram realizadas oito reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas em Luta da FEF-UNICAMP. Essas reuniões foram coordenadas por este pesquisador e em cooperação com o Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida. O impacto das ações do grupo de pesquisa gerou a criação de uma segunda turma para iniciar reflexões e construir projetos visando se transformar em artigos científicos, material didático ou estratégias de ensino das lutas em ambientes escolares e não escolares.

Os participantes do grupo de pesquisa tem a oportunidade de aprofundar conhecimentos sobre metodologias de pesquisa, desenvolvimento

de projetos de pesquisa e reflexão sobre temáticas de intervenção em artes marciais, lutas e esportes de combate na dimensão da educação física escolar e não escolar, com destaque à iniciação esportiva e sua dimensão socioeducativa.

2.2. ARTIGOS ACEITOS PARA PUBLICAÇÃO

No que se referem à produção científica já concluída, dois artigos estão aceitos para a publicação ainda em 2014. São eles:

- ANTUNES, M. M.; ALMEIDA, J. J. G.; MENDONÇA, S.; PATATAS, J. M.; LOURENÇO FILHO, A.; ORTEGA, E. M. Pedagogia das lutas no Brasil: estudo sobre a produção científica no período de 1997 a 2011. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. USP. 2014.

Resumo

Objetivou-se analisar a produção do conhecimento sobre pedagogia das lutas e apontar questões que subsidiam pesquisas no campo da Educação Física. O método adotado foi a revisão de literatura que consistiu na seleção de 117 artigos publicados entre 1997 a 2011 que tratavam dos temas: artes marciais, lutas e esportes de combate. 20 se enquadraram como estudos pedagógicos. 55% se encontram na área escolar e 45% não escolar. A análise se deu a partir de categorias e subcategorias segundo Trilla (1996), Garcia (2009), Perrenoud (2011), Boruchovitch (1999) e Paro (2011). O resultado da investigação aponta para a necessidade de mais estudos sobre a pedagogia das lutas, com efeito, imbuídos de rigor metodológico que qualifique o campo das lutas, ainda incipiente no Brasil.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas, Esportes de Combate, Artes Marciais.

- ANTUNES, M. M.; TORRES, M. S.; ALMEIDA, J. J. G.; RIBEIRO, C. H. V. A multidisciplinaridade das artes marciais, lutas e esportes de combate na perspectiva da saúde. **Fitness & Performance Journal**. 2014.

Resumo

Introdução: O conhecimento sobre como a prática das artes marciais se relacionam com diferentes vertentes e concepções, é fator preponderante para atender as novas demandas dessas modalidades. O presente texto objetiva apresentar uma aproximação introdutória entre a prática das artes marciais e suas múltiplas manifestações na perspectiva da saúde. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa analítica bibliográfica. A busca foi realizada nas plataformas Scielo e Meline de forma aleatória. Os textos analisados foram selecionados considerando estarem inseridos na área da saúde. **Resultados e Discussão:** Encontrou-se seis categorias distintas a partir da análise dos textos consultados, que concentram as artes marciais em múltiplas perspectivas. **Conclusão:** Verificou-se perspectivas distintas para a prática e estudo das artes marciais. Entretanto, a produção ainda é incipiente. Porém, a esta produção consultada, que se aproxima da área da saúde, se consolida nas dimensões da fisiologia, psicologia, pedagogia, sociologia e esporte. O aprofundamento nessas dimensões é uma real



possibilidade para futuros estudos sobre as artes marciais, face ao atual estado da produção disponível.

000048

Palavras-chave: Artes marciais. Saúde. Pesquisa. Atividade física.

Os artigos aceitos para publicação envolvem pesquisadores de outras duas instituições, ampliando assim as relações institucionais e com profissionais não pertencentes aos quadros da FEF-UNICAMP. As instituições envolvidas são: PUC-Campinas e Universidade Estadual do Rio de Janeiro, de onde participaram professores doutores da área da Educação, mais especificamente .

2.3. ARTIGOS SUBMETIDOS PARA AVALIAÇÃO EM PERIÓDICOS NACIONAIS

Até o momento dois artigos foram submetidos oriundos das ações de pesquisa do projeto inicial de Pós-doutorado. São eles:

- ANTUNES, M. M.; ALMEIDA, J. J. G.; PATATAS, J.; GOMES, M.; HARNISCH, G.; STORCH, J. A. As lutas para as pessoas com deficiência: uma possibilidade de intervenção na educação física. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, 2014.

Resumo

As lutas emergem no cenário de perspectivas possíveis para a prática envolvendo pessoas com deficiência, mesmo sendo ainda um campo pouco explorado. Neste ínterim, o presente ensaio objetiva suscitar uma discussão acerca da temática "lutas, artes marciais e esportes de combate" para as pessoas com deficiência e todo o seu universo de possibilidades, partindo do pensamento complexo que considera o sujeito, suas interações e influências na sociedade. Para tanto, apresentaremos as lutas, artes marciais e esportes de combate a partir de uma reflexão teórica, enquanto conteúdo da Educação Física, sob a ótica educacional e de iniciação esportiva, por meio de uma busca em bases de dados em trabalhos que enfoquem esta temática como foco do estudo. A partir das discussões teóricas, busca-se, também, discutir algumas possibilidades de aplicação pedagógica das modalidades que se apresentam como paralímpicas, sendo o judô praticado por pessoas com deficiência visual e a esgrima, praticada por pessoas usuárias de cadeira de rodas; ainda, serão destacadas as modalidades de para-taekwondo e wushu para pessoas com deficiência. Assim, verificou-se que as lutas são um conteúdo possível para pessoas com deficiência, a partir da conexão com as necessidades comuns de cada pessoa, pautando-se nas adaptações no que tange os métodos de ensino, os cenários a serem utilizados para a realização das aulas, bem como o uso de materiais que facilitem e proporcionem a assimilação dos conteúdos. Percebeu-se que, esta iniciativa reflete-se em um caminhar que demonstra não apenas a reprodução de atividades, mas de uma prática que conduz ao adequado ato educativo.

Palavras-Chave: Artes marciais; pessoas com deficiência; ensino.

- ANTUNES, M. M.; MENDONÇA, S. A origem das artes marciais orientais e o mito de Bodhidharma. **Antíteses**, 2014.



Resumo

Este trabalho discute a origem das artes marciais orientais colocando em relevo o mito de Bodhidharma, também conhecido como Tamo ou Daruma. O problema do texto consiste na pergunta: em que medida as acepções sobre a origem das artes marciais orientais, que indicam Bodhidharma como seu precursor, se sustentam? Por meio de revisão da literatura, constatam-se inconsistências em trabalhos acadêmicos publicados no Brasil que remetem à origem das artes marciais em referência a Bodhidharma por diferentes razões, mas, principalmente, pela ausência de fontes primárias e de rigor na construção de muitos trabalhos publicados. A busca da produção nacional sobre o tema considera o portal Scielo e o Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas para busca são Bodhidharma, Tamo, Damo, Daruma, artes marciais, esportes de combate e lutas. O critério de seleção dos artigos determina que eles estivessem publicados em periódicos com classificação mínima de B3 segundo o sistema *WebQualis*, para a área da educação física, no recorte temporal de 1997 a 2011. Em resposta à pergunta do texto e, como resultado, constata-se que, em larga medida, as acepções de Bodhidharma como precursor das artes marciais orientais não se sustentam, evidenciando fragilidade e inconsistência nos estudos apresentados.

Palavras-chave: origem, artes marciais, Bodhidharma, inconsistência, luta.

2.4. CAPÍTULOS DE LIVRO PUBLICADO

- MENDONÇA, S.; ANTUNES, M. M. **Ethos e wude como fundamentação da ética marcial**: educação em si mesmo. In: MENDONÇA, S. (Org.). Brendan Lai: praying mantis system in Brazil. Campinas, SP: Librum Editora, 2014. ISBN: 978-85-65608-17-6.

Texto escrito em parceria com o professor Dr. Samuel Mendonça, coordenador do programa de pós-graduação em educação da PUCCamp e membro do grupo de estudos e pesquisas em lutas da FEF-Unicamp. O texto trata da relação entre a ética ocidental e a ética utilizada na prática das artes marciais e como essa relação nos ajuda a entender o aspecto educacional dessa prática.



2.5. LIVROS PUBLICADOS

- ANTUNES, M. M. **Introdução ao Shuaijiao**: teoria e prática. São Paulo: Phorte, 2014. ISBN: 978-85-7655-504-9.

O Shuaijiao é uma modalidade de arte marcial chinesa que é compreendida como a mais antiga da China. Seu conhecimento em nível mundial ainda é muito pequeno. Assim, o livro objetiva apresentar essa modalidade ao público brasileiro utilizando um viés científico. Contém 204 páginas e está dividido em duas partes, a primeira trata de questões teóricas com história, diferentes escolas, sistema de graduação, conceitos e princípios da educação física aplicados à prática e aspectos gerais sobre a prática. A segunda parte explora os conteúdos práticos da modalidade. Inicialmente foram impressos 1.000 exemplares.

2.6. EVENTOS ORGANIZADOS

- I COLÓQUIO DE ARTES MARCIAIS, LUTAS E ESPORTES DE COMBATE DA FEF-UNICAMP (2014).

Evento acadêmico que objetivou discutir o ensino das artes marciais, lutas e esportes de combate na dimensão da educação física. O evento contou com a participação de palestrantes da FEF-UNICAMP, PUCCamp e USP. Teve a duração de 6 horas e ocorreu no dia 6 de junho de 2014 nas dependências da FEF-UNICAMP. O evento também foi transmitido online com o apoio da equipe técnica do departamento de informática pelo link <http://www.fef.unicamp.br/fef/clamec>, contando com 1083 visualizações. O vídeo integral do evento foi postado no link <https://www.youtube.com/watch?v=E57DeZ-kmFg&feature=youtu.be>, onde está disponível para visualizações a qualquer momento.

2.7. PALESTRAS

- ANTUNES, M. M. **Aspectos históricos das lutas, artes marciais e esportes de combate.** In: I COLÓQUIO DE ARTES MARCIAIS, LUTAS E ESPORTES DE COMBATE DA FEF-UNICAMP (2014).

A palestra versou sobre a história das artes marciais antes dos processos de sistematização e esportivização da modernidade. Aborda a migração humana e a mudança dos hábitos de nomadismo para a agricultura. E a partir desse fato os métodos de treinamento foram se desenvolvendo, e ainda, como as funções militares iniciais se transformaram com o processo civilizatório da humanidade.

2.8. VISITAS TÉCNICAS

No período de 26 de setembro de 2014 a 3 de outubro de 2014, uma delegação da FEF-UNICAMP, foi à Beijing, China para uma visita visando o estreitamento de relações institucionais com a China Institute of Sport Science (CISS).

O projeto que deu origem a visita a CISS, foi contemplado pelo Edital de chamada para seleção do programa COOPERAÇÃO MUNDIAL 2014 – MODALIDADE DOCENTE/PESQUISADOR da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais (VRERI), que incentiva viagens de professores e seus orientandos à instituições de outros países no sentido de promover convênios de cooperação institucional no campo da pesquisa e do intercâmbio entre professores e alunos das universidades envolvidas.

A delegação para a visita à CISS foi composta pelo Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida, pelo mestrando do programa de Pós-graduação da FEF-UNICAMP, Enrique Miluzzi Ortega, pelo Professor Dr. Marcelo Moreira Antunes, estagiário de Pós-Doutorado da FEF-UNICAMP, e pelo Professor Plínio Marcos Tsai, membro do grupo de pesquisa em Lutas da FEF-UNICAMP.

Em um movimento de potencialização da visita, foram estabelecidos contatos com outras instituições em Beijing no sentido de ampliar as ações de estreitamento das relações da UNICAMP com a China. Assim, mais quatro reuniões foram agendadas para visitas técnicas. Ao final da viagem foram contatadas as seguintes instituições:

- a) China Institute of Sport Science (CISS);
- b) Capital University of Physical Education and Sports (CUPES);



- c) Beijing Sport University (BSU);
- d) Chinese Health Qigong Association (CHQA);
- e) International Wushu Federation (IWUF); e
- f) Xuanwu Sport Palace Center (XSPC).

Resultados imediatos das visitas

- Início da análise do contrato de convênio para assinatura pela CISS;
- Proposta de organização em parceria da UNICAMP com a CISS do Seminário Internacional de Esportes, a se realizar no Brasil em 2015.
- Início das conversações sobre o estabelecimento do convênio de cooperação (UNICAMP-CUPES);
- Solicitação da carta formal de interesse no estabelecimento do convênio por parte da UNICAMP com a CUPES;
- Convite feito pelo Professor Dr. Zhu Jian Liang (CUPES) para que o Professor Dr. Marcelo Moreira Antunes estudasse Shuaijiao na Universidade sob a sua supervisão. O convite foi extensivo a professores e alunos da UNICAMP;
- Apresentação por parte da CUPES do interesse em contratar professores de educação física e com conhecimento em futebol, indicados por professores da UNICAMP, para contrato de trabalho de um ano, para ensinar futebol a crianças de seis a doze anos.
- Desenvolvimento de um plano detalhado de um seminário internacional a ser realizado no Brasil. Esse plano será avaliado pela BSU para que viabilize a ida de uma delegação;
- Reiteração da necessidade de ações para que as relações sejam estreitadas, dando foco principal ao intercâmbio de alunos (BSU-UNICAMP);
- Oferta pela BSU de duas bolsas de estudo de 100% para alunos de graduação, mestrado ou doutorado da FEF-UNICAMP, mais alimentação, estadia e ajuda de custo durante a realização do curso;
- Solicitação de indicação de instituições argentinas com as quais a UNICAMP têm relações para que a BSU possa entrar em contato e visitar em novembro ou dezembro próximo;
- Possibilidade de envio de professor da FEF-UNICAMP de esporte adaptado para palestrar na BSU. Eles já receberam diversos professores de diferentes países, nesta área, menos do Brasil.
- Interesse em intercâmbio com professores, destacando o interesse da BSU na modalidade futebol e voleibol.
- Possibilidade de alunos e professores da UNICAMP de participarem dos eventos de formação de instrutores da CHQA;
- Possibilidade de realização de cursos de formação de instrutores da CHQA nas dependências da UNICAMP.
- Oferta de professores por parte da IWUF para o desenvolvimento de seminários de formação em wushu.
- Possibilidade de realização de seminário técnico de Shuaijiao no Brasil em 2015, ministrado pelo Professor Ma Jianguo, (XSPC), mestre da modalidade com reconhecimento nacional e internacional.



3. ATIVIDADES EM ANDAMENTO

Ao final do período de duração do estágio de Pós-Doutorado, alguns projetos que se iniciaram durante esse período ainda não foram concluídos, porém estão em andamento. São seis projetos de pesquisa para publicação de um artigo científico cada uma deles, organização de um livro com cinco capítulos sobre o ensino das artes marciais, lutas e esportes de combate, e por último, organização de um curso de extensão sobre o ensino das lutas em ambientes formais e não formais. A seguir são apresentadas essas atividades.

3.1. PROJETOS DO GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM LUTAS

No momento algumas orientações de pesquisas estão em andamento sob a supervisão do Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida e do Professor Dr. Marcelo Moreira Antunes. São elas:

- a) Termos utilizados e seus significados em artes marciais, lutas e esportes de combate na produção acadêmica brasileira (Revisão da literatura). Pessoas envolvidas: Enrique Mizulli Ortega (aluno de mestrado FEF-UNICAMP) e Professor Dr. Samuel Mendonça (Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas);
- b) Estilos de ensino dos professores de artes marciais, lutas e esportes de combate (Pesquisa de campo). Pessoas envolvidas: Jalusa Andréia Storch (aluna de doutorado da FEF-UNICAMP) e Gabriela Simone Harnisch (aluna de mestrado da FEF-UNICAMP);
- c) Estilos de ensino dos professores de artes marciais, lutas e esportes de combate: a percepção dos praticantes (Pesquisa de campo). Pessoas envolvidas: Jalusa Andréia Storch (aluna de doutorado da FEF-UNICAMP) e Gabriela Simone Harnisch (aluna de mestrado da FEF-UNICAMP);
- d) A percepção dos alunos da disciplina Lutas sobre a inserção das lutas como conteúdo da educação física (Pesquisa de campo). Pessoas envolvidas: Jalusa Andréia Storch (aluna de doutorado da FEF-UNICAMP), Gabriela Simone Harnisch (aluna de mestrado da FEF-UNICAMP) e Enrique Mizulli Ortega (aluno de mestrado FEF-UNICAMP);
- e) Questões de gênero nas artes marciais, lutas e esportes de combate: percepção das mulheres e homens (Pesquisa de campo). Pessoas envolvidas: Sarah Teixeira Gomes (aluna de graduação em educação física da FEF-UNICAMP) e Leidiane Souza Lima (aluna de graduação em educação física da FEF-UNICAMP);
- f) Questões de gênero nas artes marciais, lutas e esportes de combate: o ensino e a prática para mulheres (Revisão da literatura). Leidiane Souza Lima (aluna de graduação em educação física da FEF-UNICAMP), Sarah Teixeira Gomes (aluna de graduação em educação física da FEF-UNICAMP) e Professora Dra. Ludmila Mourão (Docente da Universidade Federal de Juiz de Fora).

Todos esses projetos tem o objetivo de gerarem artigos científicos para publicação em periódicos nacionais. Todos os projetos já possuem coleta de dados finalizada e estão na fase de escrita do texto final para submissão aos diferentes periódicos. O projeto (f) já se encontra na fase de revisão ortográfica para o envio ao periódico. Cabe ressaltar que nesses projetos do



grupo de pesquisa, profissionais de outras instituições estão colaborando, 000053
como a Pontifícia Universitária Católica de Campinas (PUCCamp) e
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

3.2. ORGANIZAÇÃO DE LIVRO SOBRE ARTES MARCIAIS, LUTAS E ESPORTES DE COMBATE

A partir das palestras proferida no I COLÓQUIO DE LUTAS, ARTES MARCIAIS E ESPORTES DE COMBATE DA FEF-UNICAMP, foi elaborado um projeto de publicação do conhecimento gerado pelo evento. Assim, todas as palestras foram gravadas e posteriormente transcritas. Essas transcrições foram enviadas para os palestrantes que se incumbiram de transformar as transcrições em textos acadêmicos, no formato de capítulo para publicação na forma de coletânea de textos. A organização da obra está a cargo do Professor Dr. José Júlio Gavião de Almeida e do Professor Dr. Marcelo Moreira Antunes. A obra está em fase de organização dos textos, onde já estão finalizados dois dos cinco textos previstos.

O prazo para a entrega dos textos finalizados por seus autores é até o fim de outubro. Este serão reunidos e enviados para realização do prefácio. Posteriormente será elaborada uma cotação de preço para a publicação da obra em três editoras distintas com fins de participar de edital da FAPESP auxílio à pesquisa – publicações. A previsão de finalização desse projeto é junho de 2015, com a publicação final da obra.

3.3. ORGANIZAÇÃO DE CURSO DE EXTENSÃO EM ARTES MARCIAIS, LUTAS E ESPORTES DE COMBATE

Fruto dos debates do Grupo de Estudos e Pesquisas em Lutas da FEF-UNICAMP e das proposições originárias do I COLÓQUIO DE LUTAS, ARTES MARCIAIS E ESPORTES DE COMBATE DA FEF-UNICAMP, a ideia do desenvolvimento de um curso de extensão INICIAÇÃO ÀS LUTAS: DA ESCOLA À ACADEMIA, que trata do ensino das lutas em ambientes formais e não formais foi iniciada.

O projeto do curso de extensão foi encaminhado à CODESP para aprovação de sua realização. O curso prevê um publico de no máximo 45 participantes com diferentes perfis de envolvimento com as lutas. O curso tem a duração de 8 horas, e é dividido em conteúdos teóricos e práticos. Será realizado nas dependências da FEF-UNICAMP no dia 21 de novembro de 2014.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o entendimento de que a prática das lutas, artes marciais e esportes de combate se desenvolvem de forma expressiva no Mundo e também no Brasil, e que estudos científicos e projetos de intervenção ainda são escassos no cenário nacional, o projeto de Pós-Doutorado seguiu o seu desenvolvimento. Assim, como objetivo geral pretendeu-se Investigar as artes marciais, lutas e esportes de combate na perspectiva da educação, do lazer e do desempenho, com destaque na primeira como sendo um resultado dos interesses emergentes e experiência maior deste pesquisador sobre a perspectiva educacional. Como objetivos específicos buscou-se: 1) Identificar as estratégias, métodos e estilos de ensino das artes marciais, lutas e esportes de combate; 2) Apresentar os termos, os conceitos e os princípios adotados



pelas diversas modalidades de artes marciais, lutas e esportes de combate; e 3) Analisar do ponto de vista histórico e cultural o desenvolvimento das diversas modalidades de artes marciais, lutas e esportes de combate no Brasil.

000054

Diferentes ações foram realizadas para o logro dos objetivos. Entretanto outras ações surgiram no sentido de ampliar os resultados objetivados pelo projeto do estágio de Pós-Doutorado. Como ações iniciais foram realizados continuamente as reuniões do grupo de estudos e pesquisas em lutas da FEF-Unicamp, a coordenação dos seis projetos de pesquisa em andamento pelo grupo de pesquisa, os quatro artigos submetidos a periódicos nacionais, sendo dois deles já com aceite para publicação em 2014, publicação de um livro sobre o Shuaijiao pela editora Phorte, e a publicação de um capítulo de livro sobre valores éticos das artes marciais em 2014.

Como ampliação dos objetivos iniciais do projeto, outras ações foram planejadas e realizadas. São elas: Planejamento e realização do I Colóquio de lutas, artes marciais e esportes de combate da FEF-Unicamp, planejamento e organização de livro composto pelos textos originários das palestras proferidas no colóquio, planejamento e organização do curso de extensão Iniciação às lutas: da escola à academia, e por último as visitas técnicas realizadas pela delegação da FEF-Unicamp a seis instituições em Beijing, China, que ocasionaram resultados imediatos de grande relevância e benefício para diferentes departamentos da FEF e também diretamente para a UNICAMP.

Buscou-se, desse modo, ampliar os efeitos, os resultados e os benefícios para a FEF-UNICAMP como um todo, e não somente para o proponente do projeto de estágio de Pós-doutorado, pretendendo-se assim, contemplar as expectativas geradas sobre um estagiário de Pós-Doutoramento. Por certo, todas as atividades realizadas, e aquelas em andamento, acrescentaram e acrescentam ainda, grande vivência nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Mas, como ganho pessoal destaca-se a possibilidade de conviver com diferentes atores de uma grande universidade e participar das oportunidades que esse ambiente oferece. O aprendizado conquistado e as relações estabelecidas tornam a minha formação ainda mais rica, mais ampla e significativa para futuros projetos, e para a atuação como docente e pesquisador, atuante no ensino superior.





Fls. n.º 308
Proc. n.º 298.28833/12
Rub. 12

RESOLUÇÃO INTERNA CPG nº 90/2014

A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP, em sua 134ª sessão ordinária, realizada em 12 de novembro de 2014, homologou o parecer que aprova o relatório de pesquisa desenvolvida no Estágio de Pós-Doutoramento pelo Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes, no período de outubro/2013 a setembro/2014.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
14 de novembro de 2014

Prof. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri
Coordenadora de Pós-Graduação/FEF
matr. 29854-7

PARECER DA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA E SOCIEDADE

000056

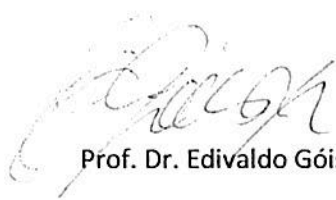
Tem este Parecer a intenção de encaminhar à Coordenação de Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) manifestação da área sobre o relatório científico do Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes, por ocasião de seu estágio de pós-doutoramento com financiamento da FAPESP nesta unidade, sob a supervisão da Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis.

Segundo apreciação de sua supervisora, o docente colaborou em um conjunto de atividades nos campos da pesquisa, ensino e extensão, no qual destacamos, o engajamento na construção e reflexão crítica sobre a Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos; na submissão de artigos originais nos principais veículos brasileiros de publicação científica da área de Educação Física, como, a Revista Movimento (indexada no Web of Science), Revista Brasileira de Ciências do Esporte (indexada no Web of Science e Scielo), e Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (indexada no Scielo); e os intercâmbios internacionais com a Universidade de Bielefeld, Alemanha, Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de San Matín, Universidade Nacional de La Plata, Argentina.

Diante do exposto, a Área de Concentração Educação Física e Sociedade ressalta a excelente colaboração do pesquisador com este programa de pós-graduação, manifestando-se favoravelmente à aprovação de seu relatório.

Sem mais para o momento,

Campinas, 11 de novembro de 2014.



Prof. Dr. Edivaldo Góis Junior

Representante da área

Prof. Dr. EDIVALDO GOIS JÚNIOR
Depto de Educação Física e Humanidades
FEF/Unicamp - Matr 30285-2

APRECIÇÃO DA SUPERVISORA DO RELATÓRIO CIENTÍFICO DO PROF. DR. 080057
FELIPE TAVARES PAES LOPES

Seguindo o cronograma inicial, durante o segundo período do pós-doutorado, entre 07/2013 e 09/2014, o Prof. Dr. Felipe Tavares Paes Lopes, sob minha supervisão, finalizou a análise do relatório de 2005/2006, da Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (CONSEGUE). Esta análise havia sido iniciada no primeiro período do pós-doutorado, entre 10/2012 e 06/2013, e parte dela foi apresentada no XVIII COMBRACE/ V CONICE – sendo que o texto dessa apresentação foi selecionado para fazer parte de uma edição especial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), prevista para publicação ainda em 2014. Por sua vez, os resultados finais de tal análise foram transformados em um artigo, que foi submetido na Revista Movimento e ainda está em fase de avaliação.

Uma vez finalizada a análise do referido relatório, o Prof. Felipe desenvolveu uma reflexão ética e normativa do processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos. Para tanto, abordou os principais desafios para tornar essa construção mais justa e democrática e fez algumas recomendações concretas a fim de superar esses desafios. Esta última etapa da pesquisa não estava prevista no projeto original, porém se justificou na medida em que tinha um caráter mais propositivo – ainda mais considerando que havia um compromisso, da minha parte, de indicá-lo para participação na CONSEGUE. Indicação que já foi feita e aceita – recentemente, o Ministério do Esporte convidou-o para integrar, na próxima gestão, uma das câmaras temáticas da referida comissão. Os resultados da reflexão feita nessa segunda parte foram transformados em um artigo, submetido na Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e ainda em fase de análise.

O Prof. Felipe também produziu e enviou para publicação uma série de outros textos acadêmicos. Destes, sete foram desenvolvidos em coautoria comigo, indicando a fertilidade de nosso diálogo e colaboração intelectual. Ele também concedeu entrevistas para uma série de veículos de comunicação, participou das reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (GEF), deu aulas sobre a obra de Pierre Bourdieu na disciplina de Sociologia do Esporte, ministrada por mim, escreveu diversos pareceres para revistas do campo da Educação Física e da Psicologia, ministrou palestras sobre violência e futebol, apresentou trabalhos em eventos científicos e participou de uma banca de qualificação de mestrado no Departamento de Educação Física da UNESP.

Além disso, a fim de se aproximar do conhecimento produzido no campo da Educação Física, assistiu à disciplina “Teorias da Educação Física”, ministrada pelo Prof. Dr. Edivaldo Góis Júnior.

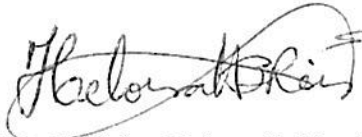
Afora essas atividades, o Prof. Felipe, entre 19 de julho e 16 de agosto, fez um estágio na Universidad de Buenos Aires, sob supervisão do Prof. Dr. Pablo Alabarces. Entre outras atividades, realizou revisão bibliográfica sobre o tema da violência no futebol, enfocando as políticas de segurança argentinas. Também participou de diversas reuniões com pesquisadores(as) da área. Do diálogo com esses(as) pesquisadores(as), nasceu um projeto para constituir uma rede de trabalho conjunta, que permita estreitar os vínculos de colaboração entre estudiosos(as) do tema da violência no futebol no Brasil e na Argentina e gerar um espaço multidisciplinar de reflexão e investigação em torno dele. Este projeto inclui a Universidad Nacional de San Martí, a Universidad Nacional de La Plata, a Universidad de Buenos Aires e a Faculdade de Educação Física da UNICAMP e foi submetido a uma chamada pública da Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Educação da Argentina. No momento, ele encontra-se em fase de avaliação.

Já entre 23 de março e 04 de abril de 2014, o Prof. Felipe participou do *Brazilian-German fans and expert-exchange programme*, que reuniu pesquisadores da área de violência no futebol, líderes de torcidas organizadas e autoridades públicas (do Ministério do Esporte e secretarias da juventude de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Governo Federal). Em tal intercâmbio, visitou diversas cidades, como Dortmund, Dusseldorf, Bielefeld, Mainz, Augsburg e Berlim. Nestas cidades, participou de *workshops*, visitou estádios e centros de treinamentos, foi a jogos com grupos ultras, visitou *Fan Projekts*, participou de reuniões com políticos, assistentes sociais, educadores, torcedores e dirigentes esportivos e deu uma palestra na Universidade de Bielefeld.

Além disto, entre 18 de agosto e 01 de setembro de 2014, o Prof. Felipe realizou um estágio, sob supervisão do Prof. Dr. Andreas Zick, no *Institut für Interdisziplinäre Konflikt-und Gewaltforschung*, da Universidade de Bielefeld. Lá, teve a oportunidade de apresentar e debater sua pesquisa de pós-doutorado e discutir possibilidades de cooperação internacional. Entre outras coisas, decidiu com os colegas de lá que dois deles – o Prof. Dr. Martin Winands e o Prof. Ms. Andreas Grau – virão ao Brasil no ano que vem (com financiamento alemão) para dar *workshops* na Faculdade de Educação Física da UNICAMP e na Faculdade de Educação da UFF, bem como para definir um

projeto de pesquisa conjunto sobre violência no futebol. Projeto que envolverá essas duas instituições brasileiras e a Universidade de Bielefeld. Além de discutir possibilidades de cooperação, o Prof. Felipe coletou material para o pós-doutorado e realizou uma série de trabalhos de campo. Entre outros, visitou o *Fan Projekt* de Bielefeld, visitou estádios, foi a partidas de futebol, sendo que uma delas de caravana com grupos ultras, e participou de uma reunião antes de um dos jogos com a polícia e demais agentes de segurança dos estádios.

Certamente, as atividades anteriormente mencionadas produziram excelentes resultados, pois serviram, entre outras coisas, para: 1) ampliar o conhecimento sobre violência no futebol, abrindo novas possibilidades de análise e interpretação do fenômeno; 2) democratizar esse conhecimento, levando-o para além das fronteiras do campo científico e abrindo novas perspectivas de planos de ação para a prevenção da referida violência; e 3) criar novos espaços de diálogo e cooperação de pesquisa entre pesquisadores(as) brasileiros(as) e estrangeiros(as), ampliando a inserção dos(as) primeiros(as) no cenário acadêmico internacional. Diante disto, considero que o Prof. Felipe teve excelente desempenho no pós-doutorado realizado na Faculdade de Educação Física da UNICAMP, sob minha supervisão.



Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis

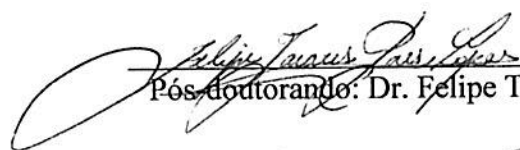
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

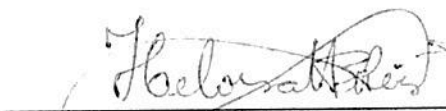
000060

Felipe Tavares Paes Lopes

**A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA
VIOLÊNCIA E SEGURANÇA NOS ESPETÁCULOS ESPORTIVOS:
DESAFIOS E PROPOSTAS**

Relatório de pesquisa de pós-doutoramento
apresentado à Faculdade de Educação
Física da UNICAMP


Pós-doutorando: Dr. Felipe Tavares Paes Lopes


Supervisora: Dr^a Heloisa Helena Baldy dos Reis

Campinas,
2014

000061

SUMÁRIO

1 Resumo do plano inicial e da etapa já descrita no relatório anterior.....	3
2 Resumo do que foi realizado no período a que se refere o presente relatório (07/2013 – 09/2014).....	5
2.1 Relação de capítulos de livros e artigos publicados.....	10
2.1.1 Capítulos de livros.....	10
2.1.2 Artigos.....	10
2.2 Relação de capítulos de livros e artigos no prelo.....	13
2.2.1 Capítulos de livros.....	13
2.2.2 Artigos.....	14
2.3 Relação de livros e artigos em fase de avaliação.....	15
2.3.1 Livros.....	15
2.3.2 Artigos.....	17
2.4 Relação de artigos finalizados e a serem submetidos.....	18
2.5 Relação de resumos publicados em anais de eventos.....	19
2.6 Relação de pareceres emitidos.....	20
2.7 Relação de participações em bancas.....	21
2.8 Relação de palestras e apresentação de trabalhos.....	21
2.9 Relação de participações em eventos, congressos e seminários.....	22
2.10 Relação de participações na mídia.....	22
2.11 Relação de outras produções bibliográficas.....	23
3 Detalhamento da pesquisa e apresentação dos resultados obtidos.....	23
3.1 Dimensões ideológicas do PEGSDC.....	23
3.1.1 Referencial teórico.....	25
3.1.2 Metodologia.....	25
3.1.3 Análise e interpretação.....	26
3.1.3.1 Construção simbólica da violência nos espetáculos futebolísticos no Brasil	

e dos atores sociais envolvidos nessa violência.....	27
3.1.3.2 Construção simbólica dos modelos de referência para os espetáculos futebolísticos no Brasil.....	30
3.1.3.3 Construção simbólica das recomendações para a contenção da violência nos espetáculos futebolísticos no Brasil.....	33
3.2 Desafios e propostas para o processo de construção da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos.....	36
3.2.1 Desafios para a construção da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos.....	38
3.2.2 Propostas para a construção da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos.....	43
4 Considerações finais.....	54
5 Referências bibliográficas.....	55
Anexos.....	60

1 RESUMO DO PLANO INICIAL E DA ETAPA JÁ DESCRITA NO RELATÓRIO ANTERIOR

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em minha pesquisa de doutorado, na qual analisei as dimensões ideológicas do debate público sobre a violência no futebol brasileiro, o projeto inicial de pós-doutorado propôs responder a seguinte questão: se, e se sim, em que medida e como as leis e documentos que embasam as atuais políticas de prevenção da violência nos espetáculos futebolísticos no estado de São Paulo podem ser considerados uma produção ideológica, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Para responder essa questão, propus organizar a pesquisa em três etapas: num primeiro momento, analisaria o contexto socio-histórico de produção, circulação e recepção dessas leis e documentos, enfocando as relações de dominação que o caracterizam. Num segundo momento, empreenderia uma análise formal ou discursiva desses materiais, discutindo suas características estruturais, seus padrões e suas relações. E, num terceiro momento, buscaria explicitar as conexões possíveis entre os sentidos mobilizados por essas leis e documentos e as relações de dominação que caracterizam o contexto analisado na primeira parte da pesquisa.

Diante disto, na primeira etapa do pós-doutorado, entre 10/2012 e 06/2013, realizei um levantamento bibliográfico acerca do tema da violência relacionada aos espetáculos futebolísticos. A partir dessa revisão e, também, do diálogo, através de reuniões semanais, com a minha supervisora de pesquisa – a Profa. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis –, optei por focar um documento específico: o relatório “Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania” (a partir daqui, PEGSDC), elaborado pela Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos (a partir daqui, CONSEGUE), em 2005/2006, que depois recebeu o nome fantasia “Comissão Paz no Esporte”. Esta opção justificou-se, em primeiro lugar, pelo fato de ele oferecer amplo “caldo discursivo” para a análise da ideologia, conceito central da pesquisa. Em segundo lugar, pelo fato de, diferentemente do Estatuto de Defesa do Torcedor, esse documento praticamente ser ignorado pela literatura científica. Em terceiro lugar, porque ele tem servido de base para várias experiências, a título de projeto piloto, em partidas realizadas no estado de São Paulo, locus da pesquisa.

É importante destacar, aqui, que, embora tenha sido dado um destaque especial para o PEGSDC, os outros documentos e leis que embasam as atuais políticas de segurança para os espetáculos futebolísticos realizados em São Paulo também foram discutidos, conforme o

previsto no projeto inicial. Inclusive, conforme retomarei no tópico seguinte, publiquei, recentemente, em coautoria com a Profa. Heloisa e com a Profa Dnda Mariana Zuaneti Martins, colega da UNICAMP, um artigo sobre as políticas públicas voltadas para atletas e torcedores de futebol no Brasil, no qual discutimos, entre outras coisas, algumas consequências do Estatuto de Defesa do Torcedor. Também está no prelo um artigo meu, escrito em coautoria com a Profa. Heloisa, sobre o processo de produção, transmissão e recepção das principais leis e documentos que embasam as políticas de segurança para os eventos de futebol no Brasil.

Além de redirecionar o enfoque da pesquisa, o levantamento bibliográfico serviu de base para a análise do contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção das políticas públicas de segurança em questão. Aqui, cabe outro esclarecimento: no projeto inicial, havia a previsão da realização de três entrevistas para o desenvolvimento dessa etapa. No entanto, dado que encontrei material bibliográfico suficiente para desenvolvê-la, considerei desnecessária a utilização de tal procedimento. Uma vez realizada essa análise contextual, comecei a desenvolver a análise formal ou discursiva do PEGSDC, o que me levou a revisar a literatura sobre análise de discurso. Esta revisão serviu para me aproximar, ainda mais, da perspectiva construcionista e para perceber, entre outras coisas, que o apagamento das controvérsias sobre as causas e soluções para a violência no futebol no PEGSDC opera como um importante elemento de legitimação das recomendações feitas nesse documento.

Além do desenvolvimento da pesquisa propriamente dita, realizei uma série de outras atividades relacionadas ao meu objeto de estudo. No segundo semestre de 2012 e no primeiro de 2013, participei das aulas ministradas pela Profa. Heloisa sobre sociologia do esporte, na graduação e pós-graduação. Esta atividade foi fundamental para, entre outras coisas, me aprofundar nas reflexões feitas pela chamada Escola de *Leicester* – em especial, nas de Eric Dunning sobre o hooliganismo. Reflexões que acabaram resultando na produção de um artigo sobre o tema (atualmente em processo de revisão para publicação). Também participei das reuniões de seu grupo de pesquisa, o Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (GEF), onde pude conhecer melhor suas investigações atuais e discutir a produção da referida Escola. Também participei de uma banca de mestrado e outra de doutorado. Além disso, fui convidado e aceitei ser revisor de um dos periódicos mais importantes da área de Educação Física e Humanidades, a Revista Movimento.

Afora isto, cumprindo o que foi estabelecido no projeto inicial, produzi e enviei para publicação uma série de artigos acadêmicos. Também participei de congressos e apresentei

trabalhos em eventos científicos. Aqui, destaco minha participação no Seminário Sul Americano de Combate à Violência nos Eventos de Futebol, organizado pelo Ministério do Esporte. A Profa. Heloisa e eu fomos os únicos acadêmicos brasileiros a apresentar trabalho no evento. Nele, conheci e dialoguei com colegas de diferentes países da América do Sul, trocando dados e informações sobre a questão da violência no futebol e das políticas de segurança correntes. A partir do diálogo com o Prof. Dr. Pablo Alabarces, surgiu a possibilidade de realizar um estágio pós-doutoral com seu grupo de investigação, discutido no tópico seguinte.

Por último, cabe destacar que participei, no Ministério do Esporte, da 4ª reunião da Comissão Especial de Estudos, que busca regulamentar o Estatuto de Defesa do Torcedor. Minha participação se deu na condição de substituto da Profa. Heloisa, membro permanente da referida comissão. Ao mesmo tempo em que serviu como uma riquíssima “experiência de campo”, onde pude observar *in loco* como as leis brasileiras para o Esporte são construídas, essa experiência permitiu que eu participasse diretamente dessa construção. Também serviu para chamar a atenção da Comissão, formada principalmente por operadores do Direito (com visão bastante conservadora), que a universidade tem pontos de vista radicalmente divergentes sobre os direitos dos cidadãos e sobre as expressões públicas de sentimentos de torcedores. De fato, aqui, pude ver e viver as relações de dominação tão alardeadas no projeto, ficando evidente como essas relações operam e como há uma falsa democratização do debate.

2 RESUMO DO QUE FOI REALIZADO NO PERÍODO A QUE SE REFERE O PRESENTE RELATÓRIO (07/2013 – 09/2014)

No relatório anterior, afirmei que, no período referente ao presente relatório, desenvolveria, em primeiro lugar, a (re)interpretação do PEGSDC, que ainda se encontrava em fase de elaboração. Para tanto, faria uma síntese construtiva da análise do seu contexto sócio-histórico e da sua análise discursiva, realizadas anteriormente. Em segundo lugar, desenvolveria uma reflexão ética e normativa do processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos. Para tanto, abordaria os principais desafios para tornar essa construção mais justa e democrática e faria algumas recomendações concretas a fim de superar esses desafios. Esta última etapa da pesquisa não estava prevista no projeto original, porém se justificava na medida em que tinha um caráter mais propositivo – ainda mais considerando que havia um compromisso, por parte da Prof.

Dr. Heloisa, de indicação minha para participação na CONSEGUE. Indicação que já foi feita e aceita – recentemente, o Ministério do Esporte me convidou para integrar, na próxima gestão, uma das câmaras temáticas da referente comissão

Seguindo o cronograma proposto, o esforço inicial foi, portanto, o de realizar a (re)interpretação do PEGSDC. Uma vez finalizada essa (re)interpretação, elaborei um artigo com as principais conclusões dessa (re)interpretação. Esse artigo foi submetido na Revista Movimento e ainda está em fase de avaliação. Essa elaboração envolveu um (árduo) processo de síntese, já que o número máximo de palavras permitidas pela revista (6.000) era muito inferior ao texto inicial. A opção pela Revista Movimento deveu-se ao seu escopo editorial, que privilegia temas relacionados ao campo da Educação Física em interface com as Ciências Humanas e Sociais, bem como ao seu conceito no Qualis-CAPES (A2 em Educação Física e Educação). Uma (pequena) parte das análises feitas do PEGSDC já havia sido apresentada no XVIII COMBRACE/ V CONICE, e foi selecionada para fazer parte de uma edição especial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (RBCE), prevista para publicação ainda em 2014.

Também produzi e enviei para publicação uma série de outros textos acadêmicos. Destes, sete foram desenvolvidos em coautoria com a Profa. Heloisa, indicando a fertilidade de nosso diálogo e colaboração intelectual. No momento, tenho sete artigos e um livro em fase de avaliação e dois capítulos de livros e um artigo no prelo (alguns deles enviados na primeira etapa do pós-doutorado). Do segundo semestre de 2013 até 10 de outubro de 2014, publiquei dois capítulos de livro e sete artigos em revistas acadêmicas de diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais, sendo cinco deles sobre futebol e dois sobre reflexões teóricas. Destes últimos, um deles aborda os conceitos de violência e paz cultural na obra de Johan Galtung e outro os conceitos de ideologia e cultura na obra John B. Thompson. Tais autores são base para a minha pesquisa de pós-doutorado, que não só apenas tem servido para refletir sobre a prevenção da violência no futebol brasileiro, mas também para me aprofundar na obra desses autores e propor leituras originais, conforme atestam a publicação desses dois artigos. Certamente, essas sete publicações foram fundamentais para a divulgação e debate da pesquisa proposta. Da mesma forma, foi importante para sua divulgação as entrevistas que dei para alguns veículos de comunicação.

Uma vez realizada a (re)interpretação do PEGSDC, desenvolvi, conforme o previsto, a reflexão sobre o processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos. Esta reflexão será enviada para uma revista da área de Educação Física, a ser definida conjuntamente com a Profa. Heloisa. Conforme retomarei

adiante, para desenvolvê-la, apoie-me em uma série de autores e documentos que embasam políticas públicas dirigidas ao torcedor. Além disso, apoiei-me nas informações levantadas nos intercâmbios realizados na Argentina, em 2013, e na Alemanha, em 2014.

Tal como já mencionei, entre 19 de julho e 16 de agosto, fiz um estágio na Universidad de Buenos Aires, sob supervisão do Prof. Dr. Pablo Alabarces. Entre outras atividades, realizei revisão bibliográfica sobre o tema da violência no futebol, enfocando as políticas de segurança argentinas. Também participei de diversas reuniões com pesquisadores(as) da área. Do diálogo com esses(as) pesquisadores(as), nasceu um projeto para constituir uma rede de trabalho conjunta, que permita estreitar os vínculos de colaboração entre estudiosos(as) do tema da violência no futebol no Brasil e na Argentina e gerar um espaço multidisciplinar de reflexão e investigação em torno dele. Espaço que seja capaz de produzir informação sistemática e comparada sobre esse fenômeno e discutir mecanismos de circulação e aplicação dos conhecimentos para a formulação de políticas específicas, inclusivas e democratizantes, em torno da segurança nos estádios. Este projeto inclui a Universidad Nacional de San Martí, a Universidad Nacional de La Plata, a Universidad de Buenos Aires e a Universidade Estadual de Campinas e foi submetido a uma chamada pública da Secretaria de Políticas Universitárias do Ministério da Educação da Argentina. No momento, ele encontra-se em fase de avaliação.

Entre 23 de março e 04 de abril de 2014, participei do *Brazilian-German fans and expert-exchange programme*, que reuniu pesquisadores da área de violência no futebol, líderes de torcidas organizadas e autoridades públicas (do Ministério do Esporte e secretarias da juventude de São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza e Governo Federal). Tal intercâmbio foi promovido pela *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ), após a recepção, em janeiro de 2014 no Brasil, de um grupo de alemães (que incluiu pesquisadores, líderes de grupos ultras¹, funcionários de *Fan Projekts*² e jornalistas). Assim, o convite para

¹ Ultras são grupos organizados de torcedores que atuam em diversas partes da Europa e que seguem a tradição italiana de torcer. Assim como os torcedores organizados brasileiros, eles costumam transformar os espetáculos futebolísticos numa experiência estética extremamente estimulante – com suas bandeiras, faixas, instrumentos musicais e artefatos pirotécnicos – e, às vezes, envolvem-se em ações violentas. No entanto, em geral, se tratam de instituições menores e mais informais. Na Alemanha especificamente, há uma forte ligação de alguns grupos ultras com ideários políticos de esquerda. Em função disto, existe, inclusive, uma tensão grande com o movimento *hooligan* – em geral, formado por pessoas mais velhas e de direita.

² Os *Fan Projekts* constituem o principal projeto de prevenção da violência no futebol na Alemanha. Iniciado no início da década de 1980, esse projeto aposta na educação e no diálogo com os torcedores. Eles possuem sedes, que servem de ponto de encontro dos torcedores, e são formados por assistentes sociais e educadores. Estes acompanham os torcedores em todos os jogos (inclusive, os fora de casa), fazendo o trabalho de mediação com a polícia, quando necessário. Além disso, conversam com os torcedores no dia-a-dia, oferecendo um apoio psicossocial, e desenvolvem uma série de atividades com eles – especialmente, com os mais jovens. Entre elas, promovem campeonatos de futebol, acampamentos e oficinas de arte.

participar do intercâmbio deveu-se justamente à minha participação em uma reunião com esse grupo, a convite da Profa Heloisa. Na Alemanha, visitamos diversas cidades, como Dortmund, Dusseldorf, Bielefeld, Mainz, Augsburg e Berlim. Nessas cidades, participei de *workshops*, visitei estádios e centro de treinamentos, fui a quatro jogos com grupos ultras, visitei quatro *Fan Projekts*, participei de reuniões com políticos e dirigentes esportivos e dei uma palestra na Universidade de Bielefeld. Esta viagem foi fundamental para entender melhor a realidade do futebol alemão, tido atualmente como o melhor do mundo, e conhecer o (bem-sucedido) trabalho que eles vêm desenvolvendo há mais de 30 anos de prevenção da violência no futebol. Trabalho calcado em dois pilares: a educação e o diálogo com os torcedores. Além de conhecer melhor esse trabalho, tive a oportunidade de conhecer e conversar com pesquisadores da Universidade de Bielefeld. Deste diálogo, surgiu a oportunidade de voltar para a Alemanha.

Entre 18 de agosto e 01 de setembro de 2014, realizei um estágio, sob supervisão do Prof. Dr. Andreas Zick, no *Institut für Interdisziplinäre Konflikt-und Gewaltforschung*, da Universidade de Bielefeld. Lá, tive a oportunidade de apresentar e debater minha pesquisa de pós-doutorado. Além disso, discuti possibilidades de cooperação internacional. Entre outras coisas, decidimos que dois pesquisadores do referido instituto – o Prof. Dr. Martin Winands e o Prof. Ms. Andreas Grau – virão ao Brasil no ano que vem (com financiamento alemão) para dar *workshops* na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade Federal Fluminense, bem como para definir um projeto de pesquisa conjunta sobre violência no futebol. Projeto que envolverá essas duas instituições brasileiras e a Universidade de Bielefeld. Além de discutir possibilidades de cooperação, coletei novos textos para o pós-doutorado e realizei uma série de trabalhos de campo. Visitei o *Fan Projekt* de Bielefeld, onde pude conversar com seus funcionários sobre o trabalho sócio-pedagógico lá realizado. Também visitei estádios e fui a quatro partidas de futebol, sendo que uma delas de caravana com os ultras do Armínia Bielefeld. Além disso, tive a oportunidade de participar de uma reunião antes de um dos jogos com a polícia e demais agentes de segurança dos estádios. Estas experiências servirão de base para um artigo a ser escrito sobre cultura ultra e prevenção da violência no futebol alemão.

Além desses intercâmbios, realizei uma série de outras atividades relacionadas ao meu objeto de estudo. Entre elas, participei do minicurso “O legado da Copa do Mundo no Brasil”, oferecido aos alunos do bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC), ministrando a palestra “Violência no futebol e consequências na Copa do Mundo”. Também ministrei uma palestra sobre violência nos estádios, na Semana de Eventos 2014 da

Faculdade de Tecnologia de Jundiaí, e outra sobre a organização social das torcidas organizadas, no 1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas. Além disso, apresentei o trabalho intitulado “Dimensões ideológicas de discursos veiculados na mídia sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos”, no XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, e participei do painel “O valor de uma cultura de torcida viva, popular e positiva para o futebol e a sociedade – Experiências e lições do Intercambio de Torcidas entre Brasil e Alemanha”, no Fórum das Torcidas “Fale conosco, não sobre nós!”. Para este evento, também produzi o texto “Existe luta, existe esperança!” para a Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ).

Além da participação nesses eventos, tive dois trabalhos apresentados em eventos que não pude comparecer em função dos intercâmbios realizados. No XVIII COMBRACE/ V CONICE, a Profa. Heloisa apresentou o trabalho intitulado “Políticas de segurança ou de dominação? Dimensões ideológicas do Relatório da Comissão da Paz no Esporte”, escrito em coautoria comigo. Já no V Congresso de Ciência do Desporto/ IV Simpósio Internacional de Ciência do Desporto, a Profa. Mariana apresentou a palestra intitulada “A construção do problema social da violência no futebol brasileiro: ideologia e dominação”, de minha autoria.

Além de ter apresentado trabalhos nesses eventos, participei de uma banca de qualificação de mestrado no Departamento de Educação Física da UNESP³, das reuniões do grupo da Profa Heloisa, o Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (GEF) e ministrei duas aulas na graduação na disciplina “Sociologia do Esporte” sobre a obra de Pierre Bourdieu. A fim de me aproximar do conhecimento produzido no campo da Educação Física, também assisti à disciplina “História da Educação Física”, ministrada pelo Prof. Dr. Edivaldo Góis Júnior, no primeiro semestre de 2014. Afora isto, fui convidado para ser membro do corpo editorial da Revista Espaço Ética e parecerista da Revista Psicologia Política, para quem dei um parecer. Além deste parecer, dei outros 15 para a Revista Movimento, 1 para a Revista Brasileira de Educação Física e Esporte e fui parecerista do grupo de trabalho “Comunicação, consumo e institucionalidades”, do COMUNICON 2014, que será realizado na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Certamente, essas experiências foram bastante enriquecedoras para a minha formação como pesquisador e serviram pra refletir sobre o processo de construção do conhecimento científico.

³ De Marcelo Fadori Soares Palhares, orientado pela Profa Dra. Gisela Maria Schwartz.

2.1 RELAÇÃO DE CAPÍTULOS DE LIVROS E ARTIGOS PUBLICADOS⁴

2.1.1 Capítulos de livros

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana. Zuaneti. Situación brasileña en evidencia. In: Fernando Carrión Mena; María José Rodríguez. (Org.). Luchas urbanas alrededor del fútbol. 01ed. Quito: FLACSO, 2014, v. 01, p. 30-35.

Resumo: O Brasil tem conduzido a organização da Copa do Mundo se submetendo aos interesses da FIFA e de seus parceiros empreendedores. Isso tem ocorrido em detrimento da soberania nacional e de uma possibilidade de legado social e esportivo para a população. Neste trabalho, buscamos demonstrar como o suposto legado prometido não tem se concretizado. Para tanto, descrevemos e analisamos o processo de organização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil e seus impactos no espaço urbano brasileiro, na legislação e na estrutura e organização dos eventos futebolísticos.

Palavras-chave: Copa do Mundo. Futebol. Brasil.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana. Zuaneti. La crisis del fútbol brasileiro. In: Carrión, Fernando; Lucio-Paredes, Pablo. (Org.). Polémika. La crisis del fútbol ecuatoriano y mundial. 1ed. Quito: Universidad San Francisco de Quito, 2013.

Resumo: Este trabalho busca responder a seguinte pergunta: o futebol brasileiro está passando por uma crise? Para responder a essa pergunta, retomamos o significado da palavra “crise”. Entre outras coisas, concluímos que, apesar de problemática, a aplicação de tal termo para a compreensão da realidade do futebol brasileiro possui uma vantagem: reivindica algum tipo de mudança.

Palavras-chave: Futebol. Crise. Brasil.

2.1.2 Artigos

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Futebol, violência e consumo: uma reflexão ética. Revista Espaço Ética, 2014.

⁴ Seguem anexados os textos dos capítulos e livros aqui listados (Anexo 1).

Resumo: Neste texto, discuto os valores morais que estabelecem a violência produzida no contexto do consumo do futebol profissional, bem como aqueles que são por ela mantidos. Para tanto, dividi o texto em duas partes: num primeiro momento, indico que, diferentemente do que diz o senso comum, a referida violência não é sem propósito, ou seja, irracional. Num segundo momento, sustento que ela não pode ser vista como um ato de resistência, que desafia o atual processo de mercantilização, elitização, espetacularização e militarização dos eventos futebolísticos.

Palavras-chave: Futebol. Violência. Consumo.

➤ MARTINS, Mariana Zuaneti; REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes. Futebol, poder e violência: às vésperas da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. Textual (Porto Alegre), 2014.

Resumo: Neste texto, defendemos que a organização da Copa do Mundo no país tem promovido a privatização do espaço público e do espetáculo futebolístico, submetendo o Estado brasileiro aos mandos e desmandos da Fifa. O suposto legado social que esse evento poderia trazer para o país tem se concretizado, na medida em que se aproxima sua realização, num discurso falacioso.

Palavras-chave: Futebol. Poder. Violência. Copa do Mundo. FIFA.

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Ideologia e cultura na obra de John B. Thompson. Revista Espaço Acadêmico (UEM), 2014.

Resumo: Este trabalho analisa a teoria social de John B. Thompson à luz de dois conceitos chaves: ideologia e cultura. Para realizar tal análise, o trabalho foi dividido em três partes: num primeiro momento, apresento a conceituação de ideologia do autor e discuto suas vantagens analíticas para o estudo das formas simbólicas. Num segundo momento, apresento sua conceituação de cultura e discuto suas vantagens analíticas para esse tipo de estudo. Num terceiro e último momento, analiso as conexões teóricas entre esses dois conceitos e suas implicações metodológicas. Em especial, o referencial metodológico da hermenêutica de profundidade, que busca contemplar tanto as características estruturais das formas simbólicas quanto suas condições sócio-históricas.

Palavras-chave: Ideologia. Cultura. Metodologia.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana Zuaneti. Políticas públicas voltadas para atletas e torcedores de futebol: argumentos para dissidentes. Motrivivência (Florianópolis), 2014.

Resumo: Neste texto, buscamos analisar em que medida e como as principais leis e documentos que embasam as políticas públicas brasileiras para atletas e torcedores de futebol estabelecem e sustentam relações de dominação. Para tanto, apoiamo-nos na literatura disponível sobre o tema. A fim de termos acesso a essa literatura, realizamos revisão bibliográfica em diversos bancos de dados, onde utilizamos e cruzamos palavras-chave que variaram de acordo com o modo de organização e a terminologia dos locais. Entre outras coisas, concluímos que essas políticas mantêm a dominação de clubes e empresários sobre os atletas e do Estado sobre os torcedores – especialmente, sobre os torcedores organizados.

Palavras-chave: Futebol. Políticas Públicas. Dominação.

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Futebol e poder: reflexões sobre a tese do 'ópio do povo'. Revista Espaço Ética.

Resumo: Neste texto, busquei mostrar que o torcedor não pode ser analisado apenas sob a lente da alienação e que, por conseguinte, o futebol não pode ser interpretado, necessariamente, como o “ópio do povo”. Também busquei mostrar que, em alguns momentos, essa interpretação serve como um discurso de distinção social, ou seja, ela discrimina e hierarquiza socialmente.

Palavras-chave: Futebol. Poder. Alienação.

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Dimensões ideológicas do debate público acerca da violência no futebol brasileiro. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte – RBEFE (USP), 2013.

Resumo: Neste trabalho, objetivei responder a seguinte indagação: se, em que medida e como os discursos enunciados no atual debate público sobre a violência no futebol brasileiro acerca do torcedor vinculado a atos violentos podem ser considerados ideológicos, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Para responder a esta questão, adotei o conceito de ideologia de John B. Thompson, bem como a sua proposta metodológica: a hermenêutica de profundidade. Seguindo a estrutura tradicional dessa metodologia, estruturei o trabalho em três partes interdependentes: num primeiro momento, analisei o contexto sócio-histórico do debate em questão. Em seguida, analisei sua estrutura formal ou discursiva. E, em um terceiro momento, interpretei essa estrutura à luz do contexto sócio-histórico. Entre outras coisas,

000073

concluí que o referido debate adota uma narrativa que estigmatiza os torcedores vinculados a atos violentos e que essa narrativa atinge diretamente os torcedores organizados, mantendo-os em uma situação de dominação.

Palavras-chave: Futebol. Violência. Ideologia. Torcidas organizadas.

➤ PERES, Luiz; LOPES, Felipe Tavares Paes. A dominação pela etiqueta: dimensões ideológicas de um manual de etiqueta para torcedores corintianos no exterior. Revista Comunicação Midiática, 2013.

Resumo: A presença do Sport Club Corinthians Paulista no Japão, para a disputa do Mundial de Clubes da FIFA, atraiu boa parte da atenção da mídia brasileira em 2012. As diversas matérias publicadas - não só esportivas - constituem um valioso objeto para a análise de temas como construção de estereótipos, formação de preconceitos e estabelecimento de ideologias. Partindo deste contexto, analisamos matérias do caderno Comida, do jornal Folha de S. Paulo, que ofereceram uma espécie de guia para auxiliar os corintianos no Japão. Apoiamo-nos, principalmente, nos Estudos Críticos do Discurso, na obra de John B. Thompson e na de Pierre Bourdieu. Entre outras coisas, concluímos que as matérias analisadas são ideológicas na medida em que mantêm o leitor em uma posição de dominação cultural e na medida em que reforça a dominação de classe.

Palavras-chaves: Ideologia. Mídia. Etiqueta. Corinthians.

2.2 RELAÇÃO DE CAPÍTULOS DE LIVROS E ARTIGOS NO PRELO⁵

2.2.1 Capítulos de livros

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. A imprensa no banco dos réus: a produção jornalística brasileira sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos e seus efeitos de dominação.

Resumo: Neste trabalho, busquei discutir os efeitos de dominação estabelecidos pela produção jornalística acerca da violência relacionada aos espetáculos futebolísticos, entendendo por dominação relações de poder que são sistematicamente assimétricas. Para realizar tal discussão, estruturei o trabalho em três partes interdependentes: num primeiro momento, abordei os efeitos de dominação produzidos pelas censuras invisíveis presentes na referida produção. Num segundo momento, voltei minha atenção para os efeitos de

⁵ Seguem anexados os textos dos capítulos e livros aqui listados (Anexo 2).

dominação produzidos pelas narrativas veiculadas por essa produção. E, num terceiro e último momento, enfoquei medidas concretas que possam reduzir os efeitos de dominação discutidos nos tópicos anteriores.

Palavras-chave: Meios de comunicação. Violência. Futebol.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy; LOPES, Felipe Tavares Paes. Políticas de segurança para os eventos de futebol: o processo de produção, transmissão e recepção das leis e documentos brasileiros.

Resumo: Neste artigo, buscamos descrever e analisar o processo sócio-histórico de produção, transmissão e recepção das leis e documentos que embasam as políticas de segurança para eventos futebolísticos no Brasil, enfocando o Estado de Defesa do Torcedor e o relatório, de 2005/2006, da chamada Comissão Paz no Esporte. Para tanto, apoiamos-nos nos resultados de pesquisas que temos desenvolvido desde 1999 e em produções de língua portuguesa, castelhana e inglesa sobre o tema. Entre outras coisas, indicamos que ambos os textos suscitam diversas críticas e controvérsias, mas que muitas delas acabam não recebendo a devida atenção, dado que o debate público sobre segurança nos eventos futebolísticos ocorre em um espaço marcado por assimetrias relativamente estáveis, onde alguns grupos têm mais possibilidades de se fazer escutar do que outros.

Palavras-chave: Políticas de segurança. Violência no futebol. Estatuto de Defesa do Torcedor. Comissão Paz no Esporte.

2.2.2 Artigos

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Políticas de segurança ou de dominação? Dimensões ideológicas do Relatório da Comissão da Paz no Esporte. Revista Brasileira de Ciências do Esporte.

Resumo: Este trabalho aborda um relatório elaborado, em 2005/2006, pela chamada “Comissão Paz no Esporte”. Ao abordá-lo, buscamos responder a seguinte indagação: se, em que medida e como esse documento pode ser considerado uma produção ideológica, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Para tanto, adotamos o referencial teórico-metodológico desenvolvido por John B. Thompson. Entre outras coisas, os resultados nos indicam que o referido relatório adota uma narrativa que estigmatiza as torcidas organizadas, ao mesmo tempo em que recomenda mecanismos de controle e penalização

específicos para elas. Nesse sentido, defendemos que ele possui uma dimensão ideológica, pois contribui para manter os torcedores organizados em uma situação de dominação.

Palavras-chave: Políticas de segurança; violência no futebol; dominação; ideologia.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes; MARTINS, Mariana Zuaneti. As explicações de Eric Dunning sobre o hooliganismo à luz do contexto brasileiro: uma reflexão crítica. Movimento.

Resumo: Eric Dunning é um dos autores mais importantes e influentes da Sociologia do Esporte. Seguindo seu mestre, Norbert Elias, ele se contrapõe à ideia de que existe uma atitude natural do ser humano. Na sua perspectiva, a condição humana foi construída pelo próprio indivíduo, em um longo e demorado processo civilizatório. Em sua obra, Dunning busca discutir o esporte a partir desse processo e, ao mesmo tempo, repensar tal processo a partir dos “achados” de suas pesquisas. No Brasil, seus estudos têm servido de base analítica para diversas pesquisas em Educação Física e outros campos do conhecimento, contribuindo para definir as diretrizes dos programas e políticas públicas de Esporte e Lazer. Diante disto, consideramos oportuno o desenvolvimento de trabalhos que tomem suas pesquisas como objeto de investigação. Neste artigo, optamos por focar suas análises sobre o hooliganismo e como elas foram incorporadas no e pelo debate público acerca da violência no futebol brasileiro.

Palavras-chave: Eric Dunning. Sociologia Figuracional. Hooliganismo. Futebol. Violência.

2.3 RELAÇÃO DE LIVROS E ARTIGOS EM FASE DE AVALIAÇÃO⁶

2.3.1 Livros

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol: ideologia e crítica na construção de um problema social. Sete Letras.

Resumo: A violência envolvendo torcedores de futebol, tanto nas arquibancadas como fora delas, não é recente. Sabemos que esse fenômeno ocorre há décadas em diversas partes do mundo, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Brasil, foi somente a partir do final da década de 1980 que ele passou a se notabilizar como conteúdo

⁶ Seguem os textos dos artigos aqui listados (Anexo 3). Devido ao seu volume, não anexei o conteúdo livro. No entanto, este é baseado em minha tese de doutorado disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/4/4747/47134/tde-13072012-103725/pt-br.php>.

noticioso e, com isso, a mobilizar mais fortemente a opinião pública. Nesse período, foi alçado à condição de problema social e tornou-se objeto de preocupação pública constante. Desde então, diversos *claims-makers* – jornalistas, dirigentes desportivos, dirigentes de torcidas organizadas, acadêmicos, autoridades públicas etc. – vêm debatendo o assunto. Diante da relevância e premência desse debate, objetivamos, nesta tese, discutir como ele vem sendo construído e como os sentidos mobilizados por essa construção se entrecruzam com relações de dominação. Mais especificamente, buscamos responder a seguinte indagação: se, em que medida e como os discursos desses diversos *claims-makers* acerca da violência envolvendo torcedores de futebol podem ser considerados uma produção ideológica, produzindo e reproduzindo relações de dominação? A fim de termos acesso a esses discursos, realizamos entrevistas semiestruturadas e coletamos artigos opinativos em jornais de grande circulação. Para analisar esses materiais, apoiamo-nos na teoria de violência de Johan Galtung, na teoria construcionista de problemas sociais e na teoria de ideologia de John B. Thompson, além de adotarmos o referencial metodológico desenvolvido por este último, a hermenêutica de profundidade. Seguindo a estrutura tradicional desse referencial, organizamos a análise dos materiais em três fases: num primeiro momento, descrevemos e analisamos o seu contexto sócio-histórico de produção, circulação e recepção; num segundo momento, analisamos a sua estrutura interna; e, num terceiro momento, reinterpretemos os resultados obtidos na segunda fase à luz dos obtidos na primeira. A partir dessa reinterpretação, argumentamos, entre outras coisas, que o debate em questão tem mobilizado a ideologia ao ajudar a manter os torcedores organizados, em particular, e os pobres, em geral, numa situação de dominação. Além disso, defendemos que, ao difundir a ideia de que a irracionalidade é uma característica natural do comportamento de grupo ou de massa, alguns discursos enunciados nesse debate também têm mobilizado a ideologia na medida em que sustentam relações de dominação das autoridades públicas sobre os torcedores. Todavia, o caráter ideológico do debate é, nesse caso, confrontado pelo caráter crítico de outros discursos, que contestam a ampliação do controle do Estado sobre o cidadão. Além dessa contestação, observamos críticas ao tratamento dado ao torcedor no espetáculo futebolístico e ao comportamento das autoridades, jornalistas e dirigentes. Também percebemos uma profunda insatisfação em determinados discursos com as diferenças socioeconômicas e com as condições educacionais existentes no país. Diante disto, não pudemos deixar de reconhecer que, ainda que em diversos momentos esteja a serviço da dominação, o debate atual em torno da violência no futebol brasileiro também tem mobilizado críticas e intervenções desafiadoras e transformadoras do *status quo*.

Palavras-chave: Futebol. Violência. Problemas sociais. Ideologia. Análise do discurso. 000077

2.3.2 Artigos

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. A dominação pela segurança: futebol, violência e ideologia. Movimento.

Resumo: Este trabalho aborda um relatório elaborado, em 2005/2006, pela chamada “Comissão Paz no Esporte”. Ao abordá-lo, buscamos responder a seguinte indagação: se, em que medida e como esse documento pode ser considerado uma produção ideológica, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Para tanto, adotamos o referencial teórico-metodológico desenvolvido por John B. Thompson. Entre outras coisas, os resultados nos indicam que o referido relatório dissimula as controvérsias relacionadas à violência no futebol, legitima um modelo panóptico de estádio e autoriza o controle social dos torcedores organizados, mantendo-os em uma situação de dominação.

Palavras-chave: Futebol. Violência. Segurança. Ideologia.

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Dimensões ideológicas da transformação do torcedor em consumidor. Comunicologia.

Resumo: Neste artigo, busco responder a seguinte questão: se, em que medida e como a transformação do torcedor em consumidor pode ser considerada uma forma de ideologia, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Para responder a esta questão, embasei minhas análises na obra de John B. Thompson, que define ideologia como o sentido a serviço da dominação. Concluo afirmando que se, por um lado, tal transformação ajuda a conferir ao torcedor uma série de direitos fundamentais; por outro, mantém relações de dominação de classe, além de ampliar o poder da televisão e o controle das autoridades públicas sobre o torcedor em geral.

Palavras-chaves: Ideologia. Futebol. Consumo. Torcedor. Dominação.

2.4 RELAÇÃO DE ARTIGOS FINALIZADOS E A SEREM SUBMETIDOS 000078

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. A construção da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos: desafios e propostas.

Resumo: Neste artigo, desenvolvemos uma reflexão ética e normativa acerca do processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos. Para tanto, estruturamos o texto em duas partes interdependentes: num primeiro momento, abordamos os principais desafios para tornar o processo em questão mais justo e democrático. Num segundo momento, apresentamos e justificamos algumas medidas concretas capazes de superar esses desafios. Entre outras medidas, defendemos a necessidade de se criar comissões locais de prevenção da violência no futebol e da CONSEGUE abrir mais espaço para os grupos habitualmente excluídos das posições de poder, dando-lhes direito à voz e a voto.

Palavras-chave: Violência. Futebol. Política de segurança. CONSEGUE.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos; SPAAIJ, Ramon, LOPES, Felipe Tavares Paes. Pain and suffering in soccer: analysis of soccer-related fatalities in Brazil

Resumo: Neste artigo, descrevemos e analisamos a extensão e a natureza da violência relacionada ao espetáculo futebolístico no Brasil e a comparamos com a Europa ocidental. Para tanto, buscamos relatos de mortes de torcedores em diversos tipos de materiais – como jornais e revistas brasileiras de grande circulação – no período de 1967-2012. A partir desses relatos, argumentamos que ocorreu um deslocamento da violência para fora dos estádios no Brasil e que esta se tornou socialmente mais organizada e premeditada, envolvendo grupos de jovens, do sexo masculino, que procuram ativamente enfrentar grupos oponentes. Também discutimos a presença das forças policiais nesses enfrentamentos e o uso de armas de fogo, assim como as principais diferenças com a Europa ocidental.

Palavras-chave: Futebol. Violência. Brasil.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos; LOPES, Felipe Tavares Paes. Drinking dangerously? Young football fans, alcohol and masculinity in Brazil.

⁷ Seguem os textos dos artigos aqui listados (Anexo 4).

➤ **Resumo:** Nesta pesquisa, realizamos um diagnóstico dos jovens torcedores organizados do estado de São Paulo, enfocando sua relação com o álcool. Para tanto, adotamos uma metodologia quali-quantitativa, que combinou pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Entre outras coisas, os resultados nos indicam que o percentual desses jovens torcedores que bebem de forma “arriscada” está um pouco acima do referente aos jovens brasileiros da mesma idade. Por uma relação de homologia com jovens torcedores de outros países, levantamos a possibilidade de esse elevado índice estar relacionado com o estilo de vida dos jovens torcedores brasileiros, no qual beber “arriscadamente” constituiria uma forma de afirmação de masculinidade.

Palavras-chaves: Futebol. Álcool. Torcedores organizados. Masculinidade.

➤ REIS, Heloisa Helena Baldy dos. LOPES, Felipe Tavares Paes. O torcedor por detrás do rótulo: caracterização e percepção da violência de jovens torcedores organizados.

Resumo: Nesta pesquisa, buscamos caracterizar os jovens torcedores organizados quanto à sua idade, nível de instrução, estado civil, pertencimento à etnia afrodescendente e organização familiar. Buscamos, também, descrever e analisar sua percepção da violência no futebol, bem como da relação entre essa violência e a mídia esportiva. A fim de responder tais objetivos, adotamos uma metodologia quanti-qualitativa, que combinou pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Entre outras coisas, os resultados obtidos sugerem que os referidos torcedores são pessoas muito mais integradas à sociedade do que como habitualmente são representados.

Palavras-chaves: Violência. Futebol. Torcidas organizadas.

2.5 RELAÇÃO DE RESUMOS PUBLICADOS EM ANAIS DE EVENTOS

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes. Dimensões ideológicas de discursos veiculados na mídia sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos. In: XVII Encontro Nacional da Abrapso, 2013, Florianópolis. Anais do XVII Encontro, 2013.

➤ LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Políticas de segurança para os espetáculos futebolísticos no estado de São Paulo: estigmatização e ideologia. In: III Encontro Paulista de Psicologia Política, 2013, São Paulo. Caderno de Resumos do III Encontro Paulista de Psicologia Política, 2013.

- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista do GT “Comunicação, consumo e institucionalidades”, do COMUNICON 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 26/09/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 01/07/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 20/06/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 23/06/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 21/02/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 29/03/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 14/03/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 18/05/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 27/03/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 11/08/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Psicologia Política, 13/08/2014. 2014.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 22/11/2013. 2013.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Brasileira de Educação Física e Esporte 05/11/2013. 2013.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 28/10/2013. 2013.

- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 16/09/2013. 2013.
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Parecerista ad hoc da Revista Movimento, 31/07/2013. 2013.

2.7 RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES EM BANCAS

- SCHWARTZ, Gisele Maria; MACHADO, Afonso; LOPES, Felipe Tavares Paes. Participação em banca de qualificação de mestrado de Marcelo Fadori Soares Palhares (Violência no futebol: o discurso de torcedores organizados) no Departamento de Educação Física da UNESP. 2013.

2.8 RELAÇÃO DE PALESTRAS E APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

- LOPES, Felipe Tavares Paes. Violência no futebol e as consequências na Copa do Mundo. 2014. (Palestra no minicurso “O legado da Copa do Mundo no Brasil”, oferecido aos alunos do bacharelado em Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. *German-Brazilian science talk*. 2014. (Palestra ministrada *Institut für Interdisziplinäre Konflikt-und Gewaltforschung*, da Universidade de Bielefeld).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Violência nos estádios. 2014. (Palestra na Semana de Eventos 2014 da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. O valor de uma cultura de torcida viva, popular e positiva para o futebol e a sociedade Experiências e lições do Intercambio de Torcidas entre Brasil e Alemanha. 2014. (Comunicação no Fórum das Torcidas “Fale conosco, não sobre nós!”).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. A construção do problema social da violência no futebol brasileiro: ideologia e dominação. 2014. (Apresentação de Trabalho no V Congresso de Ciência do Desporto/ IV Simpósio Internacional de Ciência do Desporto).

- LOPES, Felipe Tavares Paes. Organizações sociais - Torcidas organizadas. 2013. (Palestra no 1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Dimensões ideológicas de discursos veiculados na mídia sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos. 2013. (Apresentação de Trabalho XVII Encontro Nacional da ABRAPSO).
- LOPES, Felipe Tavares Paes; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Políticas de segurança para os espetáculos futebolísticos no estado de São Paulo: estigmatização e ideologia. 2013. (Apresentação de Trabalho no XVIII COMBRACE/ V CONICE).

2.9 RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS

- Minicurso “O legado da Copa do Mundo no Brasil”.
- *German-Brazilian science talk*. 2014.
- Semana de Eventos 2014 da Faculdade de Tecnologia de Jundiaí
- Fórum das Torcidas “Fale conosco, não sobre nós!”
- 1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas
- XVII Encontro Nacional da ABRAPSO

2.10 RELAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES NA MÍDIA

- LOPES, Felipe Tavares Paes. Clubes deveriam investir em campanhas educativas para diminuir violência no futebol. 2014. (Rádio Estadão).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Para pesquisador, fim das torcidas organizadas não favorece diminuição da violência nos estádios. 2014. (JC News).
- GOMES, D.; LOPES, Felipe Tavares Paes. Paz entre as torcidas: um possível legado da Copa? 2014. (O São Paulo).

- LOPES, Felipe Tavares Paes. *Brasilien in Bielefeld ein besonderer Gast beim Fan-Projekt*. 2014. (Site *Fan Projekt Bielefeld*).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. Pesquisador da Unicamp fala sobre medidas de segurança contra brigas de torcida no futebol. 2013. (Jornal Globo News).
- LOPES, Felipe Tavares Paes. DOLZAN, M. Torcedores culpam as organizadas por confrontos. 2013. (Estadão).
- LOPES, Felipe Tavares Paes; LISBOA, R. S. JC Debates - Torcidas organizadas. 2013. (JC Debates/TV Cultura).

2.11 RELAÇÃO DE OUTRAS PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- LOPES, Felipe Tavares Paes. Existe luta, existe esperança (Texto de divulgação da Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro), 2014.

3 DETALHAMENTO DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS

Conforme foi mencionado no tópico 2, a pesquisa de pós-doutorado foi organizada em duas partes, de certa forma, interdependentes. Na primeira⁸, analiso e interpreto as dimensões ideológicas do PEGSDC, que faz uma série de recomendações para a Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos. Na segunda, desenvolvo uma reflexão ética e normativa sobre o processo de construção dessa política, indicando os principais desafios para torná-lo mais justo e democrático e propondo algumas medidas concretas capazes de superar esses desafios.

3.1 DIMENSÕES IDEOLÓGICAS DO PEGSDC

A discussão sobre como o debate acerca da violência no futebol tem sido incorporado pelas atuais políticas de segurança para os eventos futebolísticos realizados no Brasil constitui um ponto chave para a reformulação dessas políticas e para a criação de novos programas e

⁸ Parte dos resultados da primeira etapa foi apresentado no relatório anterior.

000084

projetos de prevenção da referida violência. Violência que não apenas envolve o principal esporte do país, com enorme importância para a nossa cultura popular e vida social, mas que também possui sérias implicações econômicas, políticas e sociais. Embora a violência no futebol brasileiro não seja recente, foi somente a partir do final da década de 1980 que ela passou a se notabilizar como conteúdo noticioso e, com isso, a mobilizar mais fortemente a opinião pública. Na década seguinte, após a ocorrência de uma série de incidentes de grande repercussão midiática, tal violência entrou definitivamente na pauta das decisões políticas e uma série de providências para preveni-la passaram a ser tomadas (LOPES, 2012).

Nos dias de hoje, os mais importantes instrumentos legais de proteção e defesa do torcedor são a Lei nº 10.671/03, mais conhecida como Estatuto de Defesa do Torcedor (a partir daqui EDT), e a Lei nº 12.299/2010, que altera e complementa o referido Estatuto. O EDT foi inicialmente proposto em 2002, pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados como projeto de Lei nº 7.262/02. Depois, tramitou no Senado Federal como Projeto de Lei nº 1/03, sendo sancionado pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 15/05/ 2003 (REIS, 2003). Para Reis (2006), sua entrada em vigor foi um marco na história esportiva brasileira, pois, mesmo o futebol tendo chegado há décadas no país e mesmo ele sendo uma das mercadorias mais rentáveis do capitalismo, não havia, até então, leis que regulamentassem a promoção do esporte como espetáculo no Brasil.

Todavia, longe de ser unânime, o EDT tem causado polêmica. Entre outras coisas, tem-se argumentado que ele introduz medidas alternativas populistas, agrava penas anteriores e sobrepõe tipos penais (GOMES et al., 2011), que ele criminaliza o ato de torcer, ao prever uma série de dispositivos de vigilância, monitoramento e controle do torcedor (ALVITO, 2006), e que ele contém artigos que soam inconstitucionais (GOMES et al., 2011). Também se tem contestado a determinação de as torcidas organizadas manterem cadastro atualizado de seus associados devido ao possível uso desses dados para checar o passado criminal dos integrantes dessas torcidas (PRAÇA et al., 2010), bem como sua responsabilização pelos danos provocados por seus associados dentro e fora dos estádios. Afinal, além de ser de difícil aplicação, essa medida responsabiliza toda a instituição pela ação de alguns de seus integrantes (LOPES, 2012).

Além do EDT, o PEGSDC tem servido de base para várias experiências, a título de projeto piloto, em partidas realizadas no estado de São Paulo, que é habitualmente percebido como o mais afetado pelo problema. Elaborado em 2005/2006 pela CONSEGUE e assinado pelo seu então coordenador-executivo, Marco Aurélio Klein, esse relatório, diferentemente do EDT, não recebeu, até o momento, a devida atenção do campo científico. Diante disto e de

sua relevância para as políticas de contenção da violência no futebol, optei por tomá-lo como objeto de investigação e formular o seguinte problema de pesquisa: *em que medida e como o PEGSDC pode ser considerado uma produção ideológica, estabelecendo e sustentando relações de dominação?* O interesse no seu potencial ideológico justifica-se uma vez que ele traz a questão da dominação para o âmago da discussão, o que é de extrema relevância. Afinal, a avaliação de uma política de segurança não deve se limitar a verificar se seus objetivos foram alcançados ou não, mas deve, também, questionar a serviço de quem ela está exatamente, ou seja, se ela não se mostra abusiva justamente contra aquelas pessoas que diz proteger.

3.1.1 Referencial teórico

Para responder o problema de pesquisa proposto, apoiei-me no conceito de ideologia, desenvolvido por John B. Thompson (2000). Em “Ideologia e Cultura Moderna”, o autor propõe uma definição relativamente ampla de ideologia, compreendendo-a como o “sentido a serviço da dominação”. A fim de precisar tal definição, Thompson destaca que uma situação pode ser descrita como de dominação quando relações de poder são sistematicamente assimétricas, ou seja, “[...] quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito.” (p. 80).

A partir dessa concepção de ideologia, uma forma simbólica (como um documento ou uma lei) será ideológica quando, em um contexto sócio-histórico determinado, estabelecer e sustentar relações de dominação. Inversamente, será contestatória ou crítica da ideologia quando ajudar a minar essas relações. Assim, a interpretação do potencial ideológico ou contestatório de uma forma simbólica deve explicitar o vínculo entre os sentidos mobilizados por ela e as relações de dominação que esses sentidos mantêm ou subvertem. Deve, portanto, considerar os contextos sócio-históricos específicos nos quais essa forma simbólica é produzida, transmitida e recebida.

3.1.2 Metodologia

Considerando que a metodologia não tem *status* próprio, mas precisa ser definida em função de um contexto teórico-metodológico determinado, adotei não apenas a conceituação

de ideologia do Thompson (2000), mas, também, sua proposta metodológica: a hermenêutica de profundidade. Esta é estruturada em três partes interdependentes. Para desenvolver a primeira delas, a análise sócio-histórica, fiz um levantamento bibliográfico acerca do tema da violência no futebol em seis bases de dados nacionais⁹. Ainda que de forma resumida, os resultados desse levantamento foram apresentados na introdução deste tópico.

Já para realizar a segunda parte, a análise formal ou discursiva, optei por ler o PEGDSC repetida, cuidadosa e detalhadamente. Em seguida, construí, no *Microsoft Excel*, três quadros de análise, a fim de examinar como esse documento constrói simbolicamente a violência nos espetáculos futebolísticos no Brasil, os atores sociais envolvidos nessa violência, os modelos de segurança que o embasam e as recomendações para a contenção da referida violência. Em seguida, a partir desses quadros, empreendi uma discussão acerca, entre outras coisas, da sintaxe, das escolhas léxicas e das figuras retóricas utilizadas nessas construções.

Por fim, para realizar a terceira etapa, a interpretação/reinterpretação, desenvolvi uma síntese, por construção criativa, dos resultados das duas etapas anteriores. Com isto, objetivei explicitar as conexões possíveis entre os sentidos mobilizados pelo PEGDSC e as relações de dominação que estruturam o contexto sócio-histórico em que está inserido. Mais concretamente, objetivei, à luz desse contexto, interpretar o seu potencial ideológico. A fim de tornar a leitura do texto menos repetitiva e cansativa, condensei em uma só parte os resultados dessas duas últimas etapas.

3.1.3 Análise e interpretação

Seguindo os itens apresentados anteriormente, estruturei a apresentação dos resultados da análise e reinterpretação do PEGSDC em três partes. Começo pelo diagnóstico feito da violência no futebol brasileiro.

⁹ A Scientific Electronic Library Online (www.scieio.org); CD-ROOM “Levantamento da produção sobre o futebol nas ciências humanas e sociais de 1980 a 2007”; Banco de Teses da CAPES (<http://www.capes.gov.br/servicos/bancoTeses.html>); Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas (<http://www.sbu.unicamp.br>); Biblioteca da Universidade de São Paulo (<http://decdams.usp.br>); Biblioteca Nadir G. Kfoury da PUC-SP (<http://biblio.pucsp.br>).

3.1.3.1 Construção simbólica da violência nos espetáculos futebolísticos no Brasil e dos atores sociais envolvidos nessa violência

Entre outras coisas, pude notar que o passado do futebol brasileiro é simbolicamente construído como um período de paz, como uma espécie de paraíso perdido. Para realizar tal construção, o PEGSDC emprega a estratégia discursiva da dissimulação, que, no caso, opera apagando os vestígios de atos de vandalismo e violência que possam ter ocorrido no passado, passando, consequentemente, por cima das incertezas e controvérsias abertas sobre o período. Esta dissimulação indica-nos que o PEGSDC não incorpora em suas análises parte significativa dos resultados apresentados pela produção científica brasileira sobre as origens da violência no futebol¹⁰ (não é à toa que tal produção praticamente não aparece nas referências bibliográficas). Ao passar por cima de tais incertezas e controvérsias, o PEGSDC impõe sua interpretação dessas origens como um fato consumado, ou seja, como algo certo e indubitável. Isto é reforçado pelo fato de o passado ser apresentado como uma coisa, que ocorre na ausência de um sujeito que o interprete. O trecho a seguir, por exemplo, não fornece nenhum vestígio de autoria. Tampouco alguma evidência que comprove que o passado foi do modo como ele é apresentado.

Brigas entre torcedores ou torcidas nos termos que as entendemos nos dias de hoje - simplesmente não aconteciam. Vandalismo? Impensável. Agressões e depredações pelo caminho ou nas vizinhanças? Qual nada. Mortes? Jamais. Palavrões? Sim, mas, raros em relação aos costumes atuais e especialmente dedicados, desde sempre, ao árbitro.” (KLEIN, 2005/2006, p. 19).

Mas, se o passado é descrito como uma espécie de paraíso perdido, o presente é, inversamente, tratado a partir de uma narrativa melodramática, que visa chamar a atenção do leitor para as péssimas condições dos estádios brasileiros e para o caráter extremo e hediondo da violência que ocorre dentro e fora deles, sugerindo que ela é inaceitável e moralmente intolerável (LOSEKE, 2008). Ao fazer isto, tal narrativa confere, consequentemente, um senso de urgência aos problemas relacionados aos espetáculos futebolísticos. Entre outras metáforas utilizadas na construção dessa narrativa, destaco a da guerra, que reveste os espetáculos futebolísticos com a imagem da hostilidade e do perigo, ao mesmo tempo em que oculta outras características tradicionalmente imputadas a eles: como a festa, a alegria e a

¹⁰ Na época da elaboração do relatório, já existia certo corpo de produções (TOLEDO, 1996; PIMENTA, 1997; MONTEIRO, 2003; TEIXEIRA, 2004) que, baseando-se na obra de Elias e Dunning, indicava que a violência no futebol sempre existiu.

000088

celebração. Esta metáfora é explicitamente evocada por meio de expressões como “guerra entre torcedores”, “aparato de guerra montado pela polícia” e “cenário de guerra” ou, menos diretamente, através de vocábulos usualmente utilizados para descrever ou evocar esse tipo de situação, tais como: “mortes”, “agressão”, “emboscada”, “grupos armados”, “invasão”, “cânticos guerreiro”, “batalhas”, “comportamento belicoso”, “ataques”, “tiros”, “bombas”, “feridos”, “vandalismo”, “terror”, “depredação”, “vítimas”, “violência”, “confrontos” etc.

Assim como essa metáfora, outros trechos enfatizam as consequências extremas da violência no futebol, dramatizando-a. O seguinte é ilustrativo: “estudamos os principais problemas, analisando mais suas causas do que seus efeitos, estes sobejamente projetados nas arquibancadas vazias e nas ruas em clima de terror em dias de grandes jogos” (KLEIN, 2005/2006, p. 3). Clima de terror nas ruas e arquibancas esvaziadas, estes seriam os efeitos da referida violência. Graças a ela, novas gerações seriam “[...] impedidas de ‘viver a fantástica experiência do futebol ao vivo’” (KLEIN, 2005/2006, p. 20). Aqui, novamente a complexidade do problema é reduzida e as controvérsias silenciadas. Ainda que, em outros trechos, a (falta de) infraestrutura seja apontada como um importante fator para o (suposto) esvaziamento dos estádios ¹¹, outros possíveis fatores explicativos não são sequer mencionados – como, por exemplo, a dificuldade do torcedor em voltar para a casa em função dos horários inadequados impostos pela televisão em jogos do meio da semana ou o alto preço dos ingressos.

O caráter extremo e hediondo das consequências da violência envolvendo torcedores de futebol é reforçado pela caracterização feita das vítimas dessas consequências. Estas são construídas como pessoas que sofrem horivelmente com a referida violência. Além disso, elas, muitas vezes, são construídas como pessoas puras, frágeis e indefesas, que não têm nenhuma responsabilidade no sofrimento experimentado, o que contribui para que o leitor as perceba como sendo merecedoras de compaixão e proteção. Por exemplo, em momento algum, o PEGSDC aborda os torcedores violentos que morreram em confronto com outros torcedores ou com a polícia. Tampouco trata do sofrimento dos torcedores organizados que tenham sido vitimados pela violência no futebol. As vítimas destacadas são o “torcedor-comum”, as “famílias”, a “sociedade” e seus “filhos”. Ou seja, o enfoque recai sobre a “nossa” dor, e não na do “outro”.

Outra estratégia empregada pelo PEGSDC para caracterizar a violência no futebol como intolerável é a de tratar qualquer pessoa como uma vítima potencial dessa violência.

¹¹ Este (suposto) esvaziamento é por si só controverso, já que a média de público pagante no Campeonato Brasileiro tem oscilado bastante ao longo dos anos (LOPES, 2012).

000089

Toda a sociedade, sem exceção, estaria sujeita a ela. Tal generalização possui um efeito retórico notável. Afinal, ela encoraja o leitor a sentir medo (dado que ele e as pessoas que ama podem ser vítimas dessa violência a qualquer momento), e o medo é uma motivação poderosa para levar realmente a sério um problema social (LOSEKE, 2008).

Em geral, a ação de provocar medo é atribuída aos torcedores organizados. Em diversos trechos, esses torcedores são semanticamente fundidos à figura do torcedor violento. Essa fusão contribui para construí-los como pessoas perigosas e ameaçadoras, as quais somos, implicitamente, convocados a expurgar. A construção do torcedor organizado como uma ameaça é reforçada pela associação desse torcedor à ideia de irracionalidade, conforme ilustra o extrato a seguir: "Torcidas Organizadas podem representar beleza, paixão e animação num jogo de futebol. Entretanto, podem, a continuar a insanidade da violência gratuita e a impunidade, significar prejuízo, tragédia, desespero e morte." (KLEIN, 2005/2006, p. 35). Ao colocar a irracionalidade – expressa através do substantivo “insanidade” – como uma característica genérica e natural da (suposta) violência das torcidas organizadas –, o PEGSDC retira o aspecto propriamente humano dos integrantes dessas torcidas, animalizando-os.

Além disso, ao definir tal violência como “gratuita”, ele ajuda a ocultar as relações e os processos psicossociais que a motivaram, fazendo crer que ela é sem explicação. Ideia que, ao mesmo tempo, reforça a noção de que os torcedores organizados são irracionais e individualiza o problema. Afinal, se o problema estivesse na estrutura e nas forças sociais, aí teríamos uma explicação. Em última instância, o fato de (supostamente) não haver uma boa razão para o (suposto) comportamento violento das torcidas organizadas contribui para vilanizar essas torcidas, sinalizando uma maldade inata de seus integrantes. Vilanização que parece participar de um processo de estigmatização mais amplo, que exacerba a diferença dos torcedores organizados em relação ao resto da sociedade, sobre-estimando a diferença “deles” – “perigosos desviantes” – em relação a “nós” – admitidos como “normais”.

O Poder Público, por outro lado, é usualmente construído como racional, humanitário e “desinteressado” (trabalha em nome apenas do torcedor), o que contribui para legitimá-lo. Legitimação reforçada pela estratégia da dissimulação, que opera passando por cima da violência policial, que praticamente não aparece no documento, ficando na penumbra. Nos raros momentos em que a polícia é colocada como parte do problema, suas ações são descritas de modo a despertar uma valoração positiva (ou menos negativa). Por exemplo, o PEGSDC fala em “terror” provocado pelo conflito com a tropa de choque, mas esse é definido como “inevitável”. Ou seja, a polícia não poderia ter agido de outra forma. Ela não agiu; apenas

reagiu. Trata-se de um fatalismo que, em última instância, retira sua carga de responsabilidade em uma situação valorada negativamente.

3.1.3.2 Construção simbólica dos modelos de referência para os espetáculos futebolísticos no Brasil

A principal referência para a forma e o conteúdo do PEGSDC é o Relatório Taylor, que mudou as condições dos estádios britânicos a partir de 1990. Escrito após ocorrerem uma série de tragédias na década anterior, esse relatório recomendou, entre outras coisas, que os clubes escoceses da primeira divisão e os ingleses da primeira e segunda divisão colocassem assentos em seus estádios e retirassem os alambrados. Para ajudar nos custos das reformas, o governo comprometeu-se a reduzir alguns impostos, como o das apostas no futebol (GIULIANOTTI, 2002). A fim de legitimar o Relatório Taylor, o PEGSDC faz uma série de apreciações positivas sobre ele e sobre seu autor, o juiz Taylor, e o apresenta como sendo um “divisor de águas”. Esta é a ideia central de uma narrativa que fragmenta o futebol inglês em dois períodos: um passado deteriorado, anterior ao relatório em questão, que seria similar ao que (supostamente) ocorre atualmente no Brasil; e um presente glorioso, posterior à elaboração e adoção de tal relatório.

Para construir o processo de deterioração do futebol inglês, o PEGSDC recorre novamente à estratégia da dramatização. Já para construir sua situação presente, ele recorre, principalmente, à estratégia da dissimulação. Por exemplo, embora indique que ainda ocorram problemas relacionados ao hooliganismo – sobretudo fora do Reino Unido –, ele não menciona as diversas críticas feitas ao Relatório Taylor. Tampouco menciona as críticas feitas à Lei do Tumulto no Futebol, adotada após confusões envolvendo torcedores ingleses na Euro 2000 e em copas europeias de clubes do período. Tais críticas refletem o descontentamento de alguns atores com os novos rumos do futebol britânico. Primeiro, porque há indicativos de que, embora o hooliganismo tenha diminuído na década de 1990, seu fim não passaria de um mito (DUNNING, 2013). Segundo, porque, contrariando recomendação do Relatório Taylor, as reformas nos estádios teriam elevado o preço dos ingressos, iniciando um processo de elitização do futebol britânico. Terceiro, porque algumas das medidas adotadas – como a obrigação de assistir aos jogos sentados – teriam contribuído para uniformizar e pasteurizar os espetáculos futebolísticos (GIULIANOTTI, 2002). Quarto, porque há serias suspeitas em relação à legalidade da Lei dos Tumultos no Futebol, já que ela autoriza a exclusão de

000091

torcedores (supostamente) causadores de violência independentemente de uma condenação criminal prévia (LOPES, 2012).

Não é minha intenção examinar aqui as razões de o “modelo britânico” ter sido apresentado de forma acrítica. Mas não deixa de ser revelador que, em sua visita à Inglaterra, Marco Aurélio Klein tenha sido recebido, basicamente, pelas autoridades responsáveis pelo combate ao hooliganismo, que, evidentemente, têm interesse em fazer crer que o referido modelo é eficaz. Difícil não notar uma correspondência entre esse interesse e a narrativa adotada, que busca, a todo instante, legitimar o “modelo britânico”. Talvez, se outros atores tivessem sido consultados – como acadêmicos e representantes de associações independentes de torcedores – o discurso sobre tal modelo fosse menos otimista. Impossível saber. Mas é possível sim mostrar, tal como busquei fazer até agora, que as vozes dissonantes foram silenciadas.

Outra importante referência para o PEGSDC é a teoria da “vidraça quebrada”, que serviu de base para aquela que ficou conhecida como política de “tolerância zero”. Esta foi adotada e exibida com alarde no início dos anos noventa pelo então prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani, sendo, posteriormente, acolhida e aclimatada em diversas regiões do mundo. Tal teoria defende a ampliação do rigor penal através de uma cadeia de raciocínio que leva a crer que a permissividade com os pequenos delitos serve de estímulo para outros mais graves. Isto é, combatendo rigorosamente os distúrbios cotidianos, as grandes “patologias criminais” recuariam. Ao mesmo tempo em que legitima um aparelho penal intrusivo e onipresente, convocando o “punho de ferro” do Estado penal, essa cadeia de raciocínio passa por cima dos processos sociais geradores de comportamentos delinquentes, obscurecendo, consequentemente, a (ir)responsabilidade do Estado nesses processos. Aqui, a delinquência seria a causa da deterioração social e não o inverso. Lógica que acaba por privilegiar o Estado penal em detrimento do Estado social (WACQUANT, 2001).

No contexto do futebol, a teoria da “vidraça quebrada” expressar-se-ia na (suposta) relação entre permissividade com a violência simbólica (cânticos ofensivos, xingamentos, ameaças etc.) e aumento da violência física. Assim, para reduzir esta última violência, seria preciso “tolerância zero” com a primeira. Embora a referida relação fundamente muitas das recomendações do PEGSDC, ela, em momento algum, é provada. Pelo contrário, é apresentada como se fosse natural. Naturalização que dissimula seu caráter controverso. Dunning (2013), por exemplo, observa que “[...] a ‘permissividade’ talvez tenha diminuído em quase todos os aspectos da vida britânica durante o governo Thatcher, em especial no futebol, que se tornou cada vez mais policiado e normatizado de 1960, 1970 e 1980.” Período

justamente em que teria ocorrido o maior crescimento dos índices de violência no futebol britânico.

Além do Relatório Taylor e da política de “tolerância zero”, o modelo de organização esportiva dos Estados Unidos é tomado como referência para o Brasil. A fim de legitimar esse modelo, o PEGSDC passa novamente por cima das contradições e controvérsias existentes, ocultando os (possíveis) efeitos negativos de tal modelo. Na verdade, limita-se a mencionar o aumento de público nas arenas esportivas norte-americanas e sua alta taxa de ocupação média atual. Após defender o referido modelo, o PEGSDC afirma que, apesar das diferenças econômicas e culturais entre Estados Unidos e Brasil, sua aplicação daria certo aqui. Para justificar sua posição, faz um paralelo com as transformações ocorridas com os cinemas e teatros brasileiros. Transformações que ele narra a partir de uma história que celebra o presente ao mesmo tempo em que dramatiza o passado.

A fim de não tornar o texto excessivamente repetitivo e cansativo, não analisarei aqui os recursos linguísticos utilizados nessa dramatização. No entanto, considero importante destacar que o PEGSDC chama a questão da redução dos preços dos ingressos de “simplória”. Do seu ponto de vista, é equivocado atribuir o (suposto) processo de esvaziamento dos cinemas à questão do preço das entradas. Ao tratar como “simplória” essa questão, ele, implicitamente, legitima a manutenção de uma das principais barreiras de acesso à cultura e ao lazer para milhões de brasileiros. Afinal, se o elevado custo das entradas não é um problema, então não se deve alterá-lo. Ao legitimar a manutenção de tal barreira, o PEGSDC, simultaneamente, contrapõe-se ao que estabelece a própria Constituição Federal do Brasil, que reconhece o lazer como um direito social – ou seja, como algo que deve ser válido para todas as pessoas, independentemente de sua classe social – e que determina que o Poder Público incentive o lazer como forma de promoção social (REIS, 2006).

A fim de fundamentar sua posição, o PEGSDC afirma que, apesar de ter um ingresso mais caro do que o futebol, o cinema vende muito mais entradas. Tal comparação tem um forte apelo retórico, na medida em que, em geral, tende-se a conceber os números como provas incontestáveis de uma determinada realidade, esquecendo-se que toda comparação envolve escolhas arbitrárias. Por exemplo, se a comparação tivesse sido feita com o teatro, e não com o cinema, será que teríamos uma diferença tão significativa de público? Ainda, mesmo que mantivéssemos a comparação de público entre o futebol e o cinema, como ela era no passado? Como ela é em outros lugares, onde o espetáculo futebolístico é mais organizado? Colocados de forma isolada, os números apresentados não provam nada. São, portanto, inúteis analiticamente, mas muito úteis retoricamente.

3.1.3.3 Construção simbólica das recomendações para a contenção da violência nos espetáculos futebolísticos no Brasil

Já na introdução, o PEDGSC legitima suas recomendações afirmando que elas se imporão pela própria racionalidade, ou seja, contra elas, nada se pode fazer, a não ser que se seja um ser irracional. Diante disto, seus críticos são implicitamente desumanizados. Tais recomendações, evidentemente, refletem os modelos de referência apresentados anteriormente. Por exemplo, seguindo o afã punitivista do “tolerância zero”, o PEDDGSC recomenda algumas alterações no EDT¹², indicando-nos que a solução para a violência no futebol viria de um maior rigor penal.

Além de recomendar a alteração da legislação, o PEGSDC faz uma série de recomendações sobre o monitoramento do público, onde aborda, principalmente, as salas de controle. Estas são por ele consideradas o ponto mais importante num projeto de segurança no estádio, pois acabaria com o anonimato do torcedor. Ao fazer esse tipo de recomendação, o PEGSDC legitima um modelo panóptico de estádio, que busca induzir os torcedores a um estado consciente e permanente de visibilidade, operando como um poderoso mecanismo de controle social. Modelo que, ao ajudar a construir um espaço fortemente administrado, reforça a dominação do Estado sobre o torcedor, podendo, portanto, ser interpretado como ideológico. Interpretação que é reforçada pelo fato de as câmeras de vigilância não oferecerem uma “visão da totalidade” como mecanismo de identificação. Em nenhum momento, por exemplo, o PEDGSC fala em monitoramento da polícia. Esta aparece como um elemento autônomo desse dispositivo de controle, ou seja, ela não está também sujeita à vigilância (ULIANA; GODIO, 2013).

Conforme já destaquei, a violência policial desaparece de cena no PEDGSC, que omite o protagonismo da polícia nos confrontos relacionados ao futebol. Não é à toa que ele se limita a observar, muito vagamente, que é preciso criar grupos especializados em segurança em eventos esportivos e a defender que a polícia evite ostentar armamento pesado e utilizar roupas e símbolos que evoquem agressividade. Medidas mais concretas para reduzir a referida violência não são abordadas. Aqui, não é difícil inferir que isto se deve ao fato de ele não posicioná-la como um problema. No máximo, como uma reação inevitável à (suposta) violência dos torcedores. Assim, ao não fazer nenhuma recomendação mais concreta para a

¹² Recordando que o PEGSDC é anterior à Lei nº 12.299/2010, que alterou e complementou o EDT.

redução da violência policial, o PEDGSC não abarca a profundidade do problema, contribuindo para manter tudo do jeito que está.

Outro problema é que ele se cala sobre a (ir)responsabilidade dos meios de comunicação. Afinal, nada diz sobre as narrativas estigmatizadoras por eles enunciadas contra os torcedores organizados (LOPES, 2012). Tampouco faz qualquer recomendação para transformar a linguagem jornalística habitualmente utilizada para abordar o futebol – que dramatiza o jogo ao publicar frases como “esse é um jogo de vida ou morte” (ALABARCES, 2012). O PEDGSC limita-se apenas a sugerir que a mídia evite dar destaque a agressores. Ou seja, basicamente, enfatiza a violência simbólica praticada pelo torcedor, deixando de lado aquela praticada pelos jornalistas. O PEDGSC tampouco problematiza os horários impostos pela televisão para os jogos realizados no período da noite, que dificultam e torna mais insegura a volta do torcedor para casa, reforçando os privilégios e interesses dos meios de comunicação. Nesse sentido, ele é ideológico.

Ele também é ideológico na medida em que contribui para sustentar relações de dominação de classe. Isso se deve ao fato de ele não apresentar nenhuma medida contra o processo de elitização do futebol brasileiro, como se esse processo não constituísse, também, uma forma de violência – especialmente, contra as classes populares. Ausência que parece se relacionar diretamente com o fato de o PEDGSC passar por cima das controvérsias acerca do modelo de gestão e segurança adotado no Reino Unido, já que uma crítica habitualmente feita a esse modelo é que ele alimentou o processo de elitização do futebol. Assim, se, por um lado, a violência física – que costuma ganhar visibilidade pública e assustar, principalmente, as classes dominantes – desperta ampla atenção do PEDGSC; por outro, a violência estrutural, que exclui e destrói os laços solidários, é relegada ao silêncio.

Também são deixadas de lado as propostas que poderiam ensejar uma transformação cultural mais profunda. Assim, enquanto as medidas que situam a solução para o problema no incremento da repressão e do controle são, em geral, muito bem detalhadas (a minuciosa descrição de como devem ser as salas de controle é bastante ilustrativa); esse tipo de proposta, que opera no plano simbólico, é feito de forma bastante vaga – sugerindo-nos que o PEDGSC atribui menos importância a ele. Tanto é que ele menciona apenas muito brevemente a necessidade de a CBF, federações e clubes fornecerem serviços de ouvidoria, bem como a necessidade de realização de campanhas que possam convencer a sociedade civil a integrar-se ativamente em uma forma menos violenta de torcer e a de realização de programas de conscientização das crianças sobre a importância da convivência entre contrários. O PEDGSC nada diz, por exemplo, sobre o conteúdo dessas campanhas e programas, que, dependendo da

000095
forma como for construído, poderá até reforçar estigmas e preconceitos contra certos grupos de torcedores ao invés de contribuir para a prevenção da violência (LOPES, 2012).

De certa forma, esta desatenção a medidas de cunho mais cultural parece refletir a forma como o debate público acerca da violência no futebol brasileiro tem sido construído desde meados da década de 1990, quando promotores públicos e autoridades policiais passaram a ditar o referido debate, privilegiando medidas técnicas e de caráter repressivo (TOLEDO, 2012). Seguindo essa tendência, o PEDGSC não prevê a participação de pesquisadores que estudam o tema nos grupos de trabalho que devem dar continuidade às suas propostas. Da mesma forma, conforme já notei, quase não faz uso de estudos científicos para elaborar suas análises e recomendações. Desta forma, como diria Alabarces (2012), se, por um lado, a “mão esquerda” do Estado financia – através das agências de pesquisa, por exemplo – estudos científicos sobre a violência no futebol; por outro, sua “mão direita” não os considera na produção de políticas de prevenção de tal violência.

Também destaco que o PEGSDC faz uma série de recomendações para as torcidas organizadas – inclusive, dedicando um capítulo específico (capítulo 15) para elas. Embora apoie a realização de um fórum dessas torcidas, ele não prevê a participação das torcidas organizadas nos grupos de trabalhos que devem dar seguimento às suas propostas, excluindo-as do processo de elaboração de políticas públicas destinadas a elas próprias. Além de excluí-las desse processo, o PEGSDC sugere sua segregação em um setor específico dentro do estádio. Ainda que essa medida contemple a possibilidade de, em tal setor, assistir a partida de pé e entrar com faixas, bandeiras e instrumentos musicais, respeitando a “cultura torcedora” dos torcedores organizados, ela os aparta da convivência com outros torcedores, ao mesmo tempo em que serve como um mecanismo de controle social, que é reforçado pela proposta do seu cadastramento.

Para ingressar no setor destinado às torcidas organizadas, o PEGSDC sugere que os integrantes dessas torcidas tenham de, necessariamente, apresentar seu “cartão torcedor”, que deverá ser feito pela federação local. Tal cartão deverá conter informações sobre seu dono gravadas em dispositivo para ser lido na entrada do referido setor e os dados nele contidos deverão, juntamente com outras informações cadastradas pela Polícia Militar, alimentar um banco de dados para a prevenção da violência. Além de atentar contra os direitos de intimidade, esta medida coloca os torcedores organizados na condição de criminosos potenciais, que devem ser identificados, classificados e, quando requerido, excluídos do

espetáculo futebolístico¹³. Ou seja, o cadastramento unifica os torcedores organizados numa identidade coletiva deteriorada, reforçando o processo de estigmatização desses torcedores. Mas se ele reforça tal processo, em certa medida, ele também pode ser interpretado como uma decorrência dele. Afinal, o estigma opera justamente dessa forma: desumaniza e, ao fazer isto, autoriza o controle social sobre o desumanizado (GOFFMAN, 1988). Nesse aspecto, o PEDGSC pode ser visto como uma produção ideológica, na medida em que contribui para manter tais torcedores em uma situação de dominação.

Para finalizar, gostaria de destacar que, com estas análises, busquei contribuir para uma mudança a favor dos grupos dominados no universo do futebol, enunciando e denunciando os aspectos injustos (porque a serviço da dominação) do PEDGSC. Para que as políticas e os programas de prevenção da violência no futebol tornem-se mais justos e democráticos, é preciso, antes de tudo, que as pessoas afetadas por eles participem efetivamente de sua construção: com direito à voz, voto e veto. Definitivamente, as decisões e acordos institucionais sobre os rumos do futebol profissional no país não podem ficar nas mãos apenas dos ditos “especialistas”, mas devem contar com a ampla participação da sociedade – em especial, daqueles que estão excluídos das posições de poder. E, caso essa participação tenha como resultado “virar a mesa” em favor desses últimos, isto não será uma consequência nem surpreendente, nem indesejada.

3.2 DESAFIOS E PROPOSTAS PARA O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA E SEGURANÇA NOS ESPETÁCULOS ESPORTIVOS¹⁴

A fim de “virar a mesa” em favor dos grupos habitualmente excluídos das posições de poder, desenvolvi, aqui, uma reflexão de caráter mais propositivo. Conforme foi mencionado no tópico anterior, foi somente a partir de meados da década de 1990, após a ocorrência de alguns trágicos episódios com enorme repercussão nos meios de comunicação, que as autoridades públicas passaram a tomar uma série de providências, como a criação da CONSEGUE. Esta foi proposta em 2003, quando os Ministérios do Esporte e da Justiça

¹³ Em certa medida, essa violação da intimidade não se limita aos torcedores organizados; ela é apenas mais intensa nesse grupo. Recordemos que os demais torcedores também têm de se sujeitar à revista policial, por exemplo. Inclusive, nos terminais de ônibus e estações de trem ou de metrô, em jogos considerados de risco. Neste caso, no entanto, o alvo da revista é, sobretudo, o torcedor pobre, o que reforça o preconceito e a dominação de classe.

¹⁴ Assim como Reis (2006), considero o nome dessa política redundante, pois se subentende que uma política de prevenção da violência terá atenção para a segurança. De qualquer modo, como este é o seu nome oficial, ele foi mantido.

000097

tiveram a iniciativa de promover o Seminário sobre Segurança nos Estádios e de realizar uma reunião com um grupo de especialistas de diversas áreas. Nestes eventos, debateu-se a violência no esporte, em geral, e no futebol, em particular, e elaborou-se a chamada Carta de Brasília. Esta definiu uma série de ações de responsabilidade do Governo Federal para a redução dos índices de acidentes e criminalidade nos estádios de futebol. Entre outras coisas, propôs, seguindo recomendação de Reis (2006), a criação da CONSEGUE, que foi formalizada pelo decreto presidencial nº 4.960 de 19/01/2004, dez meses depois da publicação da referida carta.

Desde sua formalização, a CONSEGUE tem promovido debates e reuniões plenárias com especialistas em segurança no esporte, realizado visitas técnicas a estádios (no Brasil e no exterior) e analisado leis e procedimentos de diversos países, “[...] com a finalidade de apoiar e acompanhar a implantação da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos” (BRASIL, 2004). Diante disto, optei por desenvolver uma reflexão ética e normativa acerca do processo de construção dessa política. Embora essa política seja dirigida ao esporte em geral, meu enfoque recairá sobre o futebol, uma vez que ele é considerado o caso mais problemático e é o objeto desta pesquisa de pós-doutorado. Para desenvolver tal reflexão, organizei o texto em duas partes interdependentes: num primeiro momento, abordei os principais desafios para tornar o processo em questão mais justo e democrático. Num segundo momento, apresentei e justifiquei algumas medidas concretas capazes de superar esses desafios.

Ao fazer isto, busquei oferecer subsídios para aperfeiçoar o trabalho da referida comissão, ou seja, procurei fortalecer as estratégias de prevenção da violência no futebol. Afinal, conforme nos ensina a experiência alemã, tais estratégias não devem se restringir ao trabalho de inteligência policial (embora este não deixe de ser importante), mas deve apostar na educação e no diálogo com o torcedor – como fazem, desde o início da década de 1980, os chamados *Fan Projekts*, que promovem um (bem-sucedido) trabalho de assistência social junto aos torcedores alemães (GIULIANOTTI; MILLWARD, 2013). Ainda que não seja minha intenção me debruçar aqui sobre esse trabalho, não posso deixar de destacar sua originalidade ao incluir o torcedor como um ator legítimo no processo de transformação dos conflitos relativos ao futebol.

Para realizar a discussão proposta, apoiei-me em autores – tais como Galtung (1985; 2003) e Thompson (2000) –, que me ofereceram subsídios teóricos para o desenvolvimento de um padrão consistente de argumentação analítica. Também me apoiei em alguns documentos que embasam políticas públicas dirigidas ao torcedor – tais como o *Plan Decenal de*

Seguridad, Comodidad y Convivencia en el Fútbol 2014-2024 (COMISIÓN NACIONAL DE SEGURIDAD, COMODIDAD Y CONVIVENCIA EN EL FÚTBOL, 2014), da Colômbia, e o relatório *Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania* (KLEIN, 2005/2006), da CONSEGUE – e em alguns textos acadêmicos – tais como os de Alabarces (2012) e Alabarces e colaboradores (2013) –, que me ofereceram sugestões concretas para as propostas feitas na segunda parte do trabalho. Além disso, me apoiei nos dados obtidos nos intercâmbios realizados na Argentina e na Alemanha, descritos no tópico 2.

3.2.1 Desafios para a construção da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos

Embora pertençam a diferentes tradições de pensamento, os autores utilizados para realizar a reflexão proposta concebem o ser humano como um agente ativo e a sociedade como palco de conflitos, constituintes e constituídos pelas condições estruturais e simbólicas. Esta concepção de ser humano e de sociedade pressupõe, em primeiro lugar, que o conflito não é uma patologia social, que deve ser eliminada. Pelo contrário, o conflito é intrínseco a todas as sociedades e pode produzir transformações sociais profundas, abalando as estruturas de dominação (de gênero, raça, classe social etc.). Por esta razão, o conflito é concebido, aqui, como legítimo, como algo que deve ser reconhecido e repetido, como ocorre em sociedades democráticas de fato (CHAUI, 2012). Diante disto, o problema não é o conflito em si, mas os caminhos violentos que alguns deles tomam. Portanto, o que se deve buscar evitar é o conflito violento, entendendo que um conflito é violento quando ele aumenta a distância entre o potencial e o efetivo, entre aquilo que é e aquilo que poderia ter sido, de acordo com o que é possível com os recursos e conhecimentos disponíveis hoje em dia¹⁵ (GALTUNG, 1985).

Embora possua algumas limitações analíticas, essa definição de violência proposta por Johan Galtung (1985; 2003) evita uma tendência prevalente na literatura acadêmica: a de reduzir a violência a apenas uma de suas formas: a direta (quando há uma clara relação sujeito-ação-objeto) e física (quando atua sobre o corpo) (LOPES, 2013). Suas análises facultam, portanto, pensar que uma política de segurança pode contribuir para a redução dessa forma violência, mas produzir outras – como a estrutural (presente na injustiça e na

¹⁵ Por exemplo, se um clube de futebol exigisse que seus atletas tomassem anabolizantes para melhorar seu desempenho físico em uma época em que os efeitos colaterais dessas substâncias não eram ainda conhecidos, esta indicação não poderia ser considerada uma violência. No entanto, se, hoje, ele fizer o mesmo, apesar do amplo conhecimento que se tem de seus malefícios, aí, podemos falar em violência.

000099

dominação social) e a cultural (presente nos aspectos simbólicos da vida utilizados para justificar ou legitimar qualquer forma de violência). Diante disto, somos levados a perceber que, ainda que reduza a violência direta e física, uma política de segurança pode ser incompatível com paz. Afinal, a paz, para ser paz, precisa ser plena, ou seja, não pode abrigar nenhuma forma de violência. E, de uma perspectiva crítica, este ponto é inegociável. Concretamente, isto significa afirmar que uma política de segurança estrutural ou culturalmente violenta é necessariamente ilegítima, ainda que reduza a violência física e direta.

A título de exemplo: digamos que supostamente houvesse um conjunto de evidências empíricas indicando que a grande maioria dos torcedores violentos seja formada por jovens oriundos das classes populares. Neste contexto, o aumento do preço dos ingressos poderia ser visto (ao menos pelas elites) como uma ação pacificadora, na medida em que afastaria esses jovens dos estádios¹⁶. Todavia, além de não alcançar efetivamente as causas da violência no futebol, a referida ação é estruturalmente violenta – já que ela exclui milhões de brasileiros de uma forma de lazer que é considerada uma “paixão nacional” – e culturalmente violenta – já que reforça o estigma que associa o pobre à barbárie. Em função disto, o aumento do preço dos ingressos não pode, em hipótese alguma, ser considerado uma ação promotora da paz. Pelo contrário, ele deve ser visto como uma ação violenta, já que contribui para a manutenção de uma forma de dominação social, a de classe.

Outro exemplo. Neste caso, retirado do contexto europeu. Desde a entrada da Convenção Europeia de 1985, o modelo de controle do hooliganismo baseia-se no princípio da gestão atuarial do risco. Sendo este, por definição, virtual e ligado a um comportamento de grupo, sua gestão só pode ser impessoal e antecipatória. Assim, um torcedor poderá ser considerado *hooligan* não por aquilo que ele realmente fez, mas por aquilo que ele poderá fazer, ou seja, por aquilo que ele, concretamente, não fez. Aqui, “[...] a realidade dá lugar a realidade virtual, e a trajetória do tempo é invertida, já que o presente é formado em função da imagem criada do futuro” (TSOUKALA, 2014, p. 27). Isto significa que, em alguns países europeus (como a França, a Bélgica, a Itália, a Alemanha e o Reino Unido), um torcedor pode ser proibido de entrar em um estádio de futebol¹⁷ mesmo na ausência de qualquer condenação por atos de hooliganismo, apenas com base nas informações do serviço de inteligência. Com

¹⁶ O que também é bastante controverso. Basta recordar que, mesmo com ingressos bastantes caros, a Copa do Mundo de 2014 registrou diversas brigas dentro dos estádios – como, por exemplo, a protagonizada por croatas e mexicanos, na primeira fase, e as entre brasileiros e argentinos, na final.

¹⁷ Proibições que “[...] implicam no registro de dados pessoais dos indivíduos em questão nos arquivos policiais, resultam em importantes restrições à liberdade de circulação por períodos relativamente longos e podem até levar a sanções civis” (TSOUKALA, 2014, p. 25).

000100

isso, inverte-se a lógica até então dominante do direito penal, já que se descarta o princípio de presunção de inocência em favor de uma verdadeira pressuposição de culpa. Nesse sentido, tal medida não pode ser considerada como promotora da paz, já que a liberdade de pensar e de agir do torcedor é negada em nome de uma presciência que determina antecipadamente os comportamentos futuros (TSOUKALA, 2014). Isto se torna ainda mais grave se tivermos em mente que a suspeita de futuros comportamentos desordeiros e violentos recai geralmente sobre os grupos econômica e socialmente desfavorecidos, reforçando estereótipos e preconceitos.

Um terceiro exemplo: na Colômbia, tem-se adotado o fechamento de fronteiras, que consiste em não autorizar a entrada das *barras*¹⁸ visitantes nas cidades onde se levam a cabo as partidas de futebol. Tal medida viola abertamente o direito de locomoção dos integrantes desses grupos e fomenta o regionalismo, a segregação e a exclusão (COLDEPORTES; FUNDACIÓN JUAN MANUEL BERMÚDEZ NIETO, 2013). Diante disto, esta decisão, tomada em conjunto por agentes públicos e privados, ainda que (supostamente) reduza a violência física e direta, na medida em que (supostamente) evita o encontro entre *barras* rivais, é, do ponto de vista estrutural, uma violência. Neste sentido, ela é incompatível com a paz.

Assim, se uma política de segurança não pode ser estruturalmente violenta, ela não pode, conseqüentemente, ser imposta de “cima para baixo”; silenciar questionamentos e discordâncias. Conforme observa Thompson (2000, p. 416-417), para que seja justo e merecedor de apoio, um acordo social deve prever o direito de participação de todas as pessoas por ele afetadas. Por isto, “[...] deve incluir, em princípio, as pessoas que, nas circunstanciais concretas da vida quotidiana, podem estar excluídas das posições de poder.” Afinal, a marginalização dessas pessoas é uma forma brutal de violência estrutural. Assim, assumindo um conceito mais amplo de paz, que a compreende como um estado de coisas que torna possível a manipulação não violenta (em todos os aspectos) e criativa do conflito, o próprio processo de construção das políticas de segurança para os eventos de futebol tem de ser ele mesmo pacífico. Como dizia Gandhi (apud GALTUNG, 2013), não existe caminho para a paz, mas a paz é o próprio caminho.

Se a paz é o próprio caminho e se assumimos um conceito mais amplo de paz, então, o desafio que se coloca é: como construir linhas de ação para a promoção da paz nos eventos

¹⁸ Grupos organizados de torcedores presentes na América Latina nos países *hispano-hablantes* e em algumas regiões do Brasil, como o Rio Grande do Sul.

futebolísticos por meios que não sejam estrutural e culturalmente violentos? Conforme sugerido, antes de tudo, incluindo os mais diversos atores do universo do futebol nessa construção. Hoje em dia, o debate público acerca da violência no futebol brasileiro é realizado em um espaço social estruturado de forma bastante assimétrica. De uma forma geral, o torcedor é excluído das posições de poder, já que ele não costuma ter direito à voz nem, muito menos, a voto. As recentes reuniões promovidas pela Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto do Torcedor, do Ministério do Esporte, por exemplo, contaram com a participação de técnicos dos ministérios da Justiça e do Esporte, representantes de clubes, de federações e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), operadores do Direito e acadêmicos, mas o torcedor estava ausente.

Esta exclusão torna-se ainda mais grave no caso de um torcedor específico: o filiado à torcida organizada. Afinal, é sobre ele que recai o estigma da violência. Conforme observa Lopes (2013), tal torcedor não é fonte de informação nem de reflexão nos meios de comunicação de massa. Tampouco é consultado pelas autoridades no processo de elaboração de políticas públicas, tanto é que, conforme mostrei no tópico 3.1, o PEGSDC não previu a participação desse torcedor na CONSEQUE. Para amenizar a situação, em 2012, através da Portaria Interministerial nº 305 (BRASIL, 2012), a advogada Silvia Carbonaro da Silva Chioroglo, da torcida Mancha Alviverde, do Palmeiras, foi designada para compor a referida comissão, na condição de representante dos torcedores organizados. O Ministério do Esporte também tem, seguindo sugestão do referido relatório, promovido alguns seminários com dirigentes de torcidas organizadas. No 1º Seminário Sul Sudeste de Torcidas Organizadas, realizado no fim de 2013 em São Paulo, esses dirigentes tiveram, inclusive, a oportunidade de entregar pessoalmente para o ministro Aldo Rebelo uma carta com uma série de reivindicações e sugestões.

Ocorre que esses esforços têm sido desperdiçados na medida em que muitas das coisas que são acordadas com o Poder Público não são, efetivamente, cumpridas nos dias de jogos. O próprio EDT não tem sido devidamente aplicado. Após investigar, durante cinco anos, o cumprimento do referido estatuto, Reis (2010), por exemplo, concluiu que aproximadamente 50% de seus artigos e incisos não eram respeitados. O não cumprimento de uma lei ou de um acordo gera, evidentemente, o sentimento de injustiça e de frustração – o que pode dificultar o estabelecimento de novos acordos e a realização de iniciativas de participação e corresponsabilidade social. Afinal, por que um torcedor sentaria para dialogar com o Poder Público se este não cumpre com sua parte?

Esses esforços de diálogo com os torcedores e com a sociedade civil, de uma forma geral, também têm sido desperdiçados na medida em que, quando ocorre um grave incidente de violência, o Poder Público lança, sem nenhuma discussão prévia, uma série de medidas (geralmente de cunho repressivo) a fim de dar uma rápida resposta para a opinião pública e, assim, “acalmar os ânimos”. Prova disto é que, logo após a ocorrência dos episódios de violência vistos na última rodada do Campeonato Brasileiro de 2013 – quando torcedores do Vasco e do Atlético-PR brigaram nas arquibancadas da Arena Joinville, deixando algumas pessoas gravemente feridas –, os ministérios do Esporte e da Justiça divulgaram nove projetos para serem colocados em prática em 2014. Entre outras coisas, eles incluíam a recomendação de juizados de torcedores, delegacias especiais e maior responsabilização dos clubes. Sem entrar no mérito das propostas, elas foram tomadas de um dia para outro, desconsiderando todo o trabalho realizado pela CONSEGUE. Não à toa, várias de suas recomendações não têm sido adotadas. Por exemplo, contrariando o PEGSDC, o Ministério Público do Estado de São Paulo recomendou que não houvesse mais venda de ingresso na sede das torcidas organizadas.

Diante disto, considero que, para que o processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espectáculos Esportivos seja legítimo, é necessário, antes de tudo, ter em mente que esse tipo de comportamento do Poder Público – reativo e autoritário – é inadmissível. Toda política pública deve ser amplamente debatida com os mais diversos setores da sociedade antes de ser adotada. Conforme já antecipei, parto do pressuposto de que o ser humano é um agente ativo e potencialmente crítico, capaz de formar juízos razoáveis através da assimilação de informações e de diferentes pontos de vista. A partir desse pressuposto, considero que uma decisão coletiva será legítima se for produzida através de uma troca pública, livre, inclusiva e informada de argumentos. Nesse sentido, a legitimidade de uma decisão não deve se limitar à mera soma aritmética de preferências individuais, mas deve ser o resultado de um processo generalizado de deliberação coletiva (THOMPSON, 1998).

Conforme destaca Vieira e Silva (2013, p. 161-162, destaque dos autores), esse processo tem um valor intrínseco, que

reside no conjunto de competências políticas e virtudes cívicas [por ele promovidos], entre os quais se destacam: a educação política que resulta do envolvimento em procedimentos democráticos de avaliação de propostas alternativas; o respeito mútuo que o confronto público de opiniões pode ajudar a promover; as expectativas mais razoáveis acerca do que está ao alcance do *decisor* político e dos constrangimentos que a ação política

000103

enfrenta; e um sentimento de igualdade recíproca que é alimentado pela experiência de ouvir e de se fazer ouvir pelos concidadãos, o que, por seu turno, alimenta a autonomia individual e as capacidades de ação a ela associadas.

Não à toa, a ideia de deliberação¹⁹ se instituiu, hoje em dia, como o ideal regulador de boa parte das propostas teóricas sobre a natureza da democracia. Essa ideia, todavia, não está imune a críticas. Talvez, a principal delas é que ela reproduza desigualdades socioeconômicas e cognitivas²⁰. Evidentemente, existem diversas dificuldades de distribuir de modo simétrico os pré-requisitos materiais e intelectuais necessários para participar de um processo deliberativo. Infelizmente, as camadas da população que já são sub-representadas dentro do processo político formal, muitas vezes, participam com clara desvantagem nesse processo, não conseguindo ser escutadas como as demais. Entre outras razões, porque seus integrantes estão demasiadamente ocupados com a própria sobrevivência para se deixar envolver ativamente na deliberação (VIEIRA; SILVA, 2013). Ou, ainda, porque eles têm menos competência para utilizar, de maneira coerente e adaptada, a palavra num debate (BOURDIEU, 2003). Afinal, “na deliberação pública, não basta expressar-se, ouvir e fazer-se ouvir. É também necessário falar de uma certa forma” (VIEIRA; SILVA, 2013, p. 163). Diante dessas dificuldades, considero que um dos principais desafios do Poder Público no processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos é conseguir criar medidas especiais de estímulo à inclusão de grupos normalmente excluídos das posições de poder.

3.2.2 Propostas para a construção da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos

Uma vez que o futebol não é uma ilha dentro da sociedade, não podemos perder de vista que, para realmente incluir os grupos normalmente excluídos das posições de poder no processo de deliberação sobre seus rumos, é preciso pensar em transformações estruturais mais profundas, através da criação de políticas sociais distributivas e da intervenção no sistema econômico e educacional atual. Embora fundamental, a discussão sobre essas

¹⁹ Ideia que nos remete ao berço da democracia: a Grécia Antiga. De acordo com Vieira e Silva (2013, p. 151), para Aristóteles, “[...] é no envolvimento dos cidadãos na discussão e justificação pública da orientação futura da sua ação enquanto comunidade, que [...] o homem se faz homem, e a comunidade política se faz mais do que mera soma ou agregado de partes”.

²⁰ Estas últimas se referem “[...] ao conhecimento das normas informais que estabelecem o que conta como uma ‘boa razão’ ou um ‘argumento aceitável’ num processo deliberativo público” (VIEIRA; SILVA, 2013).

transformações é, obviamente, altamente complexa e vai muito além do escopo desta pesquisa. Diante disto, me limitarei a apresentar e justificar aqui apenas propostas que tenham uma relação direta com o processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos.

Para que essa construção seja realmente democrática, considero necessário, conforme já sugeri no tópico anterior, “[...] habilitar o maior número de canais de participação, que permitam conhecer de forma direta as percepções e as propostas que possam ter as pessoas e instituições interessadas no tema” (COMISIÓN NACIONAL DE SEGURIDAD, COMODIDAD Y CONVIVENCIA EN EL FÚTBOL, 2014, p. 20, tradução minha). Diante disto, faz-se necessário realizar diferentes atividades: primeiramente, criar fóruns de discussão sobre o futebol com grupos específicos (tais como grupos de crianças, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência etc.), onde se possam debater suas necessidades e problemas específicos, assim como elaborar estratégias para solucioná-los.

Além disso, faz-se necessário criar (e consultar) comissões locais²¹ de prevenção da violência no futebol, ainda mais se considerarmos que o Brasil tem dimensões continentais e que os problemas enfrentados em cada região não são, necessariamente, os mesmos. Essas comissões devem dar espaço para os mais diferentes grupos – tais como, acadêmicos, jornalistas, vizinhos de estádios de futebol, jogadores profissionais, árbitros, secretários de governo, promotores, autoridades policiais, dirigentes de clubes, lideranças de torcidas organizadas, representantes de associações de torcedores, diretores de clubes e dirigentes de federações – e promover o diálogo²² entre eles²³. Este pode (e deve) desembocar em propostas concretas²⁴, que possam orientar os operativos de segurança para os dias de jogos e, sobretudo, complementar e nortear os trabalhos da CONSEGUE²⁵.

Assim como Reis (2006), considero que a CONSEGUE constitui o principal espaço para a construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos, pois se trata de um espaço de natureza multidisciplinar, podendo

²¹ O ideal seria que toda cidade com futebol profissional contasse com uma comissão dessa natureza.

²² Conforme já notei, a promoção do diálogo deve ser objeto de discussão acadêmica. No entanto, não detalharei, aqui, como ela deve ser realizada nas comissões locais, pois farei isto em detalhe, ao abordar os trabalhos da CONSEGUE.

²³ A fim de promover o diálogo e a troca de experiência entre as próprias comissões, também seria interessante realizar um encontro anual entre elas.

²⁴ Que devem ser de conhecimento público. Para tanto, seria importante desenvolver um site que disponibilizasse as atas das reuniões das comissões locais e um espaço para qualquer cidadão fazer comentários, recomendações e/ou críticas, (retro)alimentando essas reuniões.

²⁵ Em função disto, tais propostas não devem se restringir a esses operativos; pelo contrário, seria interessante que essas comissões debatessem, também, estratégias de prevenção de longo prazo, que incluísse, por exemplo, a variável educativa. De qualquer modo, considero que tais comissões devem ter liberdade para formular sua própria agenda.

promover a troca pública e democrática de diferentes argumentos e pontos de vista²⁶. Para tanto, é preciso, em primeiro lugar, que essa comissão tenha autonomia para formular suas próprias questões, ao invés de apenas deliberar sobre soluções para problemas, autoritariamente, impostos de fora – o que seria uma forma de tutelá-la. Afinal, existem diversas demandas concernentes ao futebol que ninguém (ou, ao menos, quase ninguém) formula nem quer entender. Por exemplo, toda vez que ocorre um grave incidente de violência, os meios de comunicação voltam a levantar a seguinte questão: não seria melhor acabar com as torcidas organizadas? Este tipo de questão – de partida, simplista e maniqueísta (porque oculta a complexidade do problema e enfatiza a responsabilidade de um único ator, vilanizando-o) – direciona o debate para o caminho da repressão e, ao mesmo tempo, abafa demandas sociais importantes, mas que vão contra os interesses dos grupos dominantes.

Neste ponto, a questão do transporte é emblemática. Conforme observa Alvito (2014, p. 41),

o transporte é claramente uma medida de segurança em vários sentidos. Se for confiável, confortável e rápido, impedirá uma grande concentração de torcedores chegando ao estádio ou tentando sair dele, que é talvez o momento mais perigoso para os torcedores; muitos incidentes violentos e confrontos de torcidas acontecem exatamente durante a ida para o estádio ou durante o retorno para casa.

Contudo, muitos jogos noturnos terminam em torno da meia-noite no meio da semana, horário em que praticamente não há mais transporte público na maior parte das cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, por exemplo,

os trens param às 22h, o metrô (a não ser em jogos especiais) às 23h e em jogos de determinadas equipes as empresas de ônibus adotavam um esquema “especial”: mudavam seu itinerário ou retiravam seus carros, fazendo com que o GEPE tivesse que lidar com milhares de torcedores irritados e preocupados com a volta para a casa (ALVITO, 2014, p. 41).

Para se transformar esse cenário, seria, portanto, fundamental que os jogos começassem mais cedo. Entretanto, isto afetaria a grade da televisão (mais precisamente, da Rede Globo), na medida em que sua realização coincidiria com o horário do Jornal Nacional e/ou com o da novela das nove. Assim, como quem trabalha nos veículos ligados à emissora

²⁶ Evidentemente que, com isto, não estou sugerindo que a referida política não deva ser debatida nos mais diferentes espaços sociais. Por exemplo, os meios de comunicação poderiam contribuir com o debate dando visibilidade pública à pluralidade dos pontos de vista.

000106

não pode tratar desse assunto e como até quem não trabalha se sente constrangido fazer o mesmo (já que, caso contrário, pode fechar as portas para futuros trabalho), muito raramente os meios de comunicação discutem o (enorme) poder da Rede Globo, que se aproveita do desequilíbrio financeiro dos clubes para adiantar cotas de transmissão e submetê-los ao seu controle. Diante disto, perguntas, legítimas e pertinentes, sobre, por exemplo, quais são as estratégias mais adequadas para reduzir esse (enorme) poder e quebrar o monopólio da referida rede não vêm à tona. Para tanto, é preciso que haja autonomia.

E, para que a CONSEGUE tenha autonomia, é preciso que sua composição seja genuinamente democrática. Para tanto, é preciso que ela seja diversa e representativa, dando direito à voz e a voto aos mais diferentes atores. Concretamente isto implica, pelas razões já expostas, que a Rede Globo e aqueles que estão sob seu controle (clubes, federações e CBF) não tenham, em nenhuma hipótese, maioria no voto. Tampouco o governo²⁷, já que é de notório conhecimento que, no nosso país, existe uma rede de cumplicidade entre políticos e dirigentes esportivos²⁸, o que faz com que as medidas articuladas e propostas por eles sejam vistas, *a priori*, com desconfiança (TREJO; MURZI, 2013). Diante disto, defendo que a CONSEGUE abra mais espaço para o torcedor – integrante e não integrante de torcida organizada – e para pessoas com notória experiência no tema – especialmente, acadêmicos. Afinal, parece-me uma contradição que o Estado, com sua “mão esquerda”, financie o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema da violência no futebol, e, com sua “mão direita”, desconsidere essas pesquisas na produção de políticas públicas (ALABARCES, 2012).

A defesa por uma maior participação do torcedor na CONSEGUE enseja, contudo, um grande problema. Quem tem legitimidade para representá-lo? A categoria “torcedor” é abstrata. Trata-se de uma unidade fictícia, que interliga pessoas em uma identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que podem separá-las (THOMPSON, 2000). Na prática, o que existem são pessoas, com necessidades e objetivos, muitas vezes, contraditórios. Existe o torcedor apaixonado e o de ocasião. O que assiste pela televisão e o que vai ao estádio. O que faz parte de torcida organizada e o que vai “por conta própria”. O que tem plano sócio-torcedor e o que compra ingresso na bilheteria. O rico e o pobre. Enfim, existe uma verdadeira diversidade de torcedores que não podem ser unificados em uma figura comum. Mas como, então, contemplar essa diversidade na produção de medidas de segurança?

²⁷ Entendendo aqui por governo não apenas os membros dos poderes executivo e legislativo, mas também aqueles que fazem o serviço burocrático do governo, como assessores e consultores técnicos.

²⁸ A chamada “Bancada da Bola”, que reúne congressistas ligados aos clubes e federações de futebol, é um exemplo.

Em primeiro lugar, criando-se a figura, como já propunham os torcedores ingleses, do *ombudsfan*, orientado a receber – mediante mensagem eletrônica, por exemplo – críticas, reclamações e sugestões dos torcedores (ALABARCES, 2012). Este seria reconhecido como uma de suas vozes na CONSEGUE. No entanto, a fim de que ele defenda, de fato, os direitos do torcedor, refletindo, na medida do possível, as demandas que chegam às suas mãos, ele não deve, pelas razões já expostas, ser um representante do Estado e, muito menos, de federações e clubes. Diante disso, ele não deve ser confundido com a figura do ouvidor da competição, a que se refere o capítulo 6 do Estatuto de Defesa do Torcedor (BRASIL, 2003). Afinal, esta última figura é, por lei, designada pela entidade responsável pela competição, podendo, inclusive, ser remunerada pelas entidades de práticas esportivas participantes. Por conseguinte, se o *ombudsfan* for o ouvidor da competição, poderia haver conflito de interesses, já que os interesses daqueles que ele representa podem não coincidir com os daqueles que o designam e o remuneram. Além do mais, o *ombudsfan* não seria apenas um mediador entre o torcedor e o organizador da competição, mas um representante da coletividade torcedora, com direito a voto nas questões relativas ao futebol profissional. Assim, a fim de garantir sua representatividade e legitimidade, considero que o ouvidor deve ser indicado pelas associações independentes de torcedores, objeto da minha segunda recomendação.

O Brasil possui certa tradição de associativismo, sendo os próprios clubes de futebol uma consequência disto. É significativo, então, que os próprios torcedores possuam entidades associativas, que os representem e os ajudem a fazer valer seus direitos. Hoje em dia, a Frente Nacional dos Torcedores (FNT) é uma entidade dessa natureza. A Associação Nacional dos Torcedores e das Torcedoras (ANT) foi outra experiência. O Estado pode (e deve) ajudar a criar e fortalecer esses tipos de associações, que devem estar representadas na CONSEGUE. Seguindo o que recomenda Alabarces (2012), o Estado poderia, por exemplo, ajudá-las na sua organização – realizando, por exemplo, fóruns permanentes – e na produção de revistas e criação de espaços midiáticos alternativos, onde os mais diversos tipos de torcedores pudessem manifestar seus pontos de vista e opiniões. Evidentemente que, paralelamente a isto, é preciso criar mecanismos que impeçam que tal apoio se converta em cooptação. Uma vez perdida sua autonomia, as associações de torcedores deixam de ser independentes e, portanto, perdem sua razão de ser.

Também é preciso não perder de vista que essas associações não representam, necessariamente, os desejos e necessidades da coletividade torcedora, que não é homogênea, como já sugeri. Este tipo de associação tende a atrair e a ser conduzido por torcedores mais

000108

ativos, cívica e politicamente, que têm maior conhecimento e interesse nos rumos do futebol, assim como maior confiança na eficácia da participação política. Diante disto, é preciso encontrar mecanismos de inclusão do torcedor não ativista, com posições e preferências potencialmente mais maleáveis, e estabelecer canais de comunicação entre ele e a CONSEGUE. Além das já comentadas criação da figura do *ombudsfan* e da realização de fóruns específicos, uma alternativa seria investir em pesquisas, quantitativas e qualitativas, para conhecer suas necessidades e preferências.

Além de apoiar a criação e fortalecimento de associações independentes de torcedores, considero que o Estado deve apoiar a construção de entidades representativas de torcidas organizadas. Em primeiro lugar, porque isto ofereceria a seus integrantes a possibilidade de sentirem-se parte da solução, e não apenas do problema. Em segundo lugar, porque é sobre essas torcidas que o estigma da violência e que a “mão de ferro” do Estado recaem com mais força (LOPES, 2013). Recordemos, por exemplo, que, pelo Art.39-A do Estatuto de Defesa do Torcedor, uma “[...] torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer dos seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento.” (BRASIL, 2003). Em terceiro lugar, porque as torcidas organizadas costumam ter demandas bastante específicas. Por exemplo, são elas que organizam caravanas para outras cidades e que constituem o principal alvo de ações violentas. Diante disto, é legítimo que elas tenham representantes na CONSEGUE.

Conforme já adiantei, atualmente, quem as representa é uma advogada de uma torcida organizada. No entanto, melhor seria se os torcedores organizados contassem com uma entidade representativa nacional, onde pudessem eleger, democrática e periodicamente, um representante ²⁹. Recentemente, houve uma tentativa dessa natureza, a criação da Confederação Nacional das Torcidas Organizadas (CONATORG), mas que acabou não tendo continuidade (LOPES, 2012). No Rio de Janeiro, existe a Federação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (FTORJ), que foi criada, em 2007, justamente “[...] com o objetivo de promover o diálogo entre as instituições sediadas no Estado e as autoridades” (<http://ftorj.wordpress.com/sobre/>). AFTORJ inspira-se nos trabalhos da Associação das Torcidas Organizadas do Rio de Janeiro (ASTORJ), criada em 1981 e dissolvida no final dos anos oitenta.

²⁹ Seria muito importante que elas tivessem uma entidade representativa de caráter nacional, uma vez que seu leque de relações (alianças, amizades e rivalidades) extrapola o contexto regional.

Em conversas com representantes de sua diretoria, ficou claro que entidades dessa natureza são fundamentais para mediar conflitos no futebol (ao menos, aqueles entre torcidas organizadas)³⁰, já que o Estado não possui legitimidade para isto. Afinal, historicamente, ele tem optado pela repressão, o que faz com que, frequentemente, ele não seja visto pelos torcedores como um possível “parceiro”. Ao analisar o contexto argentino, Zucal (2010) indica, por exemplo, que não existem denúncias entre os integrantes das *barras*. Assim, quando uma *barra* rouba a bandeira de outra, a que teve sua bandeira roubada não vai até a delegacia mais próxima prestar queixa, mas vai tentar resgatá-la, para defender sua honra. No contexto brasileiro, o mesmo parece ocorrer no universo das torcidas organizadas. Assim, apenas uma entidade com torcedores legitimados dentro desse universo pode fazer esse tipo de mediação. Ainda que muito dificilmente ela consiga eliminar completamente os conflitos violentos, ela pode diminuí-los e normatizá-los. Esta normatização pode contribuir significativamente com a redução de danos. No futebol alemão, por exemplo, a taxa de mortalidade é muito baixa se comparada com a brasileira. Isto se deve não à ausência de conflitos, que são frequentes, mas à “proibição” por parte dos torcedores violentos do uso de armas (sobretudo, de fogo) e ao fato de, até certo ponto, serem respeitadas algumas regras, como não espancar um torcedor adversário caído no chão³¹.

Além de contribuir com a mediação de conflitos entre torcidas organizadas, uma entidade representativa pode fornecer assessoria jurídica para as torcidas menores, que não disponham de recursos financeiros suficientes, bem como auxiliar na mediação entre as torcidas organizadas e o Poder Público. A FTORJ, por exemplo, mantém contato frequente com o Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE). Este diálogo é fundamental para o planejamento dos traslados e dos operativos de segurança. Afinal, conforme observa Alabarces (2012, p. 132, tradução minha), “não há ninguém como um torcedor para saber por aonde ir e por aonde não”. Deste diálogo, também podem ser criadas novas normas de segurança, que possuem mais chances de ser respeitadas, uma vez que, incluindo os torcedores na sua elaboração, elas deixarão de ser vivenciadas como repressivas, facilitando o estabelecimento de corresponsabilidades.

Todavia, para reduzir o risco do surgimento de “aparelhos de poder” dentro das associações representativas de torcidas organizadas, sua participação na referida comissão

³⁰ Por esta razão, defendo que o governo invista na capacitação dos diretores dessas entidades, oferecendo os recursos culturais necessários para o enfrentamento dos problemas do dia-a-dia dessas torcidas e para a transformação criativa e pacífica dos conflitos violentos entre elas.

³¹ Informação fornecida, em conversa informal, por um torcedor alemão, impedido de entrar nos estádios de seu país por conta de comportamento violento. Esta informação foi checada com e confirmada por outros torcedores.

deve estar condicionada ao seu funcionamento democrático, que deve prever eleições diretas e periódicas para a escolha de seus representantes, preferencialmente sem a possibilidade de reeleição. Afinal, isto evita com que haja representantes permanentes e que o poder fique, conseqüentemente, concentrado nas mãos de apenas alguns poucos torcedores ou grupos de torcedores. Visto que os representantes têm um mandato para defender, perante o Poder Público, os interesses da coletividade de torcedores organizados, deve haver mecanismos que permitam a revogação de seu mandato em caso de não cumprimento desses interesses. Estes devem, na medida do possível, ser definidos conjuntamente com toda a coletividade de torcedores organizados. Por esta razão, é importante criar espaços de deliberação coletiva dentro dessas associações, estimulando a participação política dos torcedores organizados e garantindo a democracia.

Também considero fundamental que o Estado estimule e reforce o funcionamento democrático das próprias torcidas organizadas, e não apenas de suas entidades representativas. Afinal, além de tornar mais simétrica as relações de poder dessas torcidas, uma estrutura democrática ajuda a conter o avanço da violência. Recordemos que, hoje em dia, a grande maioria das mortes relacionadas ao futebol argentino se deve a disputas internas dentro das *barras* (SUSTAS, 2011). Isto ocorre justamente porque o acesso ao poder dentro dessas torcidas não se dá de forma democrática – mediante eleições periódicas, por exemplo –, mas por meio de conflitos armados e físicos (GRABIA, 2012). Sendo assim, caso não seja reforçado e estimulado o funcionamento democrático das torcidas organizadas brasileiras, há a possibilidade de ocorrer o mesmo aqui no Brasil. Todavia, será muito difícil reforçar e estimular isto se os próprios clubes, federações e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) não tiverem uma gestão democrática e transparente. Por isto, é fundamental que o Estado promova (inclusive, através da criação de novos mecanismos legais) esse tipo de gestão nessas instituições.

Além disto, considero que se deve dar continuidade aos grupos de trabalhos temáticos, previstos originalmente, mas que foram suspensos. No relato de Reis (2006, p. 105),

[...] foram criados os seguintes grupos de trabalho: Infra-estrutura e Gestão de Segurança; Policiamento e Justiça; Educação e Conscientização; e Estudos sobre a Violência. Após alguns debates via internet, ficou definida a coordenação desses grupos da seguinte forma: tenente-coronel Marcos Cabral Marinho como coordenador do grupo Policiamento e Justiça; Roberto Siviero (não integrante do grupo técnico na reunião de 25/03/2003) como coordenador do grupo Educação e Conscientização; e professora doutora Heloisa Helena Baldy dos Reis como coordenadora de dois grupos – Infra-estrutura e Gestão de Segurança e Estudos sobre a Violência. O Ministério da Justiça, que na ocasião coordenava nossos contatos e debates pela

000111

internet, sugeriu uma pauta para o trabalho dos grupos. Avaliando essa pauta, cheguei à conclusão de que para realizar o pleiteado deveriam ser feitas reuniões presenciais dos membros dos grupos por mim coordenados; dessa forma, contatei os dois ministros por telefone, expus a nossa necessidade, mas o trabalho foi interrompido por falta de retorno deles.

Estes grupos são interessantes na medida em que podem dar voz a uma quantidade de pessoas maior do que as reuniões da CONSEGUE pode abrigar, capazes de oferecer sugestões e apoio técnico para suas decisões. Afinal, essas reuniões são, a princípio, limitadas a seus membros, exceto nos casos em que ela decide, por intermédio de seu presidente, convidar especialistas e entidades civis ou governamentais a participar. Além disto, esses grupos, por não serem, a princípio, muito amplos e abrigarem variados especialistas nos temas de trabalho³², são espaços interessantes para deliberar sobre alternativas que requerem algum conhecimento técnico³³.

Por último, considero importante fazer algumas recomendações a fim de que o processo de deliberação sobre os rumos do futebol brasileiro não reproduza desigualdades socioeconômicas e cognitiva, discutidas no tópico anterior. Em geral, exige-se que a deliberação seja norteada por uma linguagem “objetiva”, “impessoal” e “imparcial”, típica de instituições de natureza científica ou jurídica. Além de ser uma manobra retórica, que esconde os interesses e valores por detrás dos argumentos enunciados, como se eles fossem meramente “técnicos”, essa exigência dificulta a participação dos grupos menos versados nesse tipo de linguagem. Nos encontros da CONSEGUE, tal exigência tende a beneficiar os acadêmicos e os operadores do Direito, em detrimento dos torcedores. Para se evitar isto, é preciso, ao mesmo tempo, investir, conforme sugerido, na capacitação desses últimos, a fim de que eles conheçam melhor seus direitos e deveres como cidadãos, e deixar que eles se expressem na sua própria voz, na primeira pessoa. Daí a importância da CONSEGUE reconhecer formas discursivas menos hegemônicas – como o testemunho e a narrativa –, que sejam capazes de

³² Estes especialistas não devem, necessariamente, ser acadêmicos ou operadores do Direito. Caso contrário, esses grupos serão segregacionistas. Por exemplo, um grupo de trabalho sobre Policiamento e Justiça deve contar com lideranças de torcidas organizadas, já que essas torcidas são uma das mais afetadas pela violência policial e têm muito a dizer sobre o tema.

³³ Em conversa com representante do Ministério do Esporte, fui informado de que, felizmente, já existe uma proposta de criar três câmaras temáticas. Inclusive, uma delas contaria com representantes de torcidas organizadas e teria, entre outros objetivos, organizar uma associação nacional de torcidas organizadas visando à unicidade no diálogo com órgãos públicos. Estas câmaras, contudo, perderão sua razão de existir se elas, obviamente, não forem escutadas. Por isto, elas precisam de garantias de que suas deliberações serão, de fato, consideradas pela CONSEGUE, além de ter autonomia para formar sua própria agenda. Caso contrário, elas podem ser manipuladas por quem as preside para legitimarem decisões controversas – especialmente, aquelas que favorecem as forças dominantes.

pensar as questões em debate da perspectiva do outro concreto, e não apenas do outro generalizado. Afinal,

muito embora o processo deliberativo se oriente à identificação e esferas de 'comunalidade', em que todos nos possamos encontrar, ele não pode, para tal, fechar-se à verdadeira alteridade do outro, nem tão pouco à possibilidade, numa democracia sempre presente, de conflito político (SILVA; VIEIRA, 2013, p. 164-165).

Daí, também, a importância da existência da figura do moderador, que seja experiente e capacitado para realizar o trabalho socrático de assistência à palavra, que ajude os grupos menos versados na formalização de argumentos e confiantes na eficácia de sua participação no processo deliberativo a expressar suas opiniões, restabelecendo, assim, um pouco da igualdade. Para tanto, o moderador pode atuar de diversas maneiras: dando a esses grupos a palavra no momento certo, não apressando nem interrompendo suas falas (sobretudo em momentos de tensão), expressando sinais, verbais e não verbais, de interesse etc. (BOURDIEU, 1997). Ao atuar dessa forma, o moderador pode ajudar no estabelecimento de um ambiente onde as pessoas sintam-se mais livres para expor suas opiniões, mesmo que elas sejam contrárias às da maioria. Afinal, ao estudar a formação da opinião pública, Noelle-Neumann (2010) indica que, de uma forma geral, as pessoas têm medo de se encontrarem isoladas em seus comportamentos, atitudes e opiniões. Consequentemente, elas tendem a evitar expressar suas opiniões quando reconhecem que elas não coincidem com a opinião dominante³⁴, o que pode resultar num silenciamento cíclico e progressivo das opiniões dominadas, recalcando a divergência e impedindo a troca democrática de argumentos.

A fim de evitar que essa "espiral do silêncio" ocorra, também parece oportuno que a CONSEGUE, conforme prevê seu relatório de 2005/2006 (KLEIN, 2005/2006), realize fóruns das torcidas organizadas (e também de associações independentes de torcedores), assim como a criação da câmara temática de organização e associação de torcedores anteriormente citada. Afinal, esses espaços podem constituir uma espécie de "abrigo seguro" das preocupações e interesses dos torcedores³⁵.

³⁴ Evidentemente, isto não quer dizer que uma pessoa que sustenta uma opinião contrária, necessariamente, se calará. Por exemplo, "[...] um dos fatores que condiciona essa tomada de posição pública é a competência específica para abordar os temas em discussão, ou seja, os temas da agenda pública" (BARROS FILHO, 1995, p. 222).

³⁵ Vale destacar, aqui, que o *Plan Decenal de Seguridad, Comodidad y Convivencia en el Fútbol 2014-2024*, da Colômbia, baseou-se, entre outras coisas, nas *mesas de barrismo social*, onde um total de 22 barras do país discutiram e formularam propostas para serem incluídas no referido plano (COLDEPORTES; FUNDACIÓN JUAN MANUEL BERMÚDEZ NIETO, 2013).

Ao desenvolver uma reflexão ética e normativa acerca do processo de construção das políticas de segurança para os eventos futebolísticos no Brasil, busquei, entre outras coisas, indicar algumas medidas concretas que possam torná-lo mais justo e democrático. Em comum, as medidas apresentadas pressupõem o reconhecimento dos torcedores como atores legítimos – o que os fortalecerá como “[...] núcleos da sociedade civil, núcleos representativos, defensores de seus interesses e desejos, interlocutores plenos” (ALABARCES, 2012, p. 132, tradução minha). Isto significa, necessariamente, retirá-los da condição de meros consumidores passivos dos eventos futebolísticos. Condição que (grande parte dos) dirigentes esportivos, autoridades públicas, jornalistas, marqueteiros e outros tentam, sistematicamente, lhes impor. Apenas assim, reconhecendo os direitos democráticos dos torcedores, ter-se-á o direito de exigir deles o respeito às normas estabelecidas. Afinal, conforme observa Alabarces (2012, p. 133, tradução minha), “[...] se as torcidas são reconhecidas dessa maneira, elas mesmas vão desenvolver formas próprias de autocontrole. Antes disto toda norma será vivida como repressão. E o estabelecimento de responsabilidades é impossível ou considerado ilegítimo”.

Para finalizar, gostaria de reforçar que os espaços, aqui indicados, de deliberação sobre a Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos não devem ser, de nenhuma maneira, os únicos. Por exemplo, ainda que sustente que as recomendações da CONSEGUE devam nortear a reforma ou construção de novos estádios, defendo que grupos de torcedores sejam integrados na elaboração dos projetos arquitetônicos, como ocorreu na Alemanha – especialmente, nas reformas dos estádios para a Copa do Mundo de 2006 (GABRIEL, 2013). Também defendo que se institucionalizem comissões de torcedores no âmbito dos clubes (ALABARCES et al., 2013). Afinal, a inclusão de torcedores (sobretudo, os mais jovens) nas decisões que afetam eles próprios não apenas é justa como ajuda a criar uma consciência crítica, gerando novos valores e uma cultura de participação política. Esta cultura também pode ser estimulada, por exemplo, criando espaços similares aos *Fan Projekts* aqui no Brasil. Ou, ainda, criando condições para que os estádios (ou, ao menos, parte deles) sejam geridos pelos próprios torcedores. Longe de ser uma utopia libertária distante, a autogestão da arquibancada começa a tomar forma na Alemanha, que já conta com algumas experiências (mais ou menos) nesse sentido, como a realizada em Dusseldorf, no local ocupado pelos grupos ultras do Fortuna. Evidentemente que nem tudo são flores e que experiências dessa natureza ensejam dificuldades e tensões. No entanto, nunca é demais lembrar que, como observa Pedro Demo (1988), participação é processo, não produto acabado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa de pós-doutorado, busquei, num primeiro momento, enunciar e denunciar as relações de dominação estabelecidas pelas recomendações da CONSEGUE (feitas no PEGSDC) para, sem seguida, indicar medidas concretas que pudessem incluir os grupos habitualmente excluídos das posições de poder nessa comissão. Ao fazer isto, busquei instrumentalizar esses atores e, ao mesmo tempo, avançar na reflexão acerca de um dos pilares das políticas de prevenção da violência: o diálogo. Na primeira parte da pesquisa, a defesa deste aparece como o resultado de uma cadeia de raciocínio que, em última instância, procura “virar o jogo” em favor dos grupos anteriormente citados. Na segunda, ela é o ponto de partida de uma linha argumentativa que visa aperfeiçoar o processo de construção da Política Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos. Afinal, sem a participação dos mais diferentes atores, essa política jamais poderá ser considerada justa e digna de apoio, porque será, necessariamente, violenta. O problema está, todavia, em como se dará essa participação. Afinal, conforme notei anteriormente, sob determinadas circunstâncias, o processo deliberativo pode contribuir para reproduzir relações de dominação, ao invés de miná-las. Aliás, justamente por conta disto, decidi tomá-lo como objeto de reflexão teórica.

Feito este esclarecimento, cabe fazer algumas considerações de prosseguimento, indicando novas perspectivas de abordagem, já que o processo de construção do conhecimento científico é, até certo ponto, cumulativo. Seria muito importante, por exemplo, investigar se as recomendações da CONSEGUE têm sido, efetivamente, cumpridas. E se não, por quê? Não menos importante seria analisar como essas recomendações são recebidas e interpretadas pelos diferentes atores que integram o espetáculo futebolístico. Será que eles as percebem como justas e dignas de apoio? Também é de fundamental importância o desenvolvimento de novas pesquisas que abordem o outro pilar das políticas de prevenção da violência: a educação. Nada (ou quase nada) tem sido feito no Brasil nesse sentido. Nem o governo, clubes e federações têm investido em projetos sócio-educativos com o torcedor; nem a universidade tem se debruçado sobre o tema, que tem se limitado a discutir os fatores geradores de violência e a indicar, muito vagamente, a necessidade de realizar campanhas educativas. Um dos “segredos” da bem-sucedida experiência alemã dos *Fan Projekts* é justamente a integração dessas diversas instituições. No entanto, se aqui isto ainda parece uma utopia, dada a falta de disposição das forças dominantes do nosso futebol em abrir diálogo

com outros grupos, ao menos a universidade tem de fazer a sua parte. Pouco? Certamente, Insignificante? Absolutamente não!

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALABARCES, Pablo. **Crónicas del aguante: fútbol, violencia y política**. Buenos Aires: Capital intelectual, 2012.

ALABARCES, Pablo et al. Diagnóstico y propuestas para la construcción de una seguridad deportiva en Argentina. **Revista Ímpetus**. vol. 78, 2007, p. 53-59.

ALVITO, Marcos. “A parte que te cabe neste latifúndio”: o futebol brasileiro e a globalização. *Análise Social*, v. 41, n. 179, p. 451-474, 2006.

_____. A madeira da lei: *gerir* ou *gerar* a violência nos estádios brasileiros? In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Hooliganismo e Copa de 2014**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 37-54.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociología de Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 144-169.

BRASIL. **Lei n.º 10.671**, de 15 de maio de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Torcedor e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.671.htm>. Acesso em: 24 set. 2014.

_____. **Decreto n.º 4.960, de 19 de janeiro de 2004**. Disponível em

<<http://portal.esporte.gov.br/futebolDireitosTorcedor/torcidaLegal/arquivos/normas/decretoN49602004.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

000116

_____. **Portaria interministerial nº 305, de 7 de dezembro de 2012.** Disponível em:

<<http://www2.esporte.gov.br/futebolDireitosTorcedor/torcidaLegal/arquivos/normas/portariaInterministerial305.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia.** 14ª Ed. São Paulo: Ática, 2012.

COLDEPORTES; FUNDACIÓN JUAN MANUEL BERMÚDEZ NIETO. **Barras construyendo país.** Bogotá: Coldeportes/ Fundación Juan Manuel Bermúdez Nieto, 2013.

COMISIÓN NACIONAL DE SEGURIDAD, COMODIDAD Y CONVIVENCIA EN EL FÚTBOL. **Plan Decenal de Seguridad, Comodidad y Convivencia en el Fútbol.** Bogotá: Editorial Gente Nueva, 2014.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1990.

DUNNING, Eric. **Sociologia do Esporte e os Processos Civilizatórios,** 2013. Mimeografado.

GABRIEL, Michel. 20 years of KOS 20 years of advice, dialogue and networking. In: GABRIEL, Michel et al (Eds.). **Fan work 2.0: future challenges for the pedagogical work with football fans.** Frankfurt; Main: Imprenta, Obertshausen, 2013, p. 27-40.

GALTUNG, Johan. Violencia, paz e investigación sobre la paz. In: GALTUNG, Johan, **Sobre la paz.** Barcelona: Editorial Fontamara, 1985, p.27-72.

_____. **Paz por medios pacífico: paz y conflicto, desarrollo y civilización.** Bilbao: Bakeaz, 2003.

000117

GIULIANTTI, Richard. **Sociologia do futebol:** dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GIULIANOTTI, Richard; MILLWARD, Peter. The role of fan projects in avoiding conflict at football matches. **ICSS Journal**, vol. 1, n° 4, 2013, p. 66-71.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

GOMES, Luiz Flávio *et al.* **Estatuto do Torcedor comentado.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

GRABIA, Gustavo. **La Doce:** a explosiva história da torcida organizada mais temida do mundo. São Paulo: Banda Books, 2012.

KLEIN, Marco Aurélio. **Preservar o espetáculo garantindo a segurança e o direito à cidadania:** relatório final da fase I da Comissão Paz no Esporte. Brasília: Ministério do Esporte e Ministério da Justiça, 2005/2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/arquivos/institucional/relatorioFinalPazEsporte.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2012.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol:** ideologia e crítica na construção de um problema social. 2012. 589 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, USP, São Paulo. 2012.

_____. Dimensões ideológicas do debate público sobre a violência no futebol brasileiro. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, 27, 04, Out/dez. 2013, p. 597-612.

LOSEKE, Donileen R. **Thinking about social problems:** an introduction to constructionist perspective. 2 ed. New Brunswick: Aldine Transaction, 2008.

000118

MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar: Raça Rubro-Negra!** Uma etnografia sobre futebol, masculinidade e violência. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio.** Opinión pública: nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 2010

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Torcidas organizadas de futebol: violência e auto-afirmação.** Aspectos da construção das novas relações sociais. Taubaté: Vogal, 1997.

PRAÇA, Gibson Moreira *et al.* Perfil de Torcedores Organizados em Belo Horizonte: Considerações Metodológicas e Primeiras Impressões. In: CONGRESSO SUDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3, 2010, Niterói. **Anais... Niterói: CBCE, 2010. Disponível em:** <<http://gefut.files.wordpress.com/2010/10/texto-conbrace-2010-perfil-de-torcedores-organizados.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2013.

REIS, Heloísa Helena Baldy dos. **Futebol e Violência.** Campinas: Armazem do Ipê, 2006.

_____. O espetáculo futebolístico e o Estatuto de Defesa do Torcedor. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, vol. 31, n. 3, p.111-130, 2010.

SUSTAS, Sebastian. Planos y lógicas de la violencia en el fútbol: Análisis y descripción de los enfrentamientos en que suceden las muertes en la Argentina. In: GODIO, Matias; ULIANA, Santiago (Comp.). **Fútbol y sociedad: prácticas locales e imaginarios globales.** Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011, p. 197-216.

TEIXEIRA, Rosana da Câmara. **Os perigos da paixão: visitando jovens torcidas cariocas.** São Paulo: Annabulme, 2004.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 000119

TOLEDO, Luiz Henrique de. **Torcidas organizadas de futebol.** Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. Políticas da corporalidade: sociabilidade torcedora entre 1990-2010. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque *et al.* **A torcida brasileira.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 122-158.

TSOUKALA, Anastassia. Administrar a violência nos estádios da Europa: quais racionalidades? In: HOLLANDA, Bernardo Buarque de; REIS, Heloisa Helena Baldy dos. **Hooliganismo e Copa de 2014.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, p. 21-36.

ULIANA, Santiago; GODIO, Matías. Separar, dividir y mortificar: los dispositivos culturales de seguridad em los estádios de fútbol argentino. In: ZUCAL, J. G (Comp.). **Violencia en el fútbol:** investigaciones sociales y fracasos políticos. Buenos Aires: EGodot Argentina, 2013, p. 297-320.

VIEIRA, Mônica Brito; SILVA, Filipe Carreira da. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Ciência Política.** Brasília, nº 10, p. 151-194, jan-abr. 2013.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZUCAL, José Garriga. **Nosotros nos peleamos:** violencia e identidad de una hinchada de fútbol. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2010.

000120

RESOLUÇÃO INTERNA CPG nº 91/2014

A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP, em sua 134ª sessão ordinária, realizada em 12 de novembro de 2014, aprovou por unanimidade o credenciamento da Profa. Dra. Beleni Salete Grando, na Área de Concentração Educação Física e Sociedade, como Professor Visitante, para fins de co-orientação da aluna de doutorado Juliana Guimarães Saneto.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
14 de novembro de 2014



Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri
Coordenadora de Pós-Graduação/FEF
matr. 29854-7

RESOLUÇÃO INTERNA CPG nº 92/2014

A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP, em sua 134ª sessão ordinária, realizada em 12 de novembro de 2014, aprovou o credenciamento do Prof. Dr. Rômulo Cássio de Moraes Bertuzzi, na Área de Concentração Biodinâmica do Movimento e Esporte, como Professor Participante, para fins de co-orientação do aluno de doutorado Arthur Fernandes Gáspari.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
14 de novembro de 2014



Profa. Dra. Cláudia Regina Cavagliari
Coordenadora de Pós-Graduação/FEF
matr. 29854-7



000122

RESOLUÇÃO INTERNA CPG nº 87/2014

A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP, em sua 134ª sessão ordinária, realizada em 12 de novembro de 2014, homologou o parecer que aprova o pedido de revalidação de diploma de doutorado de Nilzalina Silva Chaparro, na Área de Concentração Educação Física e Sociedade.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
14 de novembro de 2014

Profa. Dra. Cláudia Regina Cavaglieri
Coordenadora de Pós-Graduação/FEF
matr. 29854-7



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP

Fls. n.º 173
Proc. n.º 018-2018/14
Rub. 2

000123
FEF

Campinas, 13 de outubro de 2014.

PARECER

Assunto: Revalidação de Diploma

Nível: Doutorado

Processo: 01 P/ 07018-2014

Interessado: NILZALINA SILVA CHAPARRO

Trata-se de solicitação de revalidação de diploma de título de Doutor em Ciências do Desporto de **NILZALINA SILVA CHAPARRO**, obtido na Universidade do Porto, Portugal, sob orientação da Profa. Dra. Teresa Oliveira. A tese apresentada intitula-se: **“O corpo doente pode ser estético? Estudo interpretativo a partir da dimensão lúdica em crianças hospitalizadas”** e foi apresentada para defesa em 04 de outubro de 2013, na Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, em Portugal.

A temática relaciona-se com a área de concentração a qual a interessada solicita revalidação, ou seja, Educação Física e Sociedade.

Após análise da documentação apresentada no processo supracitado, e com base na Deliberação CONSU A-008/2008, sobre o Capítulo II que dispõe sobre “Revalidação de Diplomas”, apresento PARECER baseado na Deliberação CCPG nº 110/2013 referente a parâmetros para análise e revalidação de diplomas estrangeiros de pós-graduação, avaliamos, como se segue.

I - Da documentação

Toda a documentação solicitada para o início da abertura do processo junto a Diretoria Acadêmica da Unicamp consta do mesmo (cópias Diploma, documentos pessoais e histórico escolar autenticados, texto completo da Tese, constituição da banca de defesa, ata da defesa e aprovação do trabalho, cópias de trabalhos publicados, relatório de atividades acadêmicas desenvolvidas, outros documentos complementares).

II - Dos quesitos básicos para análise

- 1) Da Equivalência acadêmica e científica da Tese defendida no exterior com as da Unicamp

A Tese **“O corpo doente pode ser estético? Estudo interpretativo a partir da dimensão lúdica em crianças hospitalizadas”** teve como objetivo central compreender a dimensão lúdica e suas possíveis aproximações com aspectos estéticos em crianças hospitalizadas. Para tal, fez uso de um método interacionista interpretativo, conjugando coleta de dados em uma unidade pediátrica de um hospital de Cuiabá, Mato Grosso, e interpretações baseadas em indicadores estéticos. Também é relatado o uso de observação participante. Os procedimentos éticos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Júlio Müller (hospital da Universidade Federal de Mato Grosso) em 03/12/2008.

Por tal caminho a tese propõem uma associação entre o caráter lúdico da criança e suas projeções estéticas, apontando que tais manifestações ainda se fazem presentes na criança hospitalizada. Nesse sentido, a tese infere que uma dimensão do cuidado que leve em consideração fatores estéticos, conduzidos pelo brincar, possa ser atrativa e motivadora para crianças hospitalizadas.

Os resultados obtidos, além de interpretados, são demonstrados por meio de quadros descritivos organizados pela pesquisadora e por meio da exposição de desenhos produzidos pelas próprias crianças. O tema é relevante para a área da Educação Física e se coaduna com questões concernentes à inserção do profissional de Educação Física em equipes multidisciplinares de saúde, o que amplia as necessidades de pesquisa em temáticas como a proposta pela tese em questão.

2) Da qualificação acadêmica e científica da instituição de origem

Fls. n.º 175000125
Proc. n.º 012-7018/1425
Rub. 72

a) Inserção e reconhecimento internacional da Instituição e do Programa

A Universidade do Porto é uma das mais tradicionais instituições de ensino superior de Portugal, tendo sua fundação datada de 1911. A edição 2014 do "QS World University Rankings by Subject" colocou a Universidade do Porto entre as 300 melhores universidades do mundo. A Faculdade de Desporto conta com curso de Licenciatura em Educação Física, 7 cursos de mestrado e um doutorado em Ciência do Desporto. Ainda de acordo com a QS World University Rankings a Universidade do Porto tem 82% de seu corpo docente com doutorado, laboratórios com avançada tecnologia e reconhecimento acadêmico excepcional.

b) Atividades curriculares e acadêmicas desenvolvidas

Segundo os documentos constantes nas paginas 135 e 136, observa-se o Diploma de Doutorado emitido pela Universidade do Porto, Portugal. O programa de doutoramento foi presencial, de acordo com as informações presentes no "suplemento ao diploma" (folhas 137-141), onde observa-se que foram cursadas um total de 180 horas de unidades curriculares distribuídas entre "Ciências do Desporto", "Métodos e técnicas de investigação", "Seminários de Investigação" e "Tese". em um regime de estudos apontado como "Diurno - Integral" entre os anos de 2007/2008 a 2012/2013.

c) Processo de avaliação da tese

Conforme consta em Ata de defesa anexada ao processo (folhas 157-158), a mesma foi realizada presencialmente sobre a presidência da Profa. Dra. Maria Joana Mesquita Cruz Barbosa de Carvalho, subdiretora da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e demais membros da banca examinadora, assemelhando-se ao processo de exame de doutoramento exigido em nossa universidade. Consta na Ata de defesa que após a deliberação do júri, a candidata foi aprovada por unanimidade.

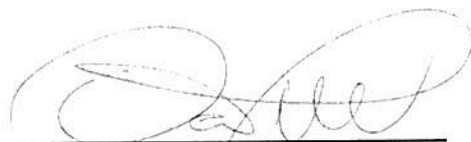
d) Publicação de trabalhos

Com relação à produção científica são apresentados junto com a documentação (Anexos) dois artigos publicados no período, sendo ambos na Revista Mineira de Educação Física. Adicionalmente foi apresentado e publicado um resumo em congresso internacional da International Association for the philosophy of sport, em 2012.

e) Qualificação dos orientadores

Nos documentos apresentados, o referido projeto de doutoramento foi orientado por dois professores doutores: Profa. Dra. Teresa Lacerda e Prof. Dr. Paulo Cunha e Silva. Ambos possuem renomada carreira acadêmica, com pesquisas coerentes com a área de Educação Física e Sociedade, publicadas em diversos periódicos de seletiva política editorial, além de terem orientado diversos alunos de pós-graduação.

Diante do exposto, uma vez que a solicitante cursou disciplinas presenciais, elaborou tese de doutorado aprovada por banca examinadora compatível com o exigido na UNICAMP, e ainda publicou parte dos estudos resultantes, exaramos parecer favorável à solicitação de revalidação de diploma de doutorado em Educação Física.



Prof. Dr. Odilon José Roble

UNICAMP

Depto. de Educação Física e Humanidades - FEF



Prof. Dr. Marco Coelho Bortoleto

UNICAMP

Depto. de Educação Física e Humanidades - FEF



Prof. Dr. Alcides José Scaglia

UNICAMP

Faculdade de Ciências Aplicadas



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Faculdade de Educação Física
Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada
Cidade Universitária, Barão Geraldo, Campinas/SP, CEP 13083-851
Fone: (19) 3521-6620 - FAX: (19) 3521-6751

0127
FEF

Fls. n.º 23

Proc. n.º 239-8290/07

Sub. Galvina 11

RESOLUÇÃO DEAFA-FEF 27/14

O DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA da Faculdade de Educação Física-UNICAMP, reunido em sua sessão ordinária realizada em 19 de novembro de 2014, aprovou a solicitação de Licença Sabática do Prof. Dr. José Irineu Gorla, por seis meses, no período de 05/02/2015 a 03/08/2015.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
24 de novembro de 2014

PROF. DR. ROBERTO VILARTA
Chefe do Departamento de Estudos
Da Atividade Física Adaptada
FEF-UNICAMP

Campinas, 18 Novembro de 2014

Fls. n.º 000128
Proc. n.º 230-8540/07
rub. Gabriela 11

Ilmo Sr. Prof. Dr. Roberto Vilarta

MD Chefe do Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada –DEAFA/FEF/UNICAMP

Pela presente encaminho a Vossa Senhoria solicitação de **afastamento para usufruir de semestre sabático no primeiro semestre de 2015**, a partir do mês de fevereiro, conforme descrição que segue.

Este afastamento tem como plano de trabalho a elaboração de um livro específico de Fundamentos da Educação Física Adaptada, que será utilizado como referência para as aulas de graduação, com as atualizações das nomenclaturas, classificações, definições, pesquisas, propostas de atividades para sala de aula, construção e gerenciamento de projetos em educação física e esporte adaptado no âmbito das IES e outros órgãos. Este sumário já encontra-se aceito pela Phorte Editora conforme anexo. Este livro, em princípio, será em dois idiomas: Português e Inglês.

Em relação as minhas atividades na graduação no primeiro semestre:

Disciplina EF 514 A e B - Educação Física Adaptada será ministrada pelo Prof. Edison Duarte.

Disciplina de EF 713 A e B - Supervisão de estagio no Bacharelado pelo Prof. Edison Duarte

Disciplina de EF 714 - Pesquisa em Educação física II – Prof. José Gorla

Disciplina na Pós-graduação EF 170 – Processos de Avaliação Motora em Educação Física Adaptada - Prof. José Gorla

Darei continuidade nas orientações dos alunos de mestrado e doutorado, TCCs e Iniciação científica.


Prof. Dr. José Irineu Gorla
DEAFA/FEF/UNICAMP

Mat. 289856

LIVRO:

FNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA

000129

José Irineu Gorla

BOOK:

FUNDAMENTALS OF ADAPTED PHYSICAL EDUCATION

Introduction

Part I

- 1.1 Intellectual Disability - Deficiência Intelectual
- 1.2 Physical Disability – Deficiência Física
- 1.3 Visual Impairment/Blindness – Deficiência Visual
- 1.4 Deafness – Deficiência Auditiva
- 1.5 Autism - Autismo
- 1.6 Learning Disabilities – Distúrbios de Aprendizagem
- 1.7 Other disabilities – Outras Deficiências

Part 2

- 2 Measurement and assessment in Physical Education and Adapted Sports - Medidas e avaliação em Educação Física e Esporte Adaptado
- 2.1 *Adaptation of tests – adaptação de testes*

Part 3

- 3 Organization and planing of adapted physical activity programs - Organização e gerenciamento de programas de atividade física

Part 4

- 4 Adapted Sports – Esportes Adaptados

Part 5

- 5 Strategies for instruction in APE - Estratégias de instrução na educação física adaptada
- 5.1 Methodology - Metodologias
- 5.2 Models of teaching (Evidence-based) - modelos de ensino- baseado em evidências
- 5.3 Inclusive Model of Education - Modelo de Educação Inclusiva
- 5.4 Peer Tutoring in APE - Tutoria

Part 6

- 6 Research on APE – Pesquisas em Atividade Física Adaptada

000130

DECLARAÇÃO

A Phorte Editora Ltda. declara que tem a intenção de publicar a obra de título (provisório) *Fundamentos da Educação Física Adaptada*, de autoria de José Irineu Gorla, ficando no aguardo da entrega dos originais para celebração contratual.

São Paulo, 16 de outubro de 2014



Elizabeth Toscanelli

Campinas, 18 Novembro de 2014

000131

Ilmo Sr. Prof. Dr. Roberto Vilarta

MD Chefe do Departamento de Estudos da Atividade Física Adaptada –
DEAFA/FEF/UNICAMP

Venho por meio desta, declarar que assumirei as aulas de EF514 A e B-
Educação Física Adaptada e EF 713 A e B - Estágio Supervisionado no
primeiro semestre de 2015 em caso de afastamento (licença Sabática) do
professor Dr. José Irineu Gorla, atualmente responsável pela disciplina.

Sendo o que se apresenta coloco-me à disposição para esclarecimentos
eventuais.

Atenciosamente

De acordo,

Ciente.

Elaine Prodócimo

Profa. Dra. ELAINE PRODÓCIMO
Coordenadora de Graduação
FEF/Unicamp - Matr. 28493-4

Edison Duarte

Prof. Dr. Edison Duarte

DEAFA/FEF/UNICAMP